

Guilherme de Souza Lima Oliveira

**CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTO DE CADEIRA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS ESTADUAIS MINEIRAS (1960-1974):**

O LUGAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2014

Guilherme de Souza Lima Oliveira

**CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTO DE CADEIRA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS ESTADUAIS MINEIRAS (1960-1974):**

O LUGAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Meily Assbú Linhales

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2014

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação

Dissertação intitulada “Concursos públicos para provimento de cadeira de Educação Física em escolas estaduais mineiras (1960-1974): o lugar da Escola de Educação Física de Minas Gerais”, de autoria do mestrando Guilherme de Souza Lima Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a Meily Assbú Linhales - Orientadora

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago - EEEFTO/FAE/UFMG

Prof.^a Dr.^a Eustáquia Salvadora de Souza - PUC Minas

Prof.^a Dr.^a Andrea Moreno - FAE/UFMG (suplente)

Prof. Dr. Joécio Fernandes Pinto - PUC Minas (suplente)

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2014

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte-MG - CEP 31270-901
www.ufmg.br

AGRADECIMENTOS

O trabalho realizado nesta dissertação foi, muitas vezes, realizado em um movimento singular, onde me encontrava só. Porém, em nenhum momento, este sentimento esteve presente. Todas as iniciativas sempre me lembravam de que muitos me incentivaram e que, em todos os desafios enfrentados, sustentaram-me. Gostaria de agradecer a cada um que comigo partilhou este caminho, de forma especialmente única. Esta dissertação é também resultado de seus sentimentos.

Agradeço a Deus por me proporcionar esta oportunidade e por colocar todos essas pessoas maravilhosas em meu caminho.

Aos meus pais, Jane e Clever, por seus ensinamentos que edificaram em mim o valor da educação e a meu irmão Juninho, por seu companheirismo e exemplo nos estudos.

À minha querida companheira Carol que, com seu carinho e compreensão, tranquilizava meus momentos de dificuldades.

Aos meus familiares, que sempre incentivaram meus estudos, em especial à minha avó Ivonete, pelos lanchinhos ao entardecer, que renovavam minhas energias.

À minha orientadora, professora Meily Assbú Linhales, que partilhou mais estreitamente comigo esta caminhada, pela paciência e compreensão dos momentos de aprendizado deste aluno e por todo o esmero em seu trabalho. Foram sempre grandes os aprendizados que tive ao seu lado, ao longo de todos os momentos de minha formação.

Ao professor José Alfredo Oliveira Debortoli, que me ensinou a ser professor na mais bela acepção da palavra. Nunca me esquecerei das experiências vividas no Projeto Brincar e nas monitorias em suas disciplinas. Muito obrigado por mostrar-me o “caminho pelas pedras”, grande amigo!

Ao professor Tarcísio Mauro Vago pelos ensinamentos em suas disciplinas, por aceitar ser o parecerista e também qualificador deste trabalho, pelo estágio docente e por aceitar tomar parte na banca de defesa. Acima de tudo, querido Tatá, agradeço por sua grande generosidade e afetuosidade com as pessoas.

À professora Eustáquia Salvadora de Sousa, por aceitar compor a banca de defesa e seus cuidadosos apontamentos no trabalho.

À professora Andrea Moreno, por aceitar aquele pedido de inscrição para além do número de alunos na disciplina de graduação “Pensamento Pedagógico da Educação Física Brasileira” e que tanto me ajudou a compreender aspectos valiosos de nossa área, além, é claro, das discussões nas aulas de estágio docente.

Ao professor Marcus Aurélio Tabora de Oliveira, pelo incentivo aos estudos, presenteando-me com dois livros poucos momentos após nos conhecermos no Cemef.

Aos professores e colegas do Cemef, que contribuíram sobremaneira com meus estudos. Esse espaço foi de singular importância para minha caminhada acadêmica, pelos grupos de pesquisa e os trabalhos com o acervo, onde grandes amizades foram construídas; em especial Luiz Gustavo, Rodrigo, Hercules, Felipe (*in memoriam*), Gisele, Fernanda, Thaís, Sarah, Carla e Igor.

Aos meus colegas de mestrado, por dividirem os aprendizados e os medos de não darmos conta das disciplinas, trabalhos, entre outros, e por serem excelentes parceiros de congressos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que facultou excelentes condições para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas pessoais, dos quais fiquei muito ausente neste período, por entenderem a extensão deste sentimento.

Aos queridos companheiros de fraternidade, por me ajudarem bastante com suas vibrações positivas e saberem, também, entender minhas ausências.

Certamente, nestes momentos de agradecimentos, podemos cometer o grande erro de nos esquecermos de alguém muito especial. Agradeço, então, de forma geral, a todos que contribuíram, mesmo que meu cansaço e esforço da jornada não estejam me permitindo a lembrança. Estejam certos de que seu sentimento também está edificando este trabalho.

Acreditamos que o conhecimento da história da escola e da educação física possa expandir nossa compreensão sobre o lugar da escola e da educação física no presente. Reside aí, também, a esperança de nossas intervenções como professores mais bem fundamentados teoricamente.

(VAGO, 2010, p.10)

RESUMO

Este estudo investigou, em uma perspectiva histórica, os concursos públicos para provimento de cadeira de Educação Física em escolas estaduais mineiras, ocorridos entre os anos de 1960 e 1974, na cidade de Belo Horizonte. Esses concursos foram organizados pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG) e pela Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG), então responsável por todo seu processo seletivo, que envolvia a elaboração, aplicação e correção de todas as suas etapas. Os concursos eram compostos de cinco etapas: inscrição, prova teórica, prova prática, julgamento de títulos e publicação dos resultados. Interessou compreender a importância da EEF-MG na formação de professores de Educação Física bem como as representações constituídas para a área naquele período. O acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), sediado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ocupou um papel de destaque no trabalho investigativo das fontes, pela quantidade de documentos sob sua guarda. O conjunto documental constituiu-se, assim, de variadas fontes, como atas, dossiês, editais, currículos, ofícios, fotografias, provas manuscritas, planos de aula, programas. Importou conhecer detalhadamente a atuação da EEF-MG como principal instituição formativa da área bem como os professores componentes das bancas examinadoras e os professores candidatos. Também foram de interesse os conteúdos presentes em todo o processo seletivo. O que se conseguiu compreender, por meio da análise das fontes, foi a construção de um perfil de professor de Educação Física ideal para o ensino médio em Minas Gerais, no período abrangido por este estudo. A EEF-MG esteve presente desde a formação superior dos professores, passando por sua formação continuada e culminando em sua seleção para atuação no ensino público, para o grau médio. Buscou-se entender como e quais representações de Educação Física foram constituídas no período em que os concursos públicos estavam em vigência. Espera-se que este estudo contribua para o entendimento sobre o campo da Educação Física em Belo Horizonte e Minas Gerais, na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: História da Educação; História da Educação Física; Concursos Públicos.

ABSTRACT

This study investigated, in a historical perspective, the tender for provision of Chair of physical education in State schools, Mining occurring between 1960 and 1974, in the city of Belo Horizonte. These contests were organized by the Ministry of Education of the State of Minas Gerais (SEE-MG) and the school of physical education of Minas Gerais (EEF-MG), so responsible for your selection process, which involved the drafting, implementation and correction of all your steps. The contests were composed of five stages: registration, proof theoretical, practical test, trial of titles and publication of results. Interested in understanding the importance of EEF-MG in the training of physical education teachers, as well as the representations made to the area in that period. The archive of the memory center of physical education, sport and leisure (Cemef), based in the school of physical education, physiotherapy and occupational therapy (EEFFTO) in the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), has held a prominent role in the investigative work of the sources, by the amount of documents under his guard. The documentary was set to varied sources such as atas, dossiers, notices, resumes, letters, photographs, manuscript evidence, lesson plans, programs. Imported meet the performance of EEF-MG as the main formative institution of the area, as well as the teachers components of examinadoras stalls and teachers candidates. Were also of interest the contents present throughout the selection process. What if managed to understand, through the analysis of the sources, was the construction of a Physical education teacher profile ideal for high school in Minas Gerais, in the period covered by this study. The EEF-MG was present since the higher education of teachers, through its continuing education and culminating in his selection to performance in public education, for the high school. Sought to understand how and what representations of physical education were established at the time when the tender was in effect. It is hoped that this study will contribute to the understanding of the field of physical education in Belo Horizonte, Minas Gerais, in the second half of the 20th century.

Keywords: History of Education; History of Physical Education; Public Procurement.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa político de Minas Gerais apresentando a quantidade de cidades e candidatos aos concursos, por mesorregiões, abrangendo o período de 1960 a 1974.....	18
FIGURA 2 - Registro definitivo concedido pelo Ministério da Educação e Cultura (25 de julho de 1967).....	35
FIGURA 3 - Autorização concedida pela Divisão de Educação Física a título precário (18 de dezembro de 1968).	37
FIGURA 4 - Ofício enviado pela Secretaria da Educação à Escola de Educação Física de Minas Gerais, confirmando inscrições <i>ex officio</i> ao exame de suficiência (27 de outubro de 1967).....	39
FIGURA 5 - Capas de planos de aula apresentados para provas práticas aos concursos de provimento de cadeira	47
FIGURA 6 - Conteúdos de planos de aula apresentados para provas práticas nos concursos de provimento de cadeira	48
FIGURA 7 - Banca examinadora de concurso para provimento de cadeira de Educação Física (setembro de 1969).....	49
FIGURA 8 - Aula prática do concurso de provimento de cadeira de Educação Física (setembro de 1969).....	50
FIGURA 9 - Ficha de julgamento de títulos para concurso de provimento de cadeira.....	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Unidades a serem estudadas para o concurso de provimento de cadeira.....	41
QUADRO 2 - Unidades a serem estudadas para os exames de suficiência	43
QUADRO 3 - Julgamento de títulos - Grupo I - Títulos básicos	51
QUADRO 4 - Julgamento de títulos - Grupo II - Demais títulos.....	52
QUADRO 5 - Disciplinas vigentes nos currículos da EEF-MG ao longo da aplicação dos concursos públicos.....	63
QUADRO 6 - Cursos apresentados por professores candidatos ao provimento de cadeira.....	85
QUADRO 7 - Frases e pensamentos anotados em provas práticas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência	98

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Professores presidentes das bancas examinadoras.....	73
TABELA 2 - Professores examinadores das bancas	76
TABELA 3 - Diplomas apresentados por professores candidatos ao provimento de cadeira	84
TABELA 4 - Documento apresentado por professores candidatos ao exame de suficiência.....	84
TABELA 5 - Pontos sorteados para as provas teóricas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência.....	89
TABELA 6 - Pontos sorteados para as provas práticas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cemef	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
DED	Departamento de Educação Física e Desporto
DEF	Divisão de Educação Física
DEMG	Diretoria de Esportes de Minas Gerais
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
EEF-MG	Escola de Educação Física de Minas Gerais
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
Esefex	Escola de Educação Física do Exército
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Premen	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
SEE-MG	Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Conhecendo os concursos públicos para a Educação Física em Minas Gerais.....	17
1.2	A Educação Física em Belo Horizonte: formando professores	21
1.3	A(s) escola(s) de Educação Física de Minas Gerais	25
1.4	Investigando as fontes, delineando a narrativa	29
2	SELECIONANDO CANDIDATOS: OS RITUAIS DO CONCURSO.....	34
2.1	As inscrições	34
2.2	Prova teórica	40
2.3	Prova prática.....	46
2.4	Julgamento de títulos	50
2.5	Os resultados e sua publicação	55
3	O LUGAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	57
3.1	Atividades formadoras	58
<i>3.1.1</i>	<i>Cursos.....</i>	<i>58</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Currículos.....</i>	<i>61</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Jornadas Internacionais de Educação Física</i>	<i>65</i>
<i>3.1.4</i>	<i>Ruas de recreio</i>	<i>67</i>
<i>3.1.5</i>	<i>Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen)</i>	<i>69</i>
3.2	Os professores da EEF-MG e suas participações nas bancas examinadoras.....	72
<i>3.2.1</i>	<i>Geraldo Pinto de Souza.....</i>	<i>73</i>
<i>3.2.2</i>	<i>Herbert de Almeida Dutra.....</i>	<i>74</i>
<i>3.2.3</i>	<i>Olavo Amaro da Silveira</i>	<i>75</i>
4	OS CANDIDATOS: O PERFIL ALMEJADO PELA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	81
4.1	Formação dos candidatos.....	82
4.2	Os candidatos e suas “respostas” nas provas.....	88
<i>4.2.1</i>	<i>“Respostas” nas provas</i>	<i>94</i>
4.3	Frases e pensamentos: relações com as provas práticas	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
6	REFERÊNCIAS	105
7	ANEXOS	113

1 INTRODUÇÃO

Este estudo abrange os concursos públicos para provimento de cadeira de Educação Física em escolas estaduais de ensino médio, promovidos pela Secretaria da Educação de Minas Gerais e pela Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEF-MG). Esses concursos selecionavam todo o professorado relativo ao ensino de Educação Física no ensino médio para ministrar esse conteúdo nas escolas em todo o Estado de Minas Gerais, durante a década de 1960 até meados da década de 1970. A EEF-MG ocupava um lugar central nesses concursos por ser a responsável por quase todo o seu processo, especialmente em sua elaboração, aplicação e correção, que levavam à classificação dos aprovados e ao ingresso e posse na cadeira de Educação Física de escolas de ensino médio. Instigou-se, então, a compreender de que forma esses concursos eram elaborados pela EEF-MG, que também ocupava um papel central na formação docente, buscando identificar um perfil de professor almejado, contribuindo, assim, para o entendimento acerca da formação docente e do ensino em Educação Física em Minas Gerais.

Este trabalho resulta de inquietações que nos envolveram ao longo de nossa formação em Educação Física e das primeiras experiências profissionais. Confrontado por uma situação que incomodava bastante e que envolvia as experiências com a Educação Física ao longo da vida até o ingresso na Universidade. A questão envolvia sempre o porquê de a formação apresentar um amplo campo em que a Educação Física se desdobra, configurado em suas múltiplas áreas de atuação, tais como políticas públicas, organização e administração, recreação e lazer, hospitais, centros de memória, entre outras, e o “senso comum” constituído pela sociedade, que indica os profissionais da área atrelados apenas à escola, ao esporte profissional ou à academia. Mas não parava por aí. Havia também os estudos durante os ensinos fundamental e médio, sempre em escolas públicas, e buscávamos entender o porquê, durante a disciplina de Educação Física, ter sido contemplado apenas o ensino dos conteúdos “jogos e brincadeiras” e “esportes”, e, mesmo assim, apenas quatro modalidades coletivas de esporte, em que o futebol “reinava” durante quase todo o ano letivo. Assim, surgiram duas perguntas que passamos a nos fazer: por que, com tamanho conhecimento constituído na área, foi, como aluno de ensino fundamental e médio, ministrado tão pouco? E por que a visão da sociedade, considerado aqui como “senso comum”, é tão reduzida acerca dos conhecimentos da Educação Física?

Essas perguntas começaram a ganhar mais força e o caminho para respondê-las a ser traçado em 2009, depois de obtido a Licenciatura e continuando os estudos pela habilitação em Bacharelado. Nesse momento, nós nos aproximamos do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef),¹ pertencente à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo projeto intitulado “Eu vou te contar uma história: memórias dos esportes e das Ruas de Recreio”,² que ofertava uma bolsa de iniciação científica para trabalhar com o eixo da pesquisa referente às Ruas de Recreio. Ao ler o projeto, despertou-nos o interesse e ocorreu a aprovação no processo seletivo. O interesse pela recreação adivinha dos três anos de formação em Licenciatura, trabalhando com extensão no Projeto Brincar,³ também inserido na EEFFTO/UFMG. Porém o que não imaginávamos é que as respostas para aqueles questionamentos pareciam estar se aproximando. Os estudos na iniciação científica reforçaram os questionamentos e, dessa maneira, surgiu o interesse pelo estudo da história da disciplina escolar “Educação Física” e seus protagonistas. O professor que se responsabilizava por ela: como apareceu? Quem era? Onde e como era formado? Como atuava? Como organizava suas aulas? E os alunos que dela participavam, quem eram? Como participavam? Que demandas apresentavam? Outro interesse surgiu para a investigação do conhecimento e das práticas prescritas para essa disciplina ao longo de sua afirmação e constituição.

Na companhia daqueles questionamentos, completamos a formação superior em Educação Física e continuamos os estudos no Cemef, por meio de seleção para assumir uma bolsa de apoio técnico referente ao projeto de pesquisa “O Cemef/UFMG como lugar de memória e pesquisa da história do esporte em Minas Gerais: organização e conservação de acervos”.⁴ Nesse projeto, o envolvimento ocorreu mais atentamente com o acervo do Centro, especificamente com o acervo institucional da Escola, desde sua gênese, em 1952, até o ano

¹ Criado em 2001, o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer tem o propósito de recuperar, preservar, divulgar e pesquisar documentos históricos do curso de Educação Física, articulando ações de extensão, de pesquisa, de ensino e de formação docente. Seu acervo diversificado assume características de biblioteca, de museu e de arquivo, incluindo livros, revistas, jornais, filmes, fotografias, manuais, diários, manuscritos, anotações de aulas, artefatos esportivos, arquivos pessoais, entre outros.

² Projeto financiado pelo Ministério do Esporte (ME) - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) e Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte - chamada pública de 2008, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Meily Assbú Linhales.

³ Projeto de extensão coordenado pelo Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli, que tinha como objetivo o trabalho com a experiência, a memória e o registro de brincadeiras.

⁴ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) - chamada pública nº 16/2009, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Meily Assbú Linhales.

de 1980, que passaria por um complexo processo de tratamento para sua conservação, organização e futura disponibilização para consulta. Atuando ao longo de dois anos no projeto, interessou-nos a documentação referente aos concursos públicos para provimento de cadeira de Educação Física em escolas estaduais de ensino médio, envolvendo as reflexões acima aludidas, o interesse em pesquisá-los e a estruturação deste estudo.

Ao iniciar o trabalho com fontes, logo se verificou que havia uma banca examinadora organizada exclusivamente para os concursos cuja composição era formada por professores da EEF-MG. A ela cabia elaborar, aplicar e corrigir as provas que levavam à classificação dos aprovados e ao ingresso e posse na cadeira de Educação Física de escolas de ensino médio de todo o Estado na década de 1960 até 1974. Essa verificação suscitou, de pronto, algumas reflexões. Se a banca era formada por professores da EEF-MG e só alguns deles a compunham, quais eram os critérios para formação dessas bancas? Esses critérios baseavam-se em sua formação (acadêmica, profissional e política)? Em que se baseavam para elaboração das provas (modalidades, conteúdos, etc.)? Em que lugar(es) e de que maneira(as) eram aplicadas? A que obedecia o processo de correção? A banca também participava na formatação das condições para os professores que desejassem candidatar-se aos concursos?

Assim, optou-se pela primazia em compreender como o concurso foi elaborado pela EEF-MG, como foi estruturado e reestruturado, o que poderia resultar em um tipo de modelagem na formação de professores, conseqüentemente, para a Educação Física em Minas Gerais. Para essa compreensão, faz-se necessário entender quais saberes relativos à Educação Física estavam em circulação e em que tempos e espaços os sujeitos dessa história estariam envolvidos, resultando diretamente na escolha de seus conteúdos e práticas. Assim, este estudo foi baseado no conjunto de conhecimentos teórico e metodológico da pesquisa histórica, operando com noções que organizam o campo da História Cultural, elegendo-se o diálogo com alguns historiadores, como Michel de Certeau (1994; 2006) e Roger Chartier (1990). Além deles, trazemos o diálogo com alguns pesquisadores brasileiros que também operam com pressupostos desse campo em suas pesquisas, como Marta Maria Chagas de Carvalho, Luciano Mendes Faria Filho, Eustáquia Salvadora de Sousa, Tarcísio Mauro Vago, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, entre outros. Não menos importantes foram os estudos de jovens historiadores que, em Minas Gerais, no âmbito do Cemef, com seus projetos de pesquisas, monografias e dissertações, muito ajudaram na composição deste trabalho. É

relevante a produção desse Centro, desde sua fundação, em 2001,⁵ e merecedora de destaque na contribuição deste trabalho, em que realizamos o diálogo com oito estudos distintos.

1.1 Conhecendo os concursos públicos para a Educação Física em Minas Gerais

Durante os anos de 1960 a 1974, foram realizados 110 concursos públicos para o provimento de cadeira de Educação Física em cidades mineiras sob a responsabilidade da EEF-MG. Anteriormente a esse período, segundo Sousa (1994, p. 109), o exame de habilitação para se efetivar no cargo de professor era aplicado pelo Instituto de Educação (Decreto 3.508, de 21 de dezembro de 1950) (BRASIL, 1950), e seus últimos registros datavam de 1957. Os primeiros documentos encontrados a respeito dos concursos sob a responsabilidade da EEF-MG datam a partir do ano 1960.⁶ A partir do ano de 1974, não foi encontrado mais nenhum documento acerca dos concursos. Ressaltamos que a EEF-MG finalizou o seu processo de federalização em 13 de novembro de 1973, com a criação da primeira Congregação da Escola, passando então a fazer parte da UFMG e nomeada Escola de Educação Física da UFMG.⁷ Fica claro, então, que a Escola não era mais a responsável pela aplicação do concurso, já que deixou de ser uma instituição estadual.

No que diz respeito à abrangência dos concursos pelas cidades do Estado de Minas Gerais durante o período de sua vigência, foi constatada a aplicação de 110 concursos. A fim de facilitar a observação e organização dos dados encontrados, construímos uma tabela (anexo 1) constando da temporalidade, cidade, escola e número de candidatos, para todos os concursos que aparecem nos livros de atas e dossiês de candidatos encontrados no acervo do Cemef e os resultados foram distribuídos espacialmente no mapa político do Estado (FIG. 1). Percebemos a aplicação de concursos em 10 das 12 regiões de Minas Gerais e que cada um desses concursos apresentava apenas uma vaga por escola. Foram recebidas 215 inscrições de candidatos, e, algumas vezes, foi identificado o mesmo candidato concorrendo a mais de um concurso em escolas, cidades e períodos distintos. Percebemos que não foram encontrados

⁵ Sobre as produções do Cemef, consultar o texto “Escrevendo histórias de Educação Física, de esportes e de lazer: uma apreciação da produção a partir do Cemef/UFMG” (VAGO, 2013).

⁶ *Livro de Atas de Exames da Educação Física (1954-1974)*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiês de candidatos. O livro marca a data inicial para o ano de 1954, mas a primeira ata se inicia pelo ano de 1960. Nenhum outro documento relativo aos concursos foi encontrado em tempo anterior.

⁷ Processo este que havia começado no ano de 1969 pelo Decreto-Lei nº 997, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969).

concursos para as mesorregiões do Nordeste (Jequitinhonha e Vale do Mucuri) e que as mesorregiões do Norte e Noroeste, juntas, foram alvo de apenas cinco concursos. Em contrapartida, as mesorregiões Sul/Sudoeste, Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata foram alvo da maioria dos concursos, e, também, da procura pelos candidatos. Um dado curioso pôde ser observado: com exceção das cidades de Belo Horizonte (10 candidatos) e Contagem (20 candidatos), quase todas as cidades apresentam um número baixo de candidatos (1 e 2) por vaga. É possível supor que essas distribuições e procuras foram resultados das condições de desenvolvimento de cada localidade, as condições de suas instituições de ensino, suas aproximações e distanciamentos dos centros urbanos, bem como da capital mineira. Ainda, chamamos a atenção para um hiato de quatro anos na aplicação de concursos, entre os anos de 1960 e 1964. Não foi encontrado nenhum documento que verse sobre alguma determinação para não aplicação do concurso nesses anos.

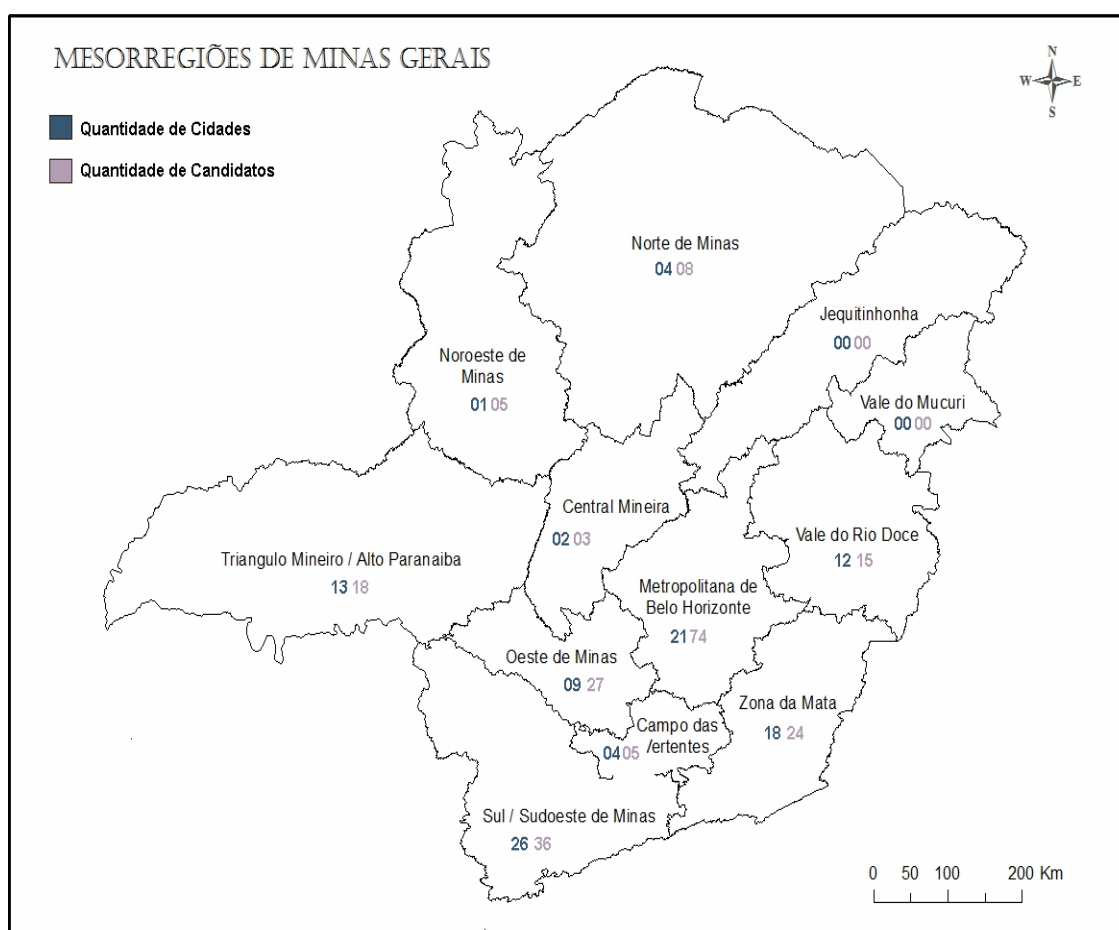


FIGURA 1 - Mapa político de Minas Gerais apresentando a quantidade de cidades e candidatos aos concursos, por mesorregiões, abrangendo o período de 1960 a 1974

Ao longo desse período, a Educação Física figura como prática educativa obrigatória,⁸ sendo, portanto, de responsabilidade do Estado seu ensino público e gratuito. De modo a qualificar o cumprimento dessa normativa nas escolas estaduais mineiras, era necessário escolher os professores que estivessem mais bem preparados para ministrar essa prática aos alunos. Assim, o Estado designava uma de suas instituições que entendia como mais bem qualificada para realizar a seleção.⁹ Dessa forma, durante o período recortado, a EEF-MG foi responsável pelos concursos de provimento de cadeira de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio de Minas Gerais.

A Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG), por intermédio de seu Departamento do Ensino Médio e Superior, fazia o levantamento da demanda de professores para as escolas. De posse dessa demanda, publicava editais e avisos no Jornal Minas Gerais sobre a abertura dos concursos, informando a(s) cidade(s), local de inscrição, data-limite, bem como todos os trâmites legais necessários para o candidato se inscrever. Em seguida, enviava ofícios à EEF-MG, determinando que fossem tomadas todas as providências necessárias para a realização do intento.

Os ofícios enviados pela SEE-MG para a EEF-MG eram endereçados ao diretor, cabendo a ele encaminhar a realização dos concursos requisitados. Encontramos junto a alguns processos de concursos, os decretos publicados no Jornal Minas Gerais, contendo a informação legal, manuscritamente endereçadas aos cuidados do diretor da escola, para que este pudesse analisar e tomar as devidas providências.

A primeira medida tomada pelo diretor dizia respeito às inscrições para os concursos. O órgão responsável por essa tarefa era a Secretaria da EEF-MG. O diretor então informava à Secretaria a lista de documentos necessários para inscrição, de acordo com o previsto nos decretos. Dessa forma, os funcionários da Secretaria estavam aptos a receber as inscrições dos candidatos, conferindo corretamente a documentação entregue.

Como segunda medida, o diretor convocava professores da instituição para formação de uma *banca examinadora*, por ele presidida, e que assumia três incumbências distintas: elaborar e aplicar duas provas distintas (uma de cunho teórico e a outra de cunho

⁸ A Educação Física apenas se tornou componente curricular após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1996 (Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996) (BRASIL, 1996).

⁹ Encontramos, no Jornal Minas Gerais, a publicação, em três anos seguidos, de três decretos que estabelecem normas para admissão de professores nas unidades estaduais de ensino médio e determinam outras providências. Decreto n. 10.133, de 28 de novembro de 1966; Decreto n. 10.221, de 5 de janeiro de 1967; Decreto n. 11.073, de 17 de abril de 1968 (MINAS GERAIS, 1966; 1967; 1968).

prático), realizar o *juízo de títulos* apresentados pelos candidatos no ato de inscrição e, por fim, arranjar planilhas que demonstrassem todos os resultados obtidos pelos candidatos nas provas e no juízo de títulos.

Posteriormente à organização da banca, era enviado um ofício do diretor da EEF-MG para o secretário da SEE-MG, informando sua composição. Ao final do período de inscrição dos candidatos, outro ofício era enviado à SEE-MG, informando a data das provas teóricas e práticas, local e *pontos de provas* a serem estudados. Essas informações eram publicadas no Jornal Minas Gerais, de acordo com os andamentos legais do concurso. Após a realização das provas, seguia-se para o juízo de títulos, que já tinha sua regulamentação previamente publicada no jornal Minas Gerais, contendo as disposições legais. Depois do preparo das planilhas, cabia ao diretor seu encaminhamento à Secretaria da Educação para publicação dos resultados do concurso no Jornal Minas Gerais. Para todo o processo, era preenchida uma ata, assinada por todos os membros da banca, em um livro de atas específico para o concurso, que seguia em ordem cronológica.

A EEF-MG elaborou um documento contendo regulamento e programa para o concurso, publicado no Jornal Minas Gerais de 15 de fevereiro de 1969.¹⁰ O regulamento continha as disposições do concurso em títulos, capítulos, artigos, parágrafos, incisos, cotejando-o com outros documentos também publicados em diversas edições do Jornal Minas Gerais, entre eles editais, pontos de provas, regulamentação do juízo de títulos. Observamos ser esse regulamento um tipo de compilação dessas publicações para organizar o concurso para o professor candidato, facilitando o entendimento de seu processo como um todo.

Paralelamente aos concursos para provimento de cadeira, existiam também os *exames de suficiência*,¹¹ que visavam a selecionar professores para ocuparem, interinamente, as cadeiras de Educação Física que se encontravam vagas ou para assumirem a regência de aulas extranumerárias, ou seja, que excediam à quantidade de aulas permitida por lei para o professor oficial da cadeira ministrar. Nesse caso, o professor aprovado assumia o cargo de professor auxiliar. Os professores candidatos aprovados trabalhavam em regime de contrato.

¹⁰ *Regulamento e programa do concurso de provimento de cadeira de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio – 4 fev. 1969.* Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

¹¹ *Portaria Ministerial n. 49, de 12 de janeiro de 1950.* Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

No que tange à sua organização, os exames de suficiência seguiam a mesmas determinações da SEE-MG para com a EEF-MG, de acordo com o regulamento e programa para os exames, também elaborado pela EEF-MG e publicado no Jornal Minas Gerais de 8 de março de 1969.¹² Apontamos as três principais diferenças em relação ao concurso de provimento: a primeira dizia respeito aos professores candidatos que podiam inscrever-se para esse exame, ou seja, uma menor exigência de titulação; a segunda seria a não presença de julgamento de títulos, sem levar em consideração critérios como outras formações e experiência; e, por fim, um programa de estudos com uma relativa diminuição nos tópicos.

Foi encontrado também um documento pelo qual a EEF-MG manifestava sua opinião sobre os exames de suficiência, e fazia alusão às suas preocupações perante essa forma de seleção de professores.¹³ A Escola apontava que as questões formativas do professor de Educação Física eram uma conquista que o levaria ao nível universitário. Assim, não se poderia mais admitir que professores sem tal formação fossem aceitos em qualquer grau de ensino. Indicava alguns perigos em se admitirem professores sem essa formação e, a seguir, listava algumas condições que entendia como de primeira importância para a seleção de professores sem essa formação universitária. Entre elas, destacamos a exigência de que o professor candidato à cadeira de Educação Física pelos exames de suficiência tivesse uma das habilitações anteriores permitidas para se lecionar Educação Física. Esse manifesto pode ser entendido como uma forma de reivindicação para garantir certo prestígio aos processos de formação anteriores à universitária, facultando, assim, às escolas públicas que não tivessem um professor formado em um curso superior algum professor com uma mínima experiência formativa ligada à Educação Física, e, ao mesmo tempo, garantir uma possibilidade de emprego aos professores que se encontrassem nessa circunstância.

1.2 A Educação Física em Belo Horizonte: formando professores

As iniciativas em torno da formação de professores de Educação Física em Minas Gerais, e especialmente em Belo Horizonte, foram se qualificando a partir do final do século XIX, buscando uma melhoria em seus processos formativos e afirmando a legitimidade da

¹² *Regulamento e Programa para admissão de professor auxiliar de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio – 25 fev. 1969.* Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

¹³ *A EEF-MG manifesta sua opinião e dá orientações ao exame de suficiência – s/d.* Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

presença da Educação Física e de seus professores na sociedade e, de modo mais específico, na escola. Para ajudar a compreender esse percurso, exporemos alguns trabalhos que tiveram como esforço entender a formação de professores em Belo Horizonte.¹⁴

Até meados da década de 1920, a Educação Física era compreendida como ensino de Exercícios Físicos para o primário e de Ginástica para o curso Normal. A professora responsável por ministrá-los adquiria seus conhecimentos ao longo de sua formação como normalista, cursando a matéria Ginástica. Não existia, portanto, nenhuma formação especializada (SOUSA, 1994; VAGO, 2002).

A partir da década de 1920, buscou-se uma formação específica para o professor de Educação Física, o que Vago (2010) chamou de “produção de um especialista”, quando ocorreu a primeira exigência de um diploma para a investidura no magistério:

Trata-se de uma intervenção decisiva do Estado no processo de legitimação e consolidação da escola como lugar de cultura específica, transmitida por um profissional formado e habilitado em instituições destinadas para tal fim. É uma explícita tentativa de profissionalizar o campo do magistério primário, com a delimitação de uma comunidade específica e profissionalizada para atuar nas escolas (VAGO, 2010, p. 129).

Surgiu, então, na década de 1920, uma série de iniciativas do governo do Estado de Minas Gerais para a formação do professorado, particularmente para a formação de um especialista em Educação Física. Entre elas, citamos a reforma do ensino primário e normal, a criação da Inspeção de Educação Física, a organização de um curso de aperfeiçoamento e a publicação e circulação do periódico “Revista do Ensino”.

De acordo com Silva (2009), a criação da Inspeção de Educação Física¹⁵ foi um dos resultados da Reforma Francisco Campos, que visava a alterar o ensino primário e secundário em Minas Gerais. Essa reforma fez parte de um contexto de reformas da instrução pública pelo País, que dialogava com o movimento da Escola Nova. Esse ambiente propiciou

¹⁴ Entre eles, destacamos a tese de doutoramento da professora Eustáquia Salvadora de Sousa (1994) que, em certo momento, trata a respeito dos cursos de formação de professores presentes no final do século XIX até meados do século XX, com olhar voltado para as questões de gênero. Os estudos do professor Tarcísio Mauro Vago (2002; 2010), que buscam o entendimento das configurações e reconfigurações da Educação Física, atravessando diversos aspectos, desde a sua nomenclatura, função e ações, o que permeia também a sua formação nas três primeiras décadas do século XX. Contribuem também as dissertações de mestrado da professora Giovanna Camila da Silva (2009), acerca da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais, e do professor Miguel Fabiano de Faria (2009), abrangendo a Revista Ensino, ambos estudos ressaltando as décadas de 20 e 40 do século XX. Essas dissertações ajudam na compreensão das medidas governamentais e da mobilização de instituições, cursos, periódicos, entre outros, que visavam à formação dos professores, também forjando a representação de uma Educação Física almejada.

¹⁵ Decreto 7.970-A, de 15 de outubro 1927 (MINAS GERAIS, 1927).

a circulação de novas modelagens pedagógicas, que enfatizavam uma escola de abrangência nacional e também de ensino atrativo, ativo e eficiente, baseado nas experiências dos alunos.

Nesse contexto, à Inspetoria cabia atuar nas ações que estruturavam o processo educativo como um todo, entre elas, na formação das professoras. Algumas de suas ações focavam, mais especificamente, as professoras de Educação Física que lecionariam nas escolas. A Inspetoria tinha, como propósito inicial, supervisionar as aulas e, dessa forma, controlar a sua atuação. Secundariamente, havia a preocupação de qualificar a formação delas, já que o número de docentes só fazia aumentar (SILVA, 2009).

Para dar cumprimento a essa incumbência, a Inspetoria organizava cursos intensivos que visavam a qualificar as professoras que já atuavam nas escolas, a fim de elas se adequarem às novas condições do ensino de Educação Física. Segundo Vago (2010), esses cursos são a primeira iniciativa específica para a formação de professores de Educação Física em Minas Gerais. Em seu estudo, Silva (2009) percebeu dois períodos distintos: as primeiras iniciativas (1928-1932), quando os cursos foram ofertados de forma a observar o interesse, aceitação e procura por conta das professoras. Ao longo desse período, o curso elegeu e apresentou aos alunos novos pressupostos e conteúdos para a Educação Física. Já o segundo período (1933-1934) conferiu maior regulamentação e sistematização à proposta, vista a sua consolidação ante os docentes, resultando em uma abrangência maior deles, e, prioritariamente uma seleção mais refinada dos interessados nessa formação, visando, claramente, à condição do especialista.

Em seu estudo, Faria (2009) apresenta o periódico *Revista do Ensino*, que circulou corroborando a formação dos professores, uma vez que veiculou diversas informações acerca dos acontecimentos do período, fazendo chegar até aos professores os conhecimentos que tornariam qualificadas as suas intervenções:

Ao apresentar proposições para a disciplina Educação Física, a *Revista do Ensino* produziu e fez circular representações dos sujeitos escolares, especialmente professores e alunos. Tais representações foram produzidas acerca das relações destes sujeitos com essa disciplina escolar. Para os professores, a *Revista* apresentou expectativas de atuação e divulgou os movimentos de formação e produção de um professor específico para a Educação Física.

A *Revista* também mobilizou diversos sujeitos - autorizando-os a escreverem em suas páginas - seja convidando os professores a enviar suas colaborações, seja publicando traduções de artigos estrangeiros, ou transcrições de conferências e reuniões realizadas em escolas. A *Revista do Ensino* deu voz aos discursos que seriam autorizados, repercutindo também um movimento de confrontos, afirmações e reconfigurações destes discursos (FARIA, 2009, p. 37).

Até meados da década de 1930, as iniciativas descritas acima, voltadas para a formação de professores de Educação Física pelo governo em Minas Gerais, eram destinadas para as professoras, que ministravam suas aulas no ensino primário, normal e secundário apenas para o gênero feminino. As aulas para o gênero masculino eram ministradas por instrutores militares, que, até aquele período, também não apresentava uma formação específica, sendo as aulas compostas pela prática de atividades ginásticas e esportivas por eles desenvolvidas no meio militar (SOUSA, 1994).

Em âmbito nacional, mudanças ocorriam no modo de seleção de professores na década de 1930, quando surgiam as primeiras promulgações a respeito dos concursos no Brasil e que também incidiam em Minas Gerais. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1934, em seu artigo 170, §2º, estabeleceu, pela primeira vez, o processo para provimento de cargos no magistério oficial pela realização de concursos públicos, que ficariam a cargo dos Estados. Em seguida, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937, em seu artigo 131, estabeleceu, também pela primeira vez, a obrigatoriedade do ensino de Educação Física nas escolas primárias, normais e secundárias (BRASIL, 1934, 1937; TEIXEIRA, 2008).

Em 1934, seguindo também as proposições em termos nacionais de trazer aos jovens valores cívicos e morais pelo ensino de Educação Física, o interventor federal Benedicto Valladares Ribeiro criou o Centro de Educação Física do Departamento de Instrução da Força Pública.¹⁶ Esse centro deveria seguir os mesmos moldes do Centro Militar de Educação Física do Exército, e seus professores deveriam ser diplomados pela Escola de Educação Física do Exército.¹⁷

Para ampliar os cursos de treinamento desses alunos, o mesmo interventor federal transformou o Minas Tênis Clube em Praça de Esporte de Minas Gerais, promovendo cursos para formação de monitores para o “ensino prático e treinamento de exercícios físicos e esporte em geral”. Esses monitores eram, em sua maioria, militares e, ao concluírem os cursos, recebiam o título de técnicos de atividades físicas e modalidades esportivas, sendo também permitida a atuação como professores de Educação Física em colégios.

Esses cursos não facultavam a seus formandos o título de licenciado, o que a Legislação Federal determinava, desde 1941, ser obrigatório para o exercício docente em instituições de ensino público. Porém, em Minas Gerais, tal determinação não era plenamente

¹⁶ Decreto n. 11.252, de 3 de março 1934 (MINAS GERAIS, 1934)

¹⁷ Decreto n. 200, de 7 de agosto de 1935 (MINAS GERAIS, 1935).

cumprida, e vários formandos desses cursos ministraram as aulas de Educação Física em todos os níveis de ensino. Somente após o ano de 1952, com a fundação da EEF-MG,¹⁸ houve uma diminuição da oferta desses cursos, até o seu encerramento (SOUSA, 1994). Mesmo assim, havia a concorrência de muitos professores detentores desses títulos às cadeiras de Educação Física das escolas mineiras, por meio dos exames de suficiência, que aceitavam essa formação como título precário, em cumprimento a decretos e normas que balizavam esses exames. A partir de 1952, com a fundação da EEF-MG, o Estado passou a contar com uma instituição que formava professores de nível superior para atuar em suas escolas, atendendo, assim, à legislação e suprimindo uma lacuna desses profissionais na sociedade.

Em relação ao ensino médio no Brasil, nesse período, essa modalidade passou por uma reformulação marcada pelas reformas educacionais iniciadas na década de 1930, por Francisco Campos (Decreto n. 19.890/1931), e finalizadas por Gustavo Capanema (pela promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, Decreto-Lei n. 4.244/1942). Como resultado dessas reformas, o ensino secundário organiza-se em duas partes: a primeira definida “ginásio”, com duração de quatro anos, e a segunda definida “colegial”, com duração de três anos (NUNES, 2000; NASCIMENTO, 2007; BRAGHINI; BOMTEMPI JUNIOR 2012; MOEHLECKE, 2012).

Já em 1971, o governo militar realizou a reforma do ensino médio como parte de uma mudança maior, que culminou na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1971b). Segundo Nunes (2000, p. 58), “O aumento no nível de escolaridade do trabalhador definiu o objetivo desse ensino que, além da cultura geral básica, incluía uma educação para o trabalho”. Uma de suas principais modificações foi a criação dos primeiro e segundo graus. O tempo de formação foi estendido para 11 anos, pois os cursos primário e ginásial eram fusionados, originando o primeiro grau com duração de oito anos. O ensino colegial se tornou o segundo grau, mantendo os seus três anos de duração, mas compondo um sistema de ensino único.

1.3 A(s) escola(s) de Educação Física de Minas Gerais

A fim de entender o lugar que essa Escola passou a ocupar em Minas Gerais após a sua fundação, em 1952, propomo-nos a entender o processo que levou à sua fundação, bem

¹⁸ Decreto n. 31.761, de 12 de novembro de 1952 (BRASIL, 1952).

como os seus caminhos ao longo dos anos em que era responsável pelos concursos públicos para provimento de cadeira de Educação Física.¹⁹

De acordo com Sousa (1994), até o início da década de 1950, a quantidade de professores de Educação Física formados em cursos superiores em todo o Estado de Minas Gerais era muito reduzida. Essa situação ocorria pela pequena quantidade de cursos oferecidos no Brasil. No entanto, desde a década de 1930, diversos nomes de destaque na área se mobilizavam para criar uma instituição superior formadora para o Estado.

No ano de 1947, o documento intitulado “Necessidades de criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais” foi escrito pelos professores Silvio Raso, Teodomiro Marcellos, Antenor Horta, Ayerton Araujo, Antônio Macedo, Maria Yedda Vecchio Mauricio, Hebert Almeida Dutra e Gabriel Godoi, e publicado em 10 de julho de 1947. Esses professores eram licenciados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e pela Escola de Educação Física do Exército (Esefex), ambas do Rio de Janeiro, e trabalhavam em Belo Horizonte nas escolas públicas ou particulares com o ensino da Educação Física ou em clubes esportivos. Pelo intermédio dessa formação, tiveram diversas experiências que acreditavam ser de suma importância para a formação do professorado mineiro, que, segundo eles, era aguardado com anseio pela sociedade mineira:

Nessa linha de raciocínio, alegam, inclusive, que outros Estados “de menor projeção” já tinham escolas, tais como o Espírito Santo, o Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, etc. Além de fazer referências às outras unidades da Federação, mencionam também outros países, como a Argentina, o Uruguai e o Chile, nos quais a formação de professores de Educação Física já se realizava há algum tempo. Nesse movimento de buscas de referências, relacionam a preparação profissional à consolidação de um sistema público de “Educação Física e Desportos” (LINHALES, 2013, p. 5).

Porém, apesar dos esforços desses professores em argumentar a respeito da importância e mesmo a necessidade da criação de tal instituição em Minas Gerais, seus anseios não foram atendidos pelo governo Milton Campos.

Alguns anos depois, em fevereiro de 1952, ocorreu a fundação da primeira escola de Educação Física em Minas Gerais, já no governo de Juscelino Kubitschek. Essa instituição

¹⁹ Listamos aqui alguns trabalhos que, perpassando por seus objetos de estudos, empregaram esforços em conhecer a história dessa instituição. Novamente, a tese de doutoramento da professora Eustáquia Salvadora de Sousa (1994), que trata, em determinado momento, de alguns aspectos referentes à vida da Escola, com olhar voltado para as questões de gênero; a dissertação do professor Marcos Almeida Campos (2007), que trabalha com a formação de professores de Educação Física, focalizando as práticas de dança na EEF-MG; a dissertação da professora Cássia Danielle Monteiro Dias Lima (2012), que investiga as Jornadas Internacionais de Educação Física; e, finalmente, o artigo da professora Meily Assbú Linhales (2013), acerca dos esforços para criação da EEF-MG.

foi nomeada Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais e era vinculada à Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG).²⁰ Pela atuação profissional de Juscelino Kubitschek como médico do Hospital Militar, a Escola apresentava uma estreita ligação com os cursos de instrutores da Polícia Militar.

Em maio de 1952, outra Escola de Educação Física foi fundada na capital mineira, por Dom Antônio dos Santos Cabral. Ela foi nomeada Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais e tinha como mantenedora a Sociedade Mineira de Cultura. Nessa nova Escola, grande parte dos docentes responsáveis pelo documento publicado em 1947 assumiu cargos de docência e de lideranças na área (SOUSA, 1994; CAMPOS, 2007; LINHALES, 2013).

Essas escolas funcionaram seguindo a organização da ENEFD, oferecendo cinco cursos aos interessados: Superior de Educação Física, Educação Física Infantil, Técnica Desportiva, Medicina Especializada em Educação Física, Massagem Especializada em Educação Física. O corpo docente das escolas era composto por professores formados pela Esefex e pela ENEFD, por médicos e por militares (SOUSA, 1994; CAMPOS, 2007).

Esse período de fundação das escolas foi marcado por um questionamento das estruturas econômicas e de valores sociais no País. A transformação de um país agrário-exportador para industrial exigia grandes modificações na estrutura comercial. Também as inovações que aconteciam na Igreja Católica, por conta do Concílio Vaticano II, foram fatores preponderantes para modificações sensíveis nos valores da sociedade brasileira e, por conseguinte, mineira (SOUSA, 1994).

Consideramos um fato, no mínimo, bastante curioso: a criação de duas Escolas no mesmo ano, uma sob os cuidados do Estado e outra, da Igreja, sendo que, por mais de seis anos, professores de destaque na área buscaram a criação de uma única escola sem lograrem êxito. As modificações ocorridas no País naquele período foram fatores preponderantes para a fundação de duas escolas, sendo uma coordenada pelo Estado, que seguia uma orientação de ensino de cunho militar, pelas características próprias de sua fundação acima citadas, e, em contrapartida, a escola coordenada pela Igreja, que apresentava uma orientação de ensino de cunho mais pedagógico, contando, inclusive, com a presença marcante daquele grupo de professores que haviam requisitado a criação de uma escola em Minas Gerais, no documento de 1947, desta vez, de certa forma, atendidos.

²⁰ Órgão criado por meio do Decreto-Lei n. 922, de 16 de julho de 1943 (MINAS GERAIS, 1943). Tinha como uma de suas funções coordenar as atividades de Educação Física e Esportes em Minas Gerais.

Sobre esse fato Sousa (1994) afirma:

A fundação de duas escolas de Educação Física em Belo Horizonte, no ano de 1952, como qualquer fato histórico, não ocorreu por acaso. Ao governo interessava formar uma juventude forte e ordeira para atender às exigências do Estado e de uma sociedade em processo de industrialização. À Igreja competia resgatar, através da Educação Física e dos esportes, os valores cristãos dos quais o Estado e os jovens haviam se distanciado nas últimas décadas (SOUSA, 1994, p. 125).

Entendemos que as duas entidades buscavam uma finalidade comum: formar professores de Educação Física por caminhos diferentes. Uma escola atendia suficientemente à demanda de Minas Gerais. Assim, não demoraram aparecer os imperativos de ordem econômica, já que as escolas tinham um custo relativamente alto e havia diminuído a procura por parte dos alunos. Dessa forma, Juscelino Kubitschek e Dom Cabral, buscando solucionar tal impasse, celebraram, em 1953, um acordo firmando a “fusão” das escolas, nomeada, a partir daí, Escola de Educação Física de Minas Gerais.²¹ Essa nova instituição passou a ser mantida com os recursos financeiros da DEMG, e a Igreja Católica responsabilizou-se por sua orientação pedagógica. Os cursos oferecidos continuaram os mesmos, e o currículo adotado foi o utilizado na Escola do Estado, acrescido da disciplina Cultura Religiosa (SOUSA, 1994; CAMPOS, 2007).

Na década de 1960, após o fim do governo Bias Fortes, Magalhães Pinto assumiu, e sua gestão optou por mudanças no foco de investimentos do Estado. Nessa época, a EEF-MG, sendo mantida por recursos públicos, atravessou uma crise financeira (LIMA, 2012). Como resolução para essa crise, foi pleiteada sua federalização. Dois fatores se destacaram para que esse pedido fosse deferido, sendo eles a eclosão do golpe militar em 1964 e os estudos realizados para a implantação de uma reforma universitária no Brasil, que se efetivou em 1968.²² Especificamente em Belo Horizonte, essa reforma provocou a necessidade de ampliação no número de docentes com formação superior, já que ela previa um incentivo à prática das atividades físicas em todos os níveis de ensino. Dessa forma, surgiu um aspecto facilitador e, em 1969,²³ a Escola foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais, passando a se chamar Escola de Educação Física da UFMG (SOUSA, 1994; CAMPOS, 2007). É importante, ainda, ressaltar que:

²¹ Sendo que a oficialização da fusão, com o reconhecimento federal da Escola, só foi homologado em abril de 1955, por meio do Decreto federal n. 37.161, de 13 de abril de 1955 (BRASIL, 1955).

²² Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968b).

²³ Decreto-Lei n. 997, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969).

Tal incorporação ocorreu na mesma época em que essa Universidade já apoiava o movimento de valorização do esporte como meio de educação do estudante, em particular, e do povo, em geral. Prova disso são as declarações do professor Gerson de Mello Bóson, em seu discurso de posse como reitor dessa instituição (SOUSA, 1994, p. 129).

Essa incorporação da Escola à UFMG exigiu modificações profundas para se adaptar às especificidades de uma universidade. Toda a sua organicidade precisou ser adequada e apenas um curso passou a ser oferecido, o Superior em Educação Física. Seu currículo e o corpo docente também demandaram adequações (CAMPOS, 2007).

Cabe ainda ressaltar que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a Escola trilhou um caminho afirmativo na cidade de Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais, o que constatamos por algumas atividades marcantes por ela desenvolvidas, além dos seus cursos, de caráter extensionista. Entre elas, as Ruas de Recreio, que tiveram início em 1958 e foram organizadas em parceria com a Diretoria de Esportes de Minas Gerais. A proposta era levar atividades de diversão popular, com características recreacionistas, a diversas cidades mineiras e em locais públicos, como praças, ruas, campos de futebol, entre outros (ROSA *et al.*, 2009).

Outra iniciativa de destaque foram as Jornadas Internacionais de Educação Física, realizadas entre os anos de 1957 e 1962 também em parceria com a Diretoria de Esportes de Minas Gerais e, além dela, com a Associação de Ex-Alunos da EEF-MG. Houve cinco edições compostas de cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico, que contavam com a participação de professores de renome internacional (LIMA, 2012).

Já em 1968, durante o governo do presidente Artur da Costa e Silva, foi lançado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premen). O objetivo era a melhoria do ensino médio em todo o País, aumentando os ginásios polivalentes em todos os Estados. Em Minas Gerais, a Escola foi escolhida para organizar e desenvolver esse curso do Premen, que tinha uma curta duração (apenas um ano), para formação de professores de Educação Física, com a finalidade de atuarem nesses ginásios polivalentes. Apesar da promulgação do decreto, em 1968, o primeiro curso veio a ser aplicado apenas em 1971, e o último foi em 1973, tendo essa iniciativa, portanto, um período curto de duração (CAMPOS, 2007).

1.4 Investigando as fontes, delineando a narrativa

Com base nas informações sobre os concursos públicos e sobre a formação de professores de Educação Física em Minas Gerais, o levantamento de fontes apontou o Cemef como o principal arquivo em que, por seus acervos, seria estruturada grande parte do *corpus*

documental deste estudo. A quantidade de fontes obtidas foi surpreendente. Sua diversidade tipológica também chamou muita atenção, contando com ofícios, correspondências, atas, diplomas, fotografias, provas, planos de aula, programas, recortes de jornais, entre outros.

Durante a investigação documental, foi preciso entender que o documento somente é “transformado” em fonte após o trabalho específico e peculiar do historiador. Essa ação toma como foco os vestígios que contribuam para elucidar as questões por ele estabelecidas como primordiais da pesquisa:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

É preciso ainda ressaltar que a seleção das fontes necessárias, conforme alertam Lopes e Galvão (2001), não é realizada apenas por aquele que conduz essa investigação. Essa seleção é feita também pelas pessoas que as produzem, pelas que as conservam ou até por aqueles que as destroem, intencionalmente ou não: “Nesse sentido é que a história será sempre um ‘conhecimento mutilado’, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 79).

As primeiras “caças aos documentos” tiveram como alvo o encontro com as fontes referentes aos concursos no acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG). Esse acervo, entre outras atribuições, é responsável por salvar toda a documentação referente à Escola de Educação Física, estando ela organizada em dois fundos. O primeiro, nomeado “Fundo institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais”, abrange o período de 1952 a 1969, guardando documentação da Escola desde sua inauguração e enquanto instituição estadual. O segundo, nomeado “Fundo institucional da Escola de Educação Física da UFMG”, abrange o período de 1969 a 1979, guardando a documentação da Escola após a sua federalização, em 1969,²⁴ até a recepção dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em 1979.²⁵

²⁴ Decreto-Lei n. 997, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969).

²⁵ Em 1976, foi proposta a criação dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional na Escola, processo que transcorreu até 1979. Porém, mesmo com a criação dos cursos, a adoção da atual denominação “Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional” ocorreu apenas mais tarde, em 2001 (UFMG, 2001).

Nos fundos, foram encontrados dois tipos de conjuntos documentais relativos aos concursos. O primeiro compete aos candidatos que prestaram os concursos, formado por dossiês contendo os documentos de cada um deles ao longo do processo, relativos às inscrições e às provas. Já o segundo conjunto apresenta todo o tipo de documento envolvendo a burocracia entre as instituições envolvidas e seus sujeitos. Assim, no fundo Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969), foram achadas cinco caixas distintas, totalizando 115 pastas, em que quatro caixas contendo 95 pastas eram compostas de documentos relativos aos “dossiês” de candidatos e uma caixa com 21 pastas referentes aos demais documentos. Já no fundo Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979), foram encontradas duas caixas distintas, totalizando 32 pastas, sendo uma caixa contendo 23 pastas relativas aos “dossiês” de candidatos e uma caixa contendo 9 pastas referentes aos demais documentos.

Os documentos que compõem esses dossiês de candidatos e dizem respeito à sua inscrição eram solicitados em edital, tais como a ficha de inscrição, o comprovante de titulação, o certificado de registro definitivo de professor, a folha corrida, o atestado de sanidade física e mental, a prova de quitação com o serviço militar e a prova de quitação eleitoral.

Concernentes às provas, foram encontradas os exames teóricos manuscritos, contendo o ponto de prova sorteado e, em alguns deles, questões elaboradas com base no ponto. Várias provas apresentavam anotações e marcas de correção inscritas pelo professor corretor. Além dessas marcas, no verso de vários desses exames, havia o somatório da pontuação atribuída por parte de cada professor corretor, com seus nomes e, até mesmo, em alguns casos, com suas assinaturas. Também foram encontrados os planos de aula, que eram entregues antes da prova prática, manuscrito ou datilografado, contendo também o ponto de prova sorteado. Assim como nas provas teóricas, verificamos, em alguns casos, os indícios de correção e o somatório das notas no verso. Com relação à prova de julgamento de títulos, consta do acervo uma folha padrão elaborada para realizar a contagem dos pontos atribuída a cada título, preenchida, datada e assinada pelo professor responsável.

Outros documentos localizados nesses dossiês dizem respeito aos ofícios e correspondência trocados entre a Secretaria e a Direção da Escola, envolvendo as fases de concurso, informando cada situação, até a sua finalização.

Já no segundo conjunto de documentos que tratam da comunicação entre as instituições envolvidas e seus sujeitos, havia vários recortes do “Jornal Minas Gerais”,²⁶ contendo editais, avisos, pontos de provas (teóricas e práticas) e regulamentação dos julgamentos de títulos, todos publicados. Havia, além deles, os programas elaborados pela EFF-MG para os concursos de provimento e para os exames de suficiência.

Além desses, foi encontrado outro grupo de documentos, composto de listas e rascunhos. Ele contém a lista de candidatos inscritos, lista com documentação pendente, pontos avulsos para prova teórica e prática, entre outros. Consta ainda de um livro de atas, contendo a descrição manuscrita de alguns concursos.

No fundo Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969), em suas séries fotográficas sobre eventos, foram encontradas 25 fotografias, em três caixas e um álbum, que retratam a banca examinadora em aplicação de prova prática e em trabalho de divulgação pública de resultados.

Com a finalidade de confirmar informações levantadas no Acervo do Cemef e investigar outras, visitamos os acervos da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Foram realizadas pesquisas no Jornal Minas Gerais, em números anteriores e posteriores ao estabelecido pela temporalidade da pesquisa, mas nenhuma informação foi encontrada sobre os concursos. Nas edições que compreendiam a temporalidade dos concursos, foram confirmadas e completadas informações sobre editais, pontos de provas, regulamentação, entre outras disposições sobre os concursos publicadas naquele periódico.

Para pesquisa relativa à legislação, realizada na biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, partiu-se das informações coletadas principalmente em editais e ofícios no acervo do Cemef, que apontavam decretos, portarias e leis que regulamentavam os concursos ou alguma parte constitutiva deles, como a prova de julgamento de títulos.

Toda documentação encontrada apresentou um rico material para análise do objeto, permitindo diversos caminhos nesse intento. Optamos em seguir os estudos de Michel de Certeau (2006), permanecendo atentos aos aspectos por ele estudados e que compõem, de certa forma, a operação historiográfica.

Assim, após o levantamento documental e seguindo as questões inicialmente propostas, partimos para o diálogo com as fontes, com base nas quais pretendemos, no capítulo 2, apresentar o que consideramos como *ritos* para a seleção dos candidatos. Para isso,

²⁶ Periódico de publicação oficial do Estado de Minas Gerais.

serão abordadas as fases do concurso: inscrição, prova teórica, prova prática, prova de julgamento de títulos e resultados, bem como a sua publicação, destacando seus aspectos normativos e aprofundando seus pormenores constitutivos.

No capítulo 3, será enfatizado o que definimos “lugar” da Escola de Educação Física de Minas Gerais, em que foi percebida a sua influência na constituição do concurso e a estratégia para construção de um “perfil” de professor de Educação Física em Minas Gerais como instituição singular nesse processo. O objetivo aqui é analisar as atividades formadoras da escola, sejam elas voltadas para os cursos, sejam as de caráter extensionistas, entendendo o seu contexto social, político e econômico. Também se focaram os sujeitos que compunham a banca examinadora, professores dessa escola. Qual era a sua formação? Por quais lugares circularam? Com quais outras instituições dialogaram? Os conteúdos ensinados pela escola, denotados por seus currículos. Quais eram os conhecimentos transmitidos aos seus formados? Correspondiam aos cobrados nos concursos? Que representação era formada da Educação Física?

E, no capítulo 4, buscamos entender os sujeitos que se candidatavam aos concursos. Pelas listas de títulos, serão analisadas quais eram a sua formação e por onde circularam. Em suas provas, quais conteúdos eram requisitados, se obedeciam às elaborações divulgadas ou se havia variações, além de verificar, em suas respostas, quais eram as representações para a Educação Física naquele período. Ainda investigaremos as frases e pensamentos grafados nas capas das provas. Que indícios nos trazem sobre a formação instrutiva e moral dos sujeitos? E, enfim, qual ou quais eram as estratégias para sua seleção?

2 SELECIONANDO CANDIDATOS: OS RITUAIS DO CONCURSO

Podemos afirmar que conhecermos os processos e as práticas históricas de educação é fundamental para ampliarmos nossa compreensão das maneiras como, em tempos e espaços distintos, homens e mulheres organizaram seus modos de aprender e de transmitir seus saberes e fazeres (GREIVE, 2007, p. 10).

Neste capítulo, apresentaremos cada uma das partes do processo que compunham os concursos, visando a compreender cada um de seus elementos, entendendo as relações estabelecidas entre cada órgão e sujeito envolvido. Para tanto, optamos por denominá-las “rituais”, pelas diversas formalizações e procedimentos que permeiam a sua aplicação, marcados por peculiaridades que foram entendidas como não deslocadas de um contexto. Assim, percebemos essas práticas como estratégias de modelização para a busca de um objetivo, ou seja, a seleção de professores e, ao mesmo tempo, a constituição de representações para o campo da Educação Física.

O capítulo foi subdividido em cinco seções, cada uma abordando uma fase do concurso: inscrição, prova teórica, prova prática, prova de julgamento de títulos e publicação de resultados.

2.1 As inscrições

A inscrição para o concurso obedecia a uma série de pré-requisitos estabelecidos em seus regulamentos específicos para os candidatos ao provimento de cadeira ou ao exame de suficiência. Logo de início, analisamos o requisito quanto à formação exigida para cada uma das situações. Só era lícito inscrever-se para o provimento de cadeira o professor candidato que apresentasse registro definitivo concedido pelo Ministério da Educação e Cultura, órgão responsável por reconhecer e validar os cursos formativos da época, como se constatou no certificado apresentado por um dos candidatos aos concursos (FIG. 2). Já para o exame de suficiência, os professores candidatos eram dispostos em dois grupos: o primeiro, devidamente diplomado por escola superior de Educação Física e com registro definitivo concedido pelo Ministério da Educação e Cultura; e o segundo, com registro definitivo ou provisório concedido pelo Ministério da Educação e Cultura ou, ainda, com autorização ou

certificado para lecionar, atualizado, expedido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.²⁷

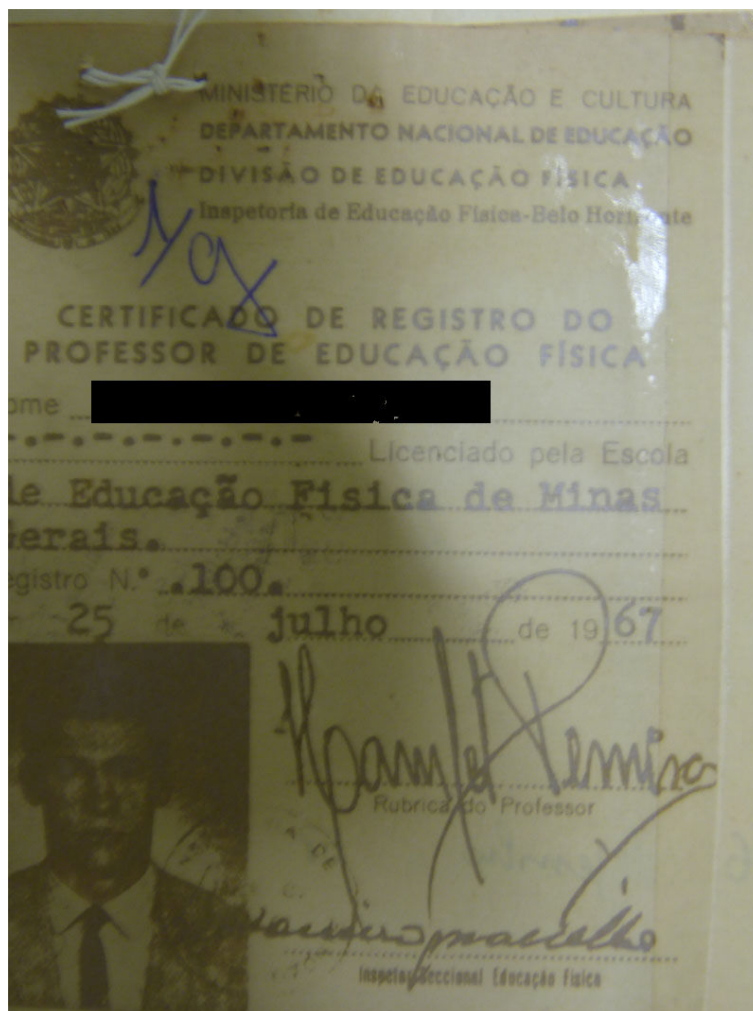


FIGURA 2 - Registro definitivo concedido pelo Ministério da Educação e Cultura (25 de julho de 1967).

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

Essa autorização ou certificado expedido pela Divisão de Educação Física eram chamados de “título precário”.²⁸ Sua emissão era providenciada pelo órgão estadual da Divisão,

²⁷ A Divisão de Educação Física (DEF) era um órgão estadual vinculado ao Departamento Nacional de Educação Física, que, por sua vez, era órgão do Ministério da Educação e Cultura. Entre outras disposições, era responsável por emitir o registro dos professores de Educação Física devidamente formados em escolas superiores de Educação Física. Também era de sua incumbência ministrar cursos intensivos de preparação de candidatos a exames de suficiência em localidades onde não haja pretendentes legalmente licenciados para o ensino das atividades de Educação Física e de realizar o seu registro por meio da emissão de certificados ou autorizações para lecionar.

nesse caso, a Inspeção Seccional de Educação Física de Belo Horizonte, como foi observado na autorização emitida pelo então inspetor seccional daquela Divisão, Theodomiro Marcellos, a uma professora candidata (FIG. 3). A autorização só podia ser emitida perante comprovação de que não havia outro professor mais bem habilitado, ou seja, licenciado em escola superior de Educação Física, residindo na cidade. Caso houvesse, o professor solicitante do título precário deveria conseguir uma carta de próprio punho daquele professor, em que este declarava não estar interessado em trabalhar com Educação Física na cidade. Após a emissão da autorização, se algum professor licenciado requisitasse trabalhar na cidade, o documento deixaria de ter valor. A validade da autorização era de um ano, mesmo que não aparecesse nenhum professor licenciado. Decorrido esse tempo, a autorização devia ser renovada.

²⁸ *Autorização enviada pela Inspeção Seccional de Educação Física Theodomiro Marcellos ao diretor do Colégio Normal Oficial de Muriaé-MG. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiês de candidatos - (Ofício 1667/68).*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA - INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE BELO HORIZONTE
AV. OLEGÁRIO MACIEL, Nº 311

Nº 1667/68 Belo Horizonte, 18 de dezembro de 1968

Do Inspetor Seccional de Educação Física
 Ao Diretor do Colégio Normal Oficial "Dr. Olavo Tostes" Muriaé MG.
 ASSUNTO: Autorização.

Senhor Diretor:

Comunico a V.Sa. que esta Inspetoria de Educação Física concedeu autorização a êsse educandário para admitir, a título precário, _____ ; ; ; ; _____ como Prof. de Educação Física, _____, conforme documentação apresentada.

Esclareço que esta autorização automaticamente decairá, deixando de conferir qualquer direito ao autorizado, desde o momento em que passarem a residir nessa Cidade e nela pretenderem desenvolver atuação, profissionais legalmente habilitados, em número suficiente para atender às atividades de Educação Física, nos estabelecimentos de Ensino Secundário aí sediados, regalia que lhes é inerente, nos termos dos artigos 2º e 3º, do decreto nº 58.130, de 31 de Maio de 1966.

Esclareço a V.Sa. e peço que faça o obséquio de determinar à Secretaria dêsse estabelecimento anotar, devidamente, que estas ' autorizações têm que ser renovadas, anualmente, mediante requerimento ' do interessado e desde que êste tenha remetido, regularmente, os relatórios e atendido às recomendações e solicitações da Divisão de Educação Física (MEC) e de seus órgãos de fiscalização e orientação.

No caso de substituição do ora autorizado, por outro, nas mesmas condições, tornar-se-á indispensável que essa Diretoria solicite desta Inspetoria Seccional autorização idêntica, indicando os motivos da substituição e juntando os documentos indispensáveis.

Valho-me do ensejo para apresentar-lhe as expressões de minha maior estima e elevada consideração.



Theodomiro Marcellos

 THEODOMIRO MARCELLOS
 -Inspetor Seccional-

FIGURA 3 - Autorização concedida pela Divisão de Educação Física a título precário (18 de dezembro de 1968).

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

Por essas determinações, observou-se o resultado de diferentes embates relativos ao processo de formação de professores de Educação Física. Os caminhos de legitimação da disciplina e a busca pela formação de um especialista produziram diferentes cursos e níveis de habilitação para os sujeitos que pleiteavam trabalhar como professor. Foi assim produzida certa hierarquia, para qual o título de licenciado em escola superior de Educação Física ocupava o topo. Como, nesse período, a única escola a formar professores com esse título, em Minas Gerais, era a Escola de Educação Física, sediada na capital, ela pode ser apontada hoje como uma instituição de grande relevância para a Educação Física.

Outra medida que fazia valer essa distinção diz respeito às inscrições *ex officio*. Se um professor auxiliar, ou seja, contratado, encontrava-se em exercício de suas atividades no período em que fossem abertos concursos para provimento de cadeira em sua escola, ele era automaticamente inscrito, devendo apresentar documentação para efetivar a inscrição, como foi observado no ofício encaminhado pela então chefe do Departamento de Ensino Médio e Superior da SEE-MG, Maria Antonieta Silveira, ao diretor da EEF-MG. Disso inferimos que, se este não apresentasse documentação de licenciado, não continuaria a lecionar na Escola. Restava a ele, então, esperar que não aparecessem candidatos, para que o exame de suficiência fosse aberto e ele voltasse a concorrer.



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

M. 9

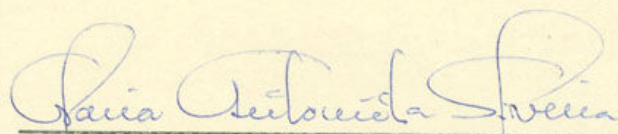
N.º 2296
 Assunto
 Secretaria da Educação
 Serviço DM/ DMA/ 1

Belo Horizonte, 27 de outubro de 1967

Senhor Diretor:

Em resposta ao vosso ofício nº 300/67, de 20 do corrente, comunico-vos que os professores [REDACTED], regentes de aulas extra-numerárias de Educação Física do Colégio Estadual "Augusto de Lima", de Nova Lima, poderão ser inscritos ex-officio nos exames de suficiência a se realizarem para o provimento definitivo da cadeira, nos termos do § 1º do artigo 2º da Lei nº 4.506, de 05 de julho de 1967.

Atenciosas saudações


 Maria Antonieta Silveira - chefe do Departamento do Ensino Médio e Superior

Ao Senhor Diretor da Escola de Educação Física de Minas Gerais
CAPITAL

FIGURA 4 - Ofício enviado pela Secretaria da Educação à Escola de Educação Física de Minas Gerais, confirmando inscrições *ex officio* ao exame de suficiência (27 de outubro de 1967).

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

Com relação à documentação exigida, à exceção do título, todos os outros documentos eram os mesmos, quer para o professor candidato ao provimento de cadeira, quer ao de exame de suficiência, sendo eles: folha corrida, atestado de sanidade física e mental, prova de quitação com o serviço militar e com a Justiça Eleitoral. Esses documentos revelam uma condição implícita imposta ao candidato: de correção com suas obrigações cívicas e não portador de qualquer necessidade especial.

O edital do concurso era publicado no jornal Minas Gerais, e o candidato contava com o período de 30 dias corridos para providenciar toda a documentação e protocolar na Secretaria da EEF-MG, por meio de um requerimento dirigido ao diretor da Escola. Os candidatos das cidades do interior do Estado poderiam fazer a inscrição por carta, desde que registrada com envio dentro do período vigente. Percebe-se aqui a importância que a Escola tinha, bem como o cargo de direção, que deveria acompanhar o concurso desde o processo de inscrição.

Após a verificação das exigências, os candidatos poderiam ter suas inscrições deferidas ou indeferidas. A inscrição poderia, ainda, ser cancelada, se o candidato preenchesse a ficha de inscrição com informações falsas ou inexatas. Os candidatos conheceriam o resultado da inscrição por meio de um aviso, publicado no jornal Minas Gerais.

Todas essas estratégias, perpetradas já no início da seleção, visavam a assegurar a escolha de um professor estadual adequado, que representasse o Estado, constituindo, também, representações sobre ele.

2.2 Prova teórica

A prova era realizada em dia, hora e local predefinidos e publicados no Jornal Minas Gerais. Com antecedência mínima de cinco dias dessa data, uma lista contendo 20 pontos de prova deveria ser publicada nesse periódico. No dia da prova, um ponto entre os 20 anunciados deveria ser sorteado, e a avaliação versaria sobre ele. A prova deveria ter duração máxima de três horas. Não haveria segunda chamada sob nenhuma condição. O candidato deveria portar a sua carteira de identidade para ingressar no local de provas, sob pena de não poder prestá-la.

A prova não apresentava distinções de formatação entre o provimento de cadeira e o exame de suficiência. A única distinção era relativa aos conteúdos expressos para estudos. O programa para provimento de cadeira apresentava 20 unidades a serem contempladas, enquanto o programa para os exames de suficiência apresentava 10.

Esses programas ofertaram um leque de conteúdos que permitiram diversas análises relativas ao molde pretendido para a área e referentes às representações de Educação Física para o período. Uma análise do programa para o provimento de cadeira (QUADRO 1) permite afirmar uma predominância das sistematizações e planejamentos pedagógicos diante da presença das questões de cunho biológico. Ainda foi constatado que os conteúdos esportivos são os de maior presença, sendo referidas, inclusive, suas temáticas voltadas para a competição, especialização, técnica (gesto) e treinamento. A recreação também aparece como conteúdo importante, ao preencher uma unidade inteira do programa, porém questionamos se havia um predomínio da presença das atividades esportivas em suas práticas.

QUADRO 1
Unidades a serem estudadas para o concurso de provimento de cadeira

Unidade	Tema	Subtemas
1	Conceito e finalidade da Educação Física	Valor educativo das atividades físicas do adolescente.
2	Conduta pedagógica nas aulas de atividade física	Organização das turmas para a prática de atividades físicas; disposição dos alunos; indicação do ritmo; correção dos erros; manejo de classe e controle de disciplina.
3	Dosagem da atividade física	Sua importância; sinais objetivos de fadiga; ritmo de exercício.
4	Adaptação da atividade física	Segundo a idade, sexo, valor físico, o meio social, instalações, o material e equipamento disponíveis.
5	Planejamento do ensino	Conceito, necessidade e vantagens do planejamento do ensino; indicações que todo plano de ensino deve conter; características de um bom plano de ensino; estágios de planejamento (tipos de plano de ensino); princípios de planejamento do ensino.
6	Plano anual de atividades físicas	Determinação clara e precisa dos objetivos a serem atingidos; organização das unidades didáticas; distribuição da matéria pelo tempo disponível; seleção e preparo do material didático e das instalações; determinação das atividades extraclasse (complementares).
7	A programação da Educação Física para estabelecimentos de ensino de grau médio, vinculados ao Sistema Estadual de Ensino	...

(continua)

(continuação)

Unidade	Tema	Subtemas
8	Iniciação desportiva	Iniciação desportiva do ensino médio; orientação; especialização; treinamento.
9	Organização de competições de atividades físicas	Planificação; regulamentação; codificação; julgamento; arbitragem.
10	Recreação	Conceito e objetivos; a recreação como aspiração acentuada da época atual; meios de desenvolvimento da personalidade; fatores de enriquecimento do grupo; o recreio na escola; a recreação como atividade extraclasse.
11	Aprendizagem	Motivação técnica do ensino; educabilidade motora; o gesto ginástico; o gesto desportivo.
12	A Educação Física no ensino de grau médio	Sua necessidade, objetivos e meios a empregar.
13	Prescrições higiênicas a serem observadas na realização de atividades físicas	...
14	Verificação periódica da Educação Física	Sondagem e prognose da aprendizagem; diagnose e retificação da aprendizagem; verificação e avaliação do rendimento obtido; possibilidades e oportunidades da utilização de testes, como contribuição do candidato e de outras fontes.
15	Condicionamento físico	Processos aconselhados para adolescentes.
16	Primeiros socorros em caso de acidente na prática de atividades físicas	Salvamento e respiração artificial; massagem cardíaca.
17	Estruturas e função do aparelho locomotor em relação ao exercício físico	Contração muscular estática e dinâmica; os movimentos, a marcha, a corrida, o salto e o lançamento.
18	Efeitos dos exercícios físicos sobre as grandes funções do organismo	...
19	Desenvolvimento das qualidades físicas de velocidade, de força, de resistência, de “endurance” e de agilidade	...
20	Métodos	Natural austríaco; desportiva generalizada; esquema-padrão.

Fonte: *Regulamento e programa do concurso de provimento de cadeira de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio - 4 fev. 1969*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

Os programas para o exame de suficiência (QUADRO 2) retomam algumas das características destacadas nos programas para provimento de cadeira, porém, cotejando-se os programas, foram percebidas aproximações dos conteúdos, mas com diferenças marcantes na forma de estruturação e abordagem. O programa para o exame de suficiência apresentava uma proposta com o intuito de introdução e aprofundamento nos conhecimentos da Educação Física, tal como se fossem aplicados a alguém que estivesse iniciando seus estudos. Cada unidade se desdobrava em subunidades bem simples e de mais fácil compreensão. Já o programa para provimento de cadeira apresentava um caráter mais complexo em sua estrutura, prevendo que o candidato já estava familiarizado com os conteúdos, em que cada unidade se tornava mais profunda, contendo subunidades menos explicativas.

Para essa distinção, levantamos a hipótese de uma busca mais qualificada para o professor que atuasse na área, um tipo de legitimação, que resultaria em um melhor ensino para os alunos, concordando com o documento aludido na introdução deste estudo, no qual a EEF-MG se manifestava ponderando sobre os exames de suficiência. Não se pode esquecer de que essa busca está atrelada ao modelo que se pretendia selecionar, o que resultaria no ensino da Educação Física dentro do esperado e, conseqüentemente, em sua difusão.

QUADRO 2
Unidades a serem estudadas para os exames de suficiência

Unidade	Tema	Subtemas
1 a)	As bases da Educação Física	A natureza e os objetivos da Educação Física. A filosofia da Educação Física como parte integrante da educação; as relações entre educação física, saúde, recreação, camping e atividade ao ar livre; a evolução das ideias e conceitos; as bases científicas; a formação de professores.
1 b)	Finalidades da Educação Física nas escolas secundárias	...
1 c)	O esporte como meio de Educação Física	...

(continua)

(continuação)

Unidade	Tema	Subtemas
2 a)	Planejamento do ensino	A preparação do ensino; sua organização geral.
2 b)	Os alunos	Adaptação do ensino aos diversos tipos de alunos, segundo a idade, sexo e nível de desenvolvimento.
3 a)	A atitude pedagógica do professor	Princípios pedagógicos referentes à sua ação; qualidades necessárias ao bom professor; a autoridade do educador.
3 b)	O esporte em geral	Características; treinamento generalizado; especialização esportiva.
4 a)	O plano de aula	Qualidades. Preparação: sua composição em função dos fins procurados, dos centros de interesse, da seleção e preparo do material didático e das instalações; distribuição da matéria em função do tempo disponível; determinação das atividades extraclasse; o plano de aula segundo a pedagogia moderna.
4 b)	O controle da aprendizagem (verificações)	Testes (diagnose e avaliação do rendimento obtido); provas; exames.
5 a)	Sistemas de Educação Física que exerceram no Brasil uma influência importante	P. H. Ling; Demeny; Niels Buckh; F. L. Jahn; Clias; Amoros; Escola de Joinville; Hebert; Coubertin.
5 b)	As bases do conceito moderno de Educação Física e do Esporte (aspectos atuais)	...
5 c)	Sistemas que, particularmente, influenciaram a ginástica feminina e as danças no Brasil e no mundo (só para candidatas)	...
6 a)	Folclore	Suas origens; seus princípios; seu espírito.
6 b)	Recreação	Sua importância na vida atual; os jogos cantados na recreação infantil.

(continua)

(continuação)

Unidade	Tema	Subtemas
7 a)	As danças populares (só para as candidatas)	Valor educativo; como ensinar uma dança e dirigir uma sessão.
7 b)	Os exercícios rítmicos (só para as candidatas)	Valor educativo; desenvolvimento do sentido musical e estético; interpretação.
7 c)	Os jogos	Valor educativo como preparatório aos esportes coletivos; sua utilidade na preparação dos exercícios de velocidade, agilidade, flexibilidade, nas suas formas jogadas.
7 d)	Atividades esportivas	Características; treinamento generalizado; especialização esportiva.
8 a)	O programa de Educação Física para os estabelecimentos de ensino de grau médio, vinculados ao Sistema Estadual de Ensino	...
8 b)	Regulamento e técnicas dos principais esportes	Atletismo: corridas: velocidade, revezamento, fundo e meio fundo; saltos: altura, distância, triplo (candidatos somente); lançamentos: peso, disco, dardo; natação; futebol e futebol de salão (só para os candidatos); voleibol; basquetebol; <i>hand-ball</i> .
9 a)	Desenvolvimento das qualidades físicas	Força, velocidade, resistência, “endurance” e agilidade.
9 b)	Educação esportiva	Finalidades; características; adaptação.
9 c)	Aula de Educação Física	A lição da Educação Física Esportiva Generalizada; a importância pedagógica das formas jogadas.
9 d)	A lição da Educação Física Esportiva Generalizada	Finalidade; utilidade pedagógica; composição das lições.
10 a)	Competições de atividades físicas	Organização, planificação, regulamentações, codificação, julgamento e arbitragem.
10 b)	Pedagogia esportiva	O treinamento de equipes desportivas, representativas dos educandários; sua necessidade, condução e formas de treinamento; a iniciação esportiva (finalidades, métodos e processos); as lições de iniciação esportiva; o treinamento moderno e suas bases científicas.
10 c)	O esporte	Atração, utilidade da <i>performance</i> e da competição; o valor educativo do esporte; o esporte escolar; o esporte feminino.
10 d)	O esporte, fenômeno coletivo	Importância social do esporte.

Fonte: *Regulamento e programa para admissão de professor auxiliar de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio - 25 fev. 1969*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

Seguindo uma descrição produzida sobre a prova no livro de atas, consideramos alguns apontamentos relevantes sobre sua aplicação. Um candidato era convidado pela banca examinadora para sortear o ponto de prova. Como próximo ato, a banca sorteava um ponto para cada candidato, referente à prova prática a ser realizada no dia seguinte, segundo seus

critérios. Terminado aquele sorteio, antes de iniciar a resolução da prova, um dos membros da banca fazia uma breve explanação sobre o ponto sorteado.

Como hipótese para essa explanação, inferimos que o professor examinador responsável por ela apresentava um maior conhecimento do ponto sorteado, detendo, assim, uma maior competência para falar a respeito. A explanação do ponto parecia cumprir um papel de introdução, o que, para o professor candidato, tornava-se um bom ensejo para a lembrança de algum conhecimento esquecido ou a certeza da correção da resposta. Ainda interpretamos esse fato como mais uma estratégia para a escolha de um candidato adequado, em que a banca indica o caminho correto para a resposta, deixando implicitamente a entender que, se esta não versasse sobre o que fora explanado, não lograria êxito.

O critério de julgamento das provas era de competência exclusiva da banca examinadora, que detinha como orientação basilar para este a quantidade e a perfeição do trabalho apresentado pelo professor candidato. Ao fim desse julgamento, era atribuído à prova um valor de zero a dez pontos. Foram encontradas nos dossiês de candidatos várias provas entregues para essa avaliação. Seus conteúdos serão analisados mais adiante, no capítulo 4 deste estudo.

Foram ressaltados, ainda, os vestígios de correção, que expressam a maneira como cada componente da banca avaliava o candidato: apontamentos de certo, riscos de errado, pontos de interrogação soltos ou ligando-se a uma palavra circulada, palavra, frase, linhas grifadas, ora acompanhadas de comentários, rubricas atestando a leitura de página a página, anotações no verso, atestando o valor atribuído à correção de cada um dos três examinadores e, por fim, o cálculo da média para aferir a nota atribuída à prova.

Passamos à prova prática, que, tal como a teórica, seguia como indicação geral para os estudos as unidades listadas em seus programas para provimento de cadeira e para exame de suficiência, respectivamente.

2.3 Prova prática

As provas eram realizadas em dia, hora e local predefinidos e publicados no jornal Minas Gerais. Com antecedência mínima de cinco dias dessa data, uma lista contendo dez pontos de prova deveria ser publicada no jornal Minas Gerais. Com 24 horas de antecedência (antes da prova teórica), a banca examinadora sorteava os pontos de prova destinados a cada professor candidato, que deveria elaborar o plano de aula sobre aquele ponto e entregar às mãos da banca examinadora, antes do início da aplicação da prova. São muito variados os

formatos adotados pelos candidatos para a confecção de seus planos de aula: alguns formatavam capas bem elaboradas com ilustrações e de materiais diversos (FIG. 5) e também incluíam em seus planos desenhos, esquemas, partituras musicais, entre outros (FIG. 6), o que denotava todo um cuidado para com esse momento do concurso.



FIGURA 5 - Capas de planos de aula apresentados para provas práticas aos concursos de provimento de cadeira

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

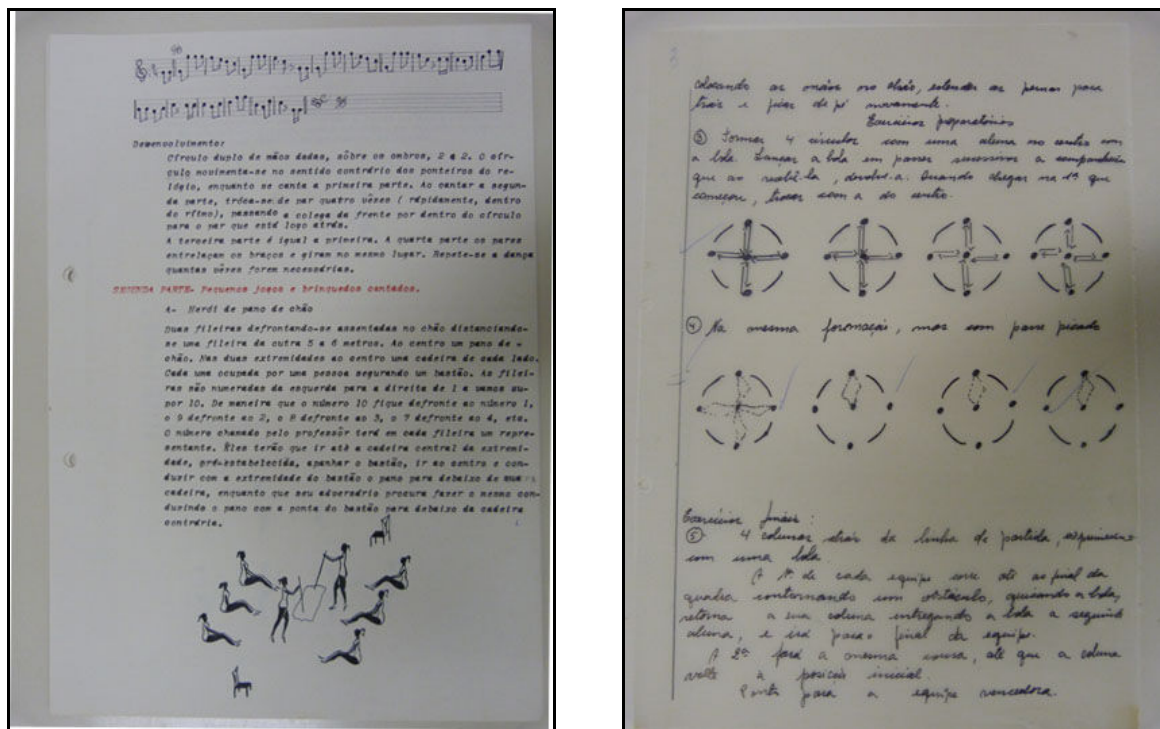


FIGURA 6 - Conteúdos de planos de aula apresentados para provas práticas nos concursos de provimento de cadeira

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

A prova era aberta à assistência pública, tinha duração de 50 minutos, o que correspondia ao tempo de uma hora-aula. Não havia segunda chamada sob nenhuma condição. O candidato devia portar a carteira de identidade para ingressar no local de provas, sob pena de não poder prestá-la. O candidato que deixasse de prestar qualquer das provas ou deixasse o local de aplicação, durante a realização, sem a devida licença, ficaria automaticamente eliminado do concurso.

O livro de atas revelou mais alguns apontamentos relevantes acerca da aplicação dessa prova. Após a entrega do plano de aula à banca examinadora, instalada no local de exame, o professor candidato ministrava a aula preparada para um grupo de alunos. O local em que as provas eram aplicadas determinava qual era esse grupo de alunos. Quando as provas eram aplicadas na EEF-MG, as aulas eram ministradas às turmas de formação nos cursos Superior de Educação Física ou Educação Física Infantil, em suas diferentes séries. Porém, quando as aulas eram ministradas no Colégio Estadual Central ou em um de seus departamentos, ela era aplicada aos alunos do ensino médio daquela instituição. Para

realização de provas no Colégio Estadual, o diretor da EEF-MG enviava uma solicitação²⁹ ao então reitor do Colégio Estadual Central. Após a prova, o professor candidato era submetido a uma arguição oral pela banca, relativa à aula ministrada. Nas FIG. 7 e 8, apresentamos registros fotográficos distintos com a banca examinadora acompanhando a prova prática e uma professora candidata prestando prova prática, ministrando aula para um grupo de alunas.



FIGURA 7 - Banca examinadora de concurso para provimento de cadeira de Educação Física (setembro de 1969)

Fonte: Cemef. Coleção Iconográfica (Série n.4 – Eventos).

²⁹ *Solicitação de colaboração ao Colégio Estadual Central e departamentos para aplicação das provas práticas referentes aos concursos de provimento, a se realizarem a partir do dia 14 de agosto de 1969. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) Série: Dossiês de candidatos (Ofício 277/69).*



FIGURA 8 - Aula prática do concurso de provimento de cadeira de Educação Física (setembro de 1969)

Fonte: Cemef. Coleção Iconográfica (Série n. 4 - Eventos).

Assim como para as provas teóricas, o critério de julgamento das provas práticas também era de competência exclusiva da banca examinadora, que detinha como orientação para correção a “quantidade” e a “perfeição do trabalho”³⁰ apresentado pelo professor candidato. Entendemos que essas expressões denotam uma avaliação qualitativa subjetiva, atribuindo ao professor examinador ainda mais autonomia dentro do processo seletivo. Ao fim desse julgamento, também era atribuído à prova um valor de 0 a 10 pontos. Foram encontrados nos dossiês de candidatos planos de aula entregues para essa avaliação. Verificou-se que os vestígios de correção são quase ausentes nessas provas, apenas constando de definições das notas em valores quantitativos, atribuídas no verso da prova.

Para essa distinção, relativa às provas teóricas, levantamos a hipótese de que a banca examinadora se detinha na análise da aula, apenas acompanhando o plano de aula, e, ao final, os examinadores atribuíam as notas, no verso, de acordo com sua avaliação particular.

2.4 Julgamento de títulos

O julgamento de títulos era uma prova específica para o provimento de cadeira, não havendo para os exames de suficiência. O regulamento para provimento de cadeira

³⁰ Essas palavras eram usadas nos regulamentos e programas, tanto para provimento de cadeira quanto para exame de suficiência.

apresentava as classificações de cada título e a pontuação que a ele deveria ser atribuída. Os títulos eram classificados em dois grupos: o grupo I compreendia os títulos básicos relativos à habilitação profissional do candidato (QUADRO 3). Eles eram considerados uma única vez e não cumulativamente. O grupo II compreendia os demais títulos relativos à formação profissional do candidato, do seu exercício de magistério e às suas atividades culturais e profissionais, e eram subdivididos em três grupos: A, B e C (QUADRO 4).

QUADRO 3
Julgamento de títulos - Grupo I - Títulos básicos

Título	Pontuação
Licenciado em Educação Física por escola de Educação Física	7 pontos
Bacharel	6 pontos
Diplomado em concurso de nível superior não relacionado com a Educação Física	5 pontos
Portador de simples registro de Educação Física, fornecido pelo Ministério da Educação e Cultura	4 pontos

Fonte: *Regulamento e programa do concurso de provimento de cadeira de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio - 4 fev. 1969*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

Um ponto que chama atenção em referência aos títulos básicos é a presença do termo bacharel como uma das possibilidades, inclusive como segunda maior pontuação. Naquela época, ainda não havia no Brasil qualquer curso na área de Educação Física que outorgasse ao seu aluno o título de bacharel.³¹

³¹ Em 1987, publicou-se a Resolução do Conselho Federal de Educação - CFE nº 03/87, instituindo o curso de bacharelado para os cursos de graduação em Educação Física.

QUADRO 4
Julgamento de títulos - Grupo II - Demais títulos

Grupo	Título
<p>A</p> <p>Cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, extensão e especialização</p>	<p>1) Doutorado.</p> <p>2) Mestrado.</p> <p>3) Diploma de curso de aperfeiçoamento, extensão e especialização em que se comprove a escolaridade do candidato.</p> <p>4) Certificado ou atestado de curso de aperfeiçoamento, extensão e especialização, por meio de simples frequência.</p>
<p>B</p> <p>Concursos ou exames de habilitação para exercício de magistério e prática profissional docente</p>	<p>1) Cátedra do ensino superior ou médio.</p> <p>2) Livre docência do ensino superior.</p> <p>3) Provimento de cadeira do ensino médio oficial.</p> <p>4) “Venia legendi” no ensino superior ou exame de seleção para regência de aulas no ensino médio oficial.</p> <p>5) Participação em comissões examinadoras de concursos ou exame de seleção para magistério.</p> <p>6) Prática docente.</p>
<p>C</p> <p>Trabalhos publicados, conferências, comunicações e congressos, pesquisas originais, prêmios e dignidades culturais</p>	<p>1) Publicações relacionadas com a Educação Física:</p> <p>1.1) em livros;</p> <p>1.2) em órgãos especializados;</p> <p>1.3) em órgãos de divulgação.</p> <p>2) Publicações não relacionadas com a Educação Física:</p> <p>1.1) em livros;</p> <p>1.2) em órgãos especializados;</p> <p>1.3) em órgãos de divulgação.</p> <p>3) Conferências, seminários, pesquisas originais, comunicações a congressos.</p> <p>4) Prêmios e dignidades culturais.</p>

Fonte: *Regulamento e programa do concurso de provimento de cadeira de Educação Física em estabelecimentos estaduais de ensino médio - 4 fev. 1969*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiês de candidatos.

Aos títulos apresentados eram atribuídos os pontos, obedecendo ao seguinte critério:

- a) em cada um dos subgrupos desse grupo II, desde que apresente títulos nele relacionados, nota que variava de 0 a 10;
- b) depois de somadas as notas de cada um dos subgrupos desse grupo II, o total de pontos neles obtidos era dividido por dez;
- c) a nota atribuída ao grupo II era somada à nota atribuída ao grupo I, e esta representaria a nota final do candidato na prova de títulos.

Nos dossiês de candidatos, foram encontradas as fichas de avaliação da prova de títulos preenchidas pela banca examinadora (FIG. 9) e a listagem de cursos³² referente aos títulos declarados por parte de cada um deles, as quais analisaremos mais detidamente no capítulo 4.

³² Essa listagem se encontra organizada em um quadro específico no capítulo 4 e nele será analisada.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE MINAS GERAIS
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CADEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PRIMEIRO GRUPAMENTO
JULGAMENTO DE TÍTULOS

CANDIDATA: --- [REDACTED]

GRUPOS	DOCUMENTOS EM JULGAMENTO	VALOR	GRAU PARCIAL	OBSERVAÇÕES
1	1	7,00	7,00	
	2			a) Documentos apresenta- dos ----- 14
2 - A	7	0,10		
	8	0,10		
	9	0,10		b) Documentos aceitos -- ----- 10
	10	0,10	0,80	
	11	0,10		
	12	0,10		
	13	0,10		c) Documentos recusados- ----- 4
14	0,10			
2 - B	---	---	0,00	JULGAMENTO REALIZADO EM 19 DE SETEMBRO DE 1.969
2 - C	---	---	0,00	COMISSÃO JULGADORA: <i>[Handwritten signatures]</i>
GRAU FINAL	(SETE E OITENTA)		7,80	

FIGURA 9 - Ficha de julgamento de títulos para concurso de provimento de cadeira

Fonte: Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979) (Série - Dossiês de candidatos).

No livro de atas, mais uma descrição é narrada, indicando a relevância desse processo no âmbito da sociedade, naquele momento. O julgamento final dos títulos era realizado perante a assistência pública, com a presença dos candidatos, de um grande número

de alunos da EEF-MG e de outras pessoas interessadas. Os envelopes contendo os resultados eram abertos, e cada valor atribuído podia ser acompanhado pelos assistentes em um placar adequadamente preparado.

2.5 Os resultados e sua publicação

Os regulamentos para os concursos de provimento de cadeira e para o exame de suficiência indicam a mesma proposição para a atribuição da nota final aos professores candidatos, apenas ajustando alguns quesitos, pela ausência de prova de títulos para o exame de suficiência.

Os resultados para o provimento exigiam a soma das três provas realizadas, em que os exames escritos e práticos recebiam o peso 4, e a prova de julgamento de títulos recebia o peso 2. Como resultado de uma média, o professor candidato não poderia obter um valor menor do que 7, para ser considerado habilitado. O mesmo se aplicava ao exame de suficiência, porém não havia atribuição de pesos às provas teórica e prática.

Eram lavradas, em livro específico, atas dos trabalhos, as quais todos os responsáveis pelo processo assinavam, ratificando as informações. Em seguida, a classificação dos candidatos era comunicada por ofício à SSE-MG, que providenciava a publicação dos resultados no jornal Minas Gerais e tomava as devidas resoluções com relação à homologação pelo seu Departamento de Ensino Médio.

Divulgado o resultado final, o professor candidato, se não aprovado, poderia entrar com pedido de vista das provas, como efeito de recurso. O requerimento deveria ser feito diretamente ao diretor da EEF-MG. O regulamento não atribuía tempo para essa iniciativa, entretanto, após a vista das provas, caberia ao professor candidato encaminhar recurso ao secretário da Educação, em um período improrrogável de 48 horas, a contar da data de publicação, se assim o desejasse.

Entre os ofícios encontrados, foram observadas grandes planilhas de resultados compilando um número considerável de concursos e candidatos, que eram divididos em “grupamentos”. Essa divisão também aparece nos livros de atas e em alguns editais. Parece-nos que tal iniciativa foi proposta para aperfeiçoar a aplicação dos concursos, uma vez que uma determinada banca examinadora ficava responsável por avaliar todo aquele grupamento. Essas planilhas eram enviadas à SEE-MG para a promulgação de resultados do concurso.

Todas essas partes que compunham os concursos confirmam o papel central da EEF-MG e seus professores e, assim, indicam, especialmente nos programas, uma

determinada modelagem pedagógica que era pretendida no período. As exigências para os concursos confirmam a procura por esse modelo e, especificamente, os exames de suficiência revelam um empenho para a legitimação da área e do professor perante a sociedade mineira.

3 O LUGAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla, que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida de sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

A Escola de Educação Física de Minas Gerais, desde a sua criação, em 1952, até o ano de 1974, passou por algumas transformações internas e enfrentou alguns percalços nos caminhos para sua afirmação como instituição de destaque na formação de professores de Educação Física (LIMA, 2012). Durante esse percurso, a Escola ofereceu diversos cursos formativos em seus currículos e também estabeleceu parceria com outras instituições e, principalmente, com o Estado, na oferta da continuidade de estudos e formação do professorado. Grande parte dos professores candidatos aos concursos públicos para provimento de cadeira em escolas estaduais mineiras teve a sua formação na Escola e também participou de iniciativas que contribuíram para continuidade de seus estudos e formação. Assim, consideramos que a Escola ocupou uma posição de relevância no processo formativo dos professores candidatos aos concursos, de forma ampla, caracterizando, nesses processos, um perfil almejado para o professor de Educação Física a ser formado em Minas Gerais.

Neste capítulo, pretendemos entender quais foram as propostas e ações de formação realizadas pela Escola, bem como as representações constituídas por ela para a Educação Física em Minas Gerais. Também é importante entender quem eram as pessoas envolvidas nas várias atividades e, concomitantemente, nos concursos públicos. Quais eram suas formações? Quais conteúdos lecionavam? Partilhavam de outras instituições? Essas questões fazem parte do escopo deste capítulo e contribuem para o entendimento do protagonismo da Escola de Educação Física na constituição de representações de Educação Física em Minas Gerais.

Para isso, analisamos os cursos oferecidos pela Escola, visando a entender os seus focos formativos bem como as demais atividades em que tomava parte como co-organizadora, e que objetivavam à continuidade de estudos ou reciclagem dos professores formados. Também analisamos os currículos organizados por ela, observando pistas acerca dos conteúdos trabalhados, cotejando-os com os conteúdos estabelecidos como pontos de prova nos concursos públicos. Outro foco incluiu as formações e atuações em disciplinas dos professores da Escola, que faziam parte das bancas examinadoras para os concursos.

Verificamos que as iniciativas da Escola, seus desdobramentos na sociedade mineira e os relacionamentos estabelecidos com outras instituições foram, pouco a pouco, contribuindo para a constituição de um perfil para o professor por ela formado.

3.1 Atividades formadoras

Os cursos oferecidos regularmente pela EEF-MG, em cumprimento à sua finalidade, e também os cursos que envolviam outros órgãos governamentais e instituições no período analisado são o que denominamos atividades formadoras. Entre os cursos encontrados, estão o Curso Superior de Educação Física, o Curso de Educação Física Infantil, o Curso de Técnica Desportiva, o Curso de Medicina Especializada em Educação Física e o Curso de Massagem. Entre as demais ações de continuidade de estudos, formação e de caráter extensionista, aparecem as Jornadas Internacionais de Educação Física, as Ruas de Recreio e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premen).

3.1.1 Cursos

A EEF-MG, assim como qualquer outra escola que desejasse formar professores de Educação Física no período, seguiu nos moldes da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), que, por força de lei,³³ foi concebida para ser a instituição modelar desse ensino no País. Assim, nos primeiros anos de funcionamento, a EEF-MG oferecia os mesmos cinco cursos e apresentava a mesma grade curricular que a ENEFD. Entre os cursos, havia uma diferença de titulação. A Escola considerava como de formação os cursos Superior de Educação Física e Técnica Desportiva, que tinham três anos de duração. Já os cursos de Educação Física Infantil, de Medicina Aplicada à Educação Física e o de Massagem eram considerados como de especialização, e tinham um ano de duração. Entre esses cursos, aqueles caracterizados para formação de professores para ministrar aulas de Educação Física nas escolas eram o Curso Superior de Educação Física e o Curso de Educação Física Infantil. Este último, porém, era voltado para a preparação de professores normalistas para atuarem como professores de Educação Física no ensino primário (SOUSA, 1994). Assim, o curso analisado será o Superior de Educação Física por ser este, entre as cinco opções de formação,

³³ Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939 (BRASIL, 1939).

o único aceito para inscrição aos concursos públicos, já que ele se destinava à seleção de professores para atuação no ensino médio.

O Curso Superior de Educação Física foi ofertado pela Escola durante todo o recorte temporal desta pesquisa.³⁴ Seu objetivo central se casava com o da Escola, sendo, inclusive, grafado em folheto institucional, dedicado a divulgar informações acerca da instituição a quem se interessasse pela Educação Física:

Formar educadores para promover uma formação integral do homem através da:

- GINÁSTICA.
- RECREAÇÃO.
- DESPORTOS.

Difundir conhecimentos.

Realizar pesquisas no campo de sua especialização.

Contribuir para elevação do sentido social da educação física, a fim de que esta possa alcançar a verdadeira dignidade e importância de sua tarefa:

“A FORMAÇÃO DO HOMEM”.³⁵

Apesar de alguns ajustes referentes às disciplinas ofertadas, por exemplo, em relação à nomenclatura, à quantidade de horas-aula, entre outros, o curso manteve, durante todo o período, a estrutura de três anos de duração, totalizando seis períodos, sem apresentar grandes reformas.

Em sua estrutura, foram observadas as divisões das turmas por gênero em algumas disciplinas, inclusive explicitando essa distinção em sua nomenclatura. Entretanto essa diferenciação não foi constatada nas disciplinas de cunho biológico, como encontrado nas de conteúdo pedagógico ou esportivo. Entre as disciplinas, foram identificados, por exemplo, a Educação Física Masculina, o Halterofilismo, o Futebol, a Ginástica Geral Masculina, que eram cursados apenas pelos alunos; e a Educação Física Feminina, a Ginástica Rítmica, a Ginástica Geral Feminina, que eram cursadas apenas pelas alunas. Cabe ainda ressaltar que, durante o período analisado, algumas disciplinas cursadas por homens e mulheres, com carga horária distinta, passaram a ser cursada apenas por um grupo. Como exemplo, citamos a disciplina Ataque e Defesa, que, em 1962, era ministrada a ambos os sexos, com carga horária ligeiramente maior para o gênero masculino, e que, em 1970, passou a ser ministrada apenas aos alunos. E a disciplina Danças, que, em 1962, era ministrada para

³⁴ *Currículos*. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Séries: Dossiê da Diretoria; Relatórios; Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1980). Série: Currículos.

³⁵ *Folheto de divulgação da Escola de Educação Física de Minas Gerais, 1966*. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

homens e mulheres, sob a nomenclatura de Danças Regionais, com uma pequena carga horária a mais para o sexo feminino, e que, em 1970, era ministrada apenas às alunas.

Para compreender essa divisão na formação do professor de Educação Física no curso de Educação Física Superior, é importante compreender que, ao longo década de 1960, as escolas tanto públicas quanto confessionais passaram a organizar as turmas para as aulas de Educação Física conforme o sexo, inclusive contratando apenas professores do mesmo sexo da turma. A adoção dessa forma de ensino não foi uma opção exclusiva da cidade de Belo Horizonte ou do Estado de Minas Gerais, mais sim no Brasil e em diversos países da Europa e das Américas. Essa organização das aulas seguia uma política educacional abrangente, que, naquele período, utilizava-se de padrões desportivos internacionais para, por meio da escola, também fomentar valores, práticas e gestuais entendidos como primordiais na constituição e disseminação do ideário masculino e feminino na sociedade, e em que a instituição esportiva ganhava vulto (SOUSA, 1994).

Em relação ao local de funcionamento do curso, foi verificado que, em sua trajetória, ele ocupou não só um espaço, mas diversos pela cidade de Belo Horizonte. Em seus primeiros anos de funcionamento, de 1952 a 1960, as atividades ocorreram no Departamento de Instrução da Polícia Militar, no Minas Tênis Clube e no Colégio Municipal Marconi. Em 1960, foi inaugurada a sede própria da Escola, no bairro Gameleira, construída com recursos dos governos estadual e federal, especificamente para o atendimento de suas finalidades, onde funcionou até o ano 1976. Mesmo com a Escola passando pelo processo de federalização, em 1969, e sendo incorporada à UFMG, ela continuou funcionando no bairro Gameleira até que suas novas dependências no *campus* Pampulha fossem construídas (SOUSA, 1994; CAMPOS, 2007; LIMA, 2012).

Durante o período dos concursos, o curso funcionou na sede própria da Escola, no Gameleira, onde, pela primeira vez, as atividades teóricas e práticas passaram a ser lecionadas em um mesmo local, o que foi visto como um grande ganho para a formação na área, pois proporcionavam melhores condições de ensino, já que os prédios construídos no local visavam a atender especificamente às necessidades do curso (SOUSA, 1994; LIMA 2012). Esses fatores demonstram como a Escola foi instituindo sua participação na dinâmica da sociedade em que estava inserida, criando a sua identidade e ganhando notoriedade.

3.1.2 Currículos

O olhar sobre os currículos da EEF-MG visou a dois objetivos distintos, mas convergentes: observar permanências e modificações que poderiam ser notadas durante o período recortado e verificar se o processo formativo proposto caminhava lado a lado com os pontos estabelecidos para as provas dos concursos. Dialogando com Antônio Viñao (2008), percebemos alguns pontos importantíssimos na compreensão de como se estabelecem tais relações. E, apesar de seus comentários serem voltados para as disciplinas escolares, acreditamos que eles também se aplicam às disciplinas acadêmicas:

Para o estudo das disciplinas escolares, sugiro considerá-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem, e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas das outras) etc. (VIÑAO, 2008, p. 204).

Nos estudos realizados por Silva (2006) e Moreira (2013), em que as autoras pesquisam a presença dos conteúdos de recreação e de danças nos currículos da EEF-MG, encontramos dois bons exemplos dessa constituição das disciplinas constatando, ao longo do percurso, que já havia a presença desses conteúdos, mesmo que não houvesse disciplinas homônimas, pois seus conhecimentos transitavam em outras, apontando, por exemplo, a presença do conteúdo recreativo em Metodologia da Educação Física e Metodologia do Treinamento Esportivo, e a presença do conteúdo de danças na disciplina Ginástica.

Nas fontes pesquisadas, foram encontradas quatro versões distintas dos currículos para a temporalidade trabalhada. A primeira, de 1962; a segunda, de 1967; a terceira, de 1969; e a quarta, de 1970. Vale ressaltar que, entre os anos de 1968 e 1971, diversas prescrições legais foram propostas para o campo da Educação Física, o que influenciou diretamente na elaboração dos currículos. Entre elas, destacamos a lei que ficou conhecida como “Reforma Universitária”,³⁶ que determinou modificações profundas no ensino superior brasileiro, como o estabelecimento de currículos mínimos e a oferta de disciplinas semestrais. Além dela, a publicação do Decreto-Lei³⁷ que regulamentou a Educação Física no País e a publicação de um parecer e uma resolução que formataram o currículo mínimo e a duração do Curso Superior de Educação Física no Brasil³⁸ (MORAES, 2011).

³⁶ Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968).

³⁷ Decreto n. 69.450, de 1º de novembro de 1971 (BRASIL, 1971).

³⁸ Parecer n. 894 e Resolução n. 69 (BRASIL, 1981).

A partir dessa nova legislação, a Escola começou a realizar um movimento de adequação de seu currículo às novas exigências, o que requeria da instituição uma adaptação ao Regimento-Geral da UFMG, bem como aos seus órgãos superiores, entre eles o Conselho Universitário, o Conselho de Graduação e Coordenação de Ensino e Pesquisa, órgãos que também estavam envolvidos com as reformulações propostas pela lei da “Reforma Universitária” de 1968. Nessas circunstâncias, a Escola ainda não havia instaurado a sua congregação, o que ocorreu apenas em 1973, e continuava a realizar as suas atividades em sua sede, no bairro Gameleira, até que suas instalações ficassem prontas no *campus* da UFMG, o que só ocorreu em 1976 (SOUSA, 1994; MORAES, 2011).

Organizamos o QUADRO 5, objetivando identificar as disciplinas presentes nas quatro versões curriculares oferecidas pela EEF-MG para, então, analisá-las e compreender o que elas revelaram sobre a formação de professores naquela instituição, para, mais adiante, perceber se havia relações com os programas dos concursos.

QUADRO 5
Disciplinas vigentes nos currículos da EEF-MG ao longo da aplicação dos concursos públicos

1962	1967	1969	1970
Anatomia	Anatomia	Anatomia	Anatomia
...	Antropologia	Antropologia	Antropologia
Ataque e Defesa	Ataque e Defesa	Ataque e Defesa	Ataque e Defesa
Atletismo	Atletismo	Atletismo	Atletismo
Basquetebol	Basquetebol	Basquetebol	Basquetebol
...	Boxe	Boxe	...
Biometria	Biometria	Biometria	Biometria
Cinesiologia	Cinesiologia	Cinesiologia	Cinesiologia
Cultura Religiosa
Danças Regionais	Danças	Danças	Danças
Desportos Aquáticos	Natação	Natação	Natação
E. F. Feminina
E. F. Masculina
...	Esgrima	Esgrima	Esgrima
Fisiologia	Fisiologia	Fisiologia	Fisiologia
Fisioterapia	Fisioterapia	Fisioterapia	Fisioterapia
Futebol	Futebol	Futebol	Futebol
Ginástica Rítmica	Ginástica Geral Feminina e Masculina	Ginástica Geral Feminina e Masculina	Ginástica
Higiene	Higiene	Higiene	Higiene
Halterofilismo
História da E. F.
...	Judô	Judô	...
Metodologia da E. F.
Metodologia do Treinamento Desportivo
Metabologia
...	Nutrição
Organização	Organização e Administração da Educação Física e do Desporto	Organização e Administração da Educação Física	Organização e Administração
...	Pedagogia Geral	Pedagogia Geral	Pedagogia
Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
...	Recreação	Recreação	Recreação
Ritmo
Traumatologia e Socorros Urgentes	Socorros de Urgência	Socorros de Urgência	Socorros Urgentes
Voleibol	Voleibol	Voleibol	Voleibol

Fonte: elaborada pelo autor desta pesquisa.

A análise do QUADRO 5 nos permite afirmar a existência de uma estrutura curricular estável, pela qual decorriam três anos, com seis períodos para a formação do aluno. Apenas o currículo do ano de 1962 apresentou 630 horas-aula para sua totalização. Os demais apresentaram 1.800 horas-aula para sua integralização. De uma forma geral, a maioria das disciplinas permaneceu nas grades curriculares, às vezes passando por uma modificação de nomenclatura.

As disciplinas esportivas estiveram consideravelmente presentes desde 1962, mantendo uma estabilidade da maioria das modalidades ao longo dos anos. Essa constatação é de grande valia para a confirmação de elementos que contribuem para a constituição de representações para área. As disciplinas de matriz predominantemente biológica seguiram o mesmo percurso ao longo dos anos; a exceção é a disciplina intitulada Metabologia, que apareceu apenas em 1962.

Entre as seis disciplinas que constam apenas do currículo de 1962, a que mais chamou atenção foi a disciplina Cultura Religiosa, por sua nomenclatura que nos permite conceber diversas hipóteses para sua presença na grade de um curso superior de Educação Física. Pesquisando a seu respeito, verificamos que a disciplina está presente no currículo do curso desde a fundação da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais, em 1952, permanecendo no currículo mesmo após a fusão dela com a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. A permanência dessa disciplina se deu pela organização pedagógica da Escola pós-fusão ficar a cargo das Faculdades Católicas:

Como uma das formas de se garantir a moral cristã, o convênio, que unificou as duas escolas, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Iniciação Filosófica e Cultura Religiosa, ministrados por professores indicados pelo Conselho Diretor da Sociedade Mineira de Cultura, com nomeação independente de concurso e participação assegurada na Congregação da Escola (SOUSA, 1994, p. 127).

O professor responsável por ministrar a disciplina era o padre Carlos José Gonçalves, outro fato relevante. Concordamos com Lima (2013, p. 110), quando argumenta que “a presença de um padre no corpo docente de uma instituição de ensino pública demonstra a forte influência que a Igreja Católica exercia na EEF-MG e em Minas Gerais”. Assim, por intermédio dessa disciplina, foi constatado o interesse tanto do Estado quanto da Igreja em formar docentes que recebessem uma orientação de princípios cristãos que contribuíssem para uma educação dentro dos valores morais desejados para a sociedade.

Em relação aos pontos referentes às provas teóricas e práticas a serem preparados pelos professores candidatos aos concursos, foi identificada uma grande proximidade das temáticas abordadas nos pontos em relação às disciplinas estudadas na EEF-MG. Essa

também é uma boa evidência de que os professores estavam a ensinar e a selecionar de acordo com um ideal que compreendiam ser o melhor para a Educação Física em Minas Gerais.

3.1.3 *Jornadas Internacionais de Educação Física*

As Jornadas Internacionais de Educação Física eram cursos de aperfeiçoamento pedagógico e técnico destinados aos professores de Educação Física. Foram realizados em Belo Horizonte, entre os anos de 1957 e 1962. Contaram com cinco edições ao longo desses anos, apenas excetuando o ano de 1961. Foram promovidas pela DEMG, pela EEF-MG e pela Associação de Ex-Alunos da EEF-MG. Sobre as Jornadas, tomaremos a dissertação da professora Cássia Danielle Monteiro Dias Lima (2012) como referência, uma vez que esse foi o seu objeto de estudo.

As Jornadas eram estruturadas em aulas teóricas e práticas, palestras, demonstrações, entre outras atividades, ministradas por professores convidados, oriundos da EEF-MG, e, principalmente, de outras escolas e instituições nacionais e internacionais. Alunos de várias localidades do Brasil e até de outros países vieram a Minas Gerais, para participarem das atividades ofertadas:

As cinco edições das Jornadas possuem semelhanças e particularidades. É notável certo movimento, nada linear, entre as edições. Podemos perceber que da I à IV aumenta-se o número de professores estrangeiros convidados para ministrar os cursos, assim como a procedência dos mesmos se torna mais variada. Isso também acontece com os alunos, ou “estagiários” como referenciam algumas fontes, que na IV edição vieram de vários estados brasileiros e de outros países da América do Sul e do México. Há, ainda, um aumento no número de religiosos participantes. Esses três pontos são sempre ressaltados pelos jornais. Os primeiros com o intuito de mostrar sua abrangência, qualidade e originalidade, já o último enfatizando que o mesmo zelava pela moral e pelo aperfeiçoamento do espírito (LIMA, 2012, p. 20-21).

Nossa atenção foi provocada pelo caráter formativo dos eventos, pela sua característica, envolvendo pessoas de variadas localidades do mundo, bem como nos conhecimentos que por lá circularam, que foram difundidos entre seus participantes e que passaram a contribuir na constituição da Educação Física em Minas Gerais. Entre esses conhecimentos, Cássia Lima (2012, p. 124) elabora cinco grupos temáticos, a fim de abordá-los em seu estudo, sendo eles “uma educação moral e religiosa; o cientificismo na Educação Física; técnicas e métodos de ensino; a sistematização do ensino: a didática da Educação Física; jogos, recreação e infância”.

Os professores apontados por Lima (2012) como organizadores das Jornadas eram quase todos pertencentes ao primeiro grupo de professores a trabalhar na EEF-MG. Para além

dos organizadores, ela ainda aponta outros professores que trabalhavam na EEF-MG e foram convidados a atuarem nas Jornadas. Cotejando com as fontes desta pesquisa, percebemos que quase todos os professores que integraram as bancas examinadoras dos concursos públicos estiveram presentes às Jornadas. Entre eles, foram identificados os professores Sylvio José Raso, Herbert de Almeida Dutra, Olavo Amaro da Silveira, Odilon Ferraz Barbosa, Geraldo Pinto de Souza, Fernando Campos Furtado, Guiomar Meirelles Becker, Adolfo Guilherme, Fernando Antônio Grosso, Lincoln Raso, Nella Testa Taranto, Pedro Advíncula Veado Filho e Pedro Nazareth.

O entendimento era de que a presença desses professores nas Jornadas não se limitava apenas à organização do evento, aplicação de cursos ou apresentação de palestras. Eles estavam ali ensinando e também aprendendo com os seus pares, renovando seus conhecimentos e agregando conceitos e métodos mais em voga no período.

Muitos professores candidatos aos concursos frequentaram as Jornadas, o que foi constatado pela citação dos eventos entre os títulos apresentados para a prova. Dialogando com Lima (2013), averiguamos que a mobilização, em Minas Gerais, para a frequência às Jornadas era grande e aparecia em diversas ações. Entre elas, o incentivo da EEF-MG para a presença de seus alunos; a liberação, por parte dos colégios, de professores de Educação Física, com anuência do Ministério da Educação para a suspensão das aulas; o custeio da participação dos técnicos que atuavam nas Praças de Esporte, inclusive como norma da DEMG.

Ao final das Jornadas, a emissão do certificado obedecia a normas rígidas, em que havia a verificação da frequência e da participação ativa dos professores nas atividades, e também a aplicação de prova escrita. Apenas aqueles que atingissem 60% de frequência às atividades e do resultado na prova receberiam a certificação.

Cabe ressaltar ainda que às Jornadas foi atribuído pela sociedade o conceito de oportunidade de ensino dos conhecimentos e conteúdos mais modernos e inovadores da área, para o período, o que foi comprovado pelas presenças dos professores Gerhard Schimidt (austríaco) e Auguste Listello (francês).

O professor Schimidt foi assistente do professor Karl Gaulhofer, um dos criadores de um método ginástico especificamente elaborado para a escola, caracterizado pelo sentido rítmico da ginástica e pelo movimento lúdico e esportivo. Esse método ficou conhecido, no Brasil, como Método Natural Austríaco, e ao professor Schimidt foi atribuído o protagonismo na sua difusão pelo País.

Em relação ao professor Listello, este era integrante do Instituto Nacional de Esportes (INS) da França e, designado por essa instituição, viajou a diversos países do mundo, ministrando cursos de capacitação em Educação Física. Em uma das dessas viagens, veio ao Brasil participar das Jornadas, quando conduziu um curso sobre “Atividades Físicas Generalizadas”, no qual destacava, principalmente, as características de uma sessão de treinamento. Esse conteúdo ficou conhecido no Brasil como método desportivo generalizado. Ambos os métodos podem ser observados como conteúdos entre os pontos de prova elaborados para os concursos.

Observamos, assim, que as Jornadas estabeleceram uma relação de mão dupla com os concursos. A importância delas para a formação do professorado mineiro é evidente, perpassando pelos professores que compunham o corpo docente da EEF-MG, pelos professores e técnicos já formados e atuantes na área, e também pelos professores em formação na EEF-MG. Entendemos, assim, que os conteúdos tratados nas Jornadas incidiram na formação de novos professores, na atualização dos professores formados e, portanto, na formulação dos concursos.

3.1.4 Ruas de recreio

As ruas de recreio foram atividades organizadas para a diversão da população, de cunho recreacionista, ocorrendo em Belo Horizonte e em outras diversas cidades mineiras, entre as décadas de 1950 e 1970. Tinham uma grande aceitação por parte da sociedade, com ampla participação popular, e alcançavam visibilidade nos meios de comunicação, como jornais e rádio. Eram promovidas pela DEMG, em parceria com a EEF-MG, que era responsável pela elaboração e execução das atividades.

A DEMG era um órgão do governo estadual que tinha como finalidade principal promover ações voltadas para o ensino e a prática da Educação Física e dos esportes, tanto na capital quanto no interior, sendo mantida por recursos oriundos da Loteria Mineira. Ela era considerada um órgão que estimulava as questões pedagógicas da área, por promover cursos de aperfeiçoamento aos professores e estágios aos discentes dos cursos formativos. Era também responsável por manter as praças de esportes em pleno funcionamento, na capital e no interior, facultando todo suporte necessário aos técnicos que nelas atuassem (SILVA, 2009; LIMA, 2012).

As diversas cidades mineiras apresentavam uma grande demanda pelas ruas de recreio, principalmente em dias festivos, como feriados e datas comemorativas. Elas eram

estruturadas em espaços como as ruas, praças, campos de futebol, no formato de circuito, onde as crianças participavam, ao longo do dia, de diversas atividades, sendo mais relatadas as de cunho físico-esportivo, contando também com uma presença marcante das atividades recreativas para crianças de idades iniciais. Essas atividades eram elaboradas, em conjunto, pelos professores da EEF-MG e seus alunos, que as acompanhavam e também as ministravam, inclusive sendo eles recorrentemente chamados estagiários por seus professores (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012).

Observamos então um processo de aprendizado e atuação na área por parte dos professores em formação, presentes nas atividades de caráter extensionistas que visavam ao atendimento das comunidades externas à EEF-MG. Novamente aparecem os esportes como conteúdo fortemente presente, mesmo que nas atividades recreativas. Cabe ainda ressaltar que Silva (2005, p. 6) aponta que, à época, as ruas de recreio eram entendidas “como demonstração do pioneirismo educacional, pois aliavam métodos científicos e o moderno ensino de forma lúdica”.

Entre os professores encontrados por Rosa *et al.* (2009) como organizadores das ruas de recreio, foram identificados, mais uma vez, diversos nomes que integraram as bancas examinadoras dos concursos públicos. Entre eles, encontram-se Sylvio José Raso, ao qual é atribuída a criação das ruas de recreio quando da sua gestão à frente da DEMG (1957-1961), Adolfo Guilherme, Fernando Antônio Grosso, Fernando Campos Furtado, Geraldo Pinto de Souza, Herbert de Almeida Dutra, Lincoln Raso e Odilon Ferraz Barbosa.

Em depoimentos³⁹ de professores que trabalharam nas ruas de recreio, eles apontaram como finalidade dessa iniciativa a difusão do conhecimento da Educação Física em seus diversos aspectos, como a educação, a saúde e o lazer. Destacaram a oportunidade de a comunidade receber uma orientação de professores capacitados, o que, naquele período, foi considerado um diferencial. Outro aspecto relevante dizia respeito à condição das crianças e dos jovens, pois havia poucas escolas nas regiões de periferia, e, durante a realização das ruas de recreio, eles teriam ocasião de entrar em contato com atividades que não conheciam, aprendendo, pelas regras, valores como obediência, respeito, entre outros, ocupando assim seu tempo livre e afastando-se de outras situações consideradas nocivas para sua formação. Em seus comentários, os professores destacaram aspectos relativos à recreação das atividades, nas quais as práticas esportivas estavam muito presentes. Aspectos como a *performance* e a

³⁹ *Depoimento Oral*. Cemef – Coleção História Oral: Ruas de Recreio.

competição não eram ressaltados. Havia, ao mesmo tempo, a alusão à possibilidade de descobrimento de talentos que, orientados, poderiam se tornar atletas.

Percebemos então que as ruas de recreio faziam parte do processo de modelização dos professores candidatos aos concursos públicos, por serem eventos que propiciavam uma aproximação mais efetiva entre os professores da EEF-MG e os alunos em formação que nelas atuavam como estagiários. De certa forma, essa relação permitia ao docente uma condição mais direta na transmissão dos conhecimentos, por ele entendidos como ideais ao aluno, direcionando mais especificamente sua formação, bem como facultava ao discente um maior conhecimento acerca de seu professor.

3.1.5 Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen)

O Premen se constituiu como parte de um projeto do governo federal em parceria com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), estabelecida em convênio com o MEC, que visava à resolução de problemas educativos no Brasil, com a proposta de “modernização” do sistema de ensino. O programa fez parte do governo do presidente Artur da Costa e Silva, sendo decretado em 1968⁴⁰ para enfrentar a forte demanda por mão de obra especializada no período. O objetivo principal do Premen era a melhoria do ensino em todo o Brasil, por meio da criação, em todos os Estados, de ginásios polivalentes que oferecessem formação profissional.

Para que o programa das escolas polivalentes fosse assimilado e também para atender à demanda de professores destinados a esses ginásios, foi necessária a implantação de cursos de curta duração (apenas um ano) que se propunham a formar professores de diversas áreas para atuarem nesses educandários. Pelo Decreto 63.914, de 26 de dezembro de 1968, cada Estado deveria elaborar o projeto para construção ou ampliação das escolas e também da oferta dos cursos formativos de professores. Em Minas Gerais, a EEF-MG foi escolhida para organizar e desenvolver esse curso para a área. Apesar da promulgação do decreto em 1968, o primeiro curso foi aplicado apenas em 1971, e o último em 1973, tendo essa iniciativa um período curto de duração (CAMPOS, 2007; ARAÚJO, 2010; DINIZ, 2013).

⁴⁰ Decreto n. 63.914, de 26 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968a).

De acordo com a documentação encontrada no Acervo do Cemef,⁴¹ havia dois tipos de candidato interessados em frequentar o curso do Premen. O primeiro tipo dizia respeito àquele que não tinha nenhuma formação superior em Educação Física. Nesse caso, o sujeito, ao formar no curso, saía habilitado apenas para atuar nas escolas polivalentes. Já para os indivíduos que tinham o título superior em Educação Física ou que estavam no período final para sua obtenção, mas que desejavam trabalhar numa escola polivalente, poderiam pleitear uma vaga no curso, o que, no caso, era chamado de curso de reciclagem:

Partindo da compreensão de que os professores licenciados em Educação Física ou em fase final de curso têm as habilitações necessárias ao exercício da profissão, resta-nos conferir-lhes, através de um Curso de Reciclagem, o conhecimento da filosofia da Escola Polivalente e os princípios em que se fundamenta a Educação Física na mesma Escola.⁴²

Outro ponto que merece destaque são as tensões envolvidas entre a EEF-MG, nesse período representada pelo seu diretor, Pedro Advíncula Veado Filho, e o secretário executivo do Premen-MG, Rômulo Santos Carvalho. Em uma troca de ofício entre ambos, o diretor pedia esclarecimentos ao secretário sobre a elaboração do curso, argumentando e tecendo críticas à diminuta carga horária, aos conteúdos a serem abordados, às condições do processo ensino-aprendizado, entre outras, a que o curso estava submetido. O diretor tecia esses comentários imbuído do entendimento de que o curso superior, que contava com três anos de duração, já estava sendo considerado “absolutamente insuficiente” pela própria exigência peculiar formativa e que um curso de menor duração não seria bastante para formar um profissional de qualidade. Segue a transcrição do programa proposto para o curso do Premen em 1971:

EDUCAÇÃO FÍSICA

1. INTRODUÇÃO
 - a) Conceito de Educação Física
 - b) Valor educativo das atividades físicas
 - c) Objetivos básicos

2. SISTEMA EDUCACIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Fatores condicionantes do aluno em relação:

- a) Temperatura

⁴¹ *Programa de Expansão e Melhoria do ensino - Premen*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1980). Série: Dossiês.

⁴² *Programa do curso do Premen (13 ago. 1971)*. Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1980). Série: Dossiês.

- b) Ambiente
 - c) Material disponível
 - d) As instalações e equipamentos de que dispõe o estabelecimento
 - e) A intensidade gradativa e motivada do esforço
 - f) Exercícios para o seu aperfeiçoamento próprio
3. O GESTO DESPORTIVO
- a) Princípios elementares de técnicas
 - b) O ritmo e a coordenação
 - c) Aplicação desportiva
4. OBTENÇÃO DO ÊXITO PARA SATISFAÇÃO PRÓPRIA
- a) O indivíduo - Preferências esportivas
 - b) Orientação que visem a objetivos definidos de acordo com a orientação profissional
 - c) Criação do espírito de equipe
 - d) Competições - Treinos desportivos
 - e) Atividades recreativas em geral (lazer)

SOMENTE PARA A PARTE FEMININA

5. GINÁSTICA FEMININA
- a) Forma de trabalho
 - b) Treinamento da atitude
 - c) Treinamento dos movimentos
6. METODOLOGIA APLICADA
- a) Sistemas e métodos estrangeiros
 - b) Tendências atuais do ensino da Educação Física no Brasil
 - c) Necessidade do planejamento (o planejamento global e o parcial).⁴³

Foram encontradas alusões diretas a nomes de professores que ministraram as aulas nesses cursos e que, nesse período, conduziram a mesma disciplina na EEF-MG. Também foi constatada no programa uma presença dos esportes, em diversos tópicos, colocando em destaque alguns de seus ideários mais evidentes, como a competição, o gesto desportivo, a técnica e o treinamento.

Consideramos que essas atividades contribuíram para a modelagem dos professores que se formavam em Minas Gerais, em um tipo de “via de mão dupla”, pois, conforme elas modelavam, também sofriam uma modelagem por parte deles. O movimento paulatino de legitimação da EEF-MG perante a sociedade mineira também foi apurado, por sua participação efetiva na área e por seu reconhecimento como instituição referência no campo da Educação Física e, conseqüentemente, dos professores por ela habilitados.

⁴³ Programa do curso do *Premen* (13 ago. 1971). Cemef - Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1980). Série: Dossiês.

3.2 Os professores da EEF-MG e suas participações nas bancas examinadoras

Neste tópico, objetivamos entender como eram constituídas as bancas examinadoras dos concursos públicos, quem eram seus integrantes e quais eram os percursos formativos de alguns deles. A hipótese aponta para uma relativa autonomia de procedimentos da banca, dentro dos processos que lhe cabiam, permitindo, assim, que os professores candidatos que mais se aproximassem de um perfil almejado fossem selecionados para atuarem nas escolas estaduais mineiras. Esse perfil não começava a ser delineado nos concursos, ele já vinha sendo constituído desde a formação superior em Educação Física, perpassando pelas atividades extensionistas, de reciclagem, especialização e continuidade de estudos.

Em um primeiro momento, quando pensamos em uma banca de concursos, logo imaginamos um determinado grupo de professores a aplicar uma determinada avaliação. No entanto, para os concursos, foi notada uma participação mais efetiva da banca examinadora. O processo se dava da seguinte maneira: o chefe do Departamento de Educação Física da SEE-MG enviava um ofício à direção da EEF-MG, informando a publicação do edital no jornal Minas Gerais para um concurso público em uma determinada cidade, solicitando a designação de uma banca examinadora para realizá-lo. A direção da EEF-MG deveria seguir as orientações estabelecidas no regulamento e programa para os concursos, material elaborado pela própria EEF-MG para organização dos trabalhos.

Nos anos iniciais de aplicação dos concursos, identificou-se que as bancas examinadoras eram compostas por quatro integrantes, sendo eles o presidente e três examinadores. Já nos anos finais dos concursos, elas eram compostas por sete integrantes, sendo o presidente, um coordenador, três examinadores titulares e dois examinadores suplentes. A presidência da banca era ocupada pelo diretor da EEF-MG, e este não tinha direito à atribuição de notas. Cabia a ele coordenar os trabalhos referentes aos concursos, seguindo o capítulo VI do regulamento, que trata “das bancas examinadoras”, inclusive convocando os três examinadores, os quais deveriam ser pessoas de reconhecida capacidade e idoneidade moral. Um desses examinadores deveria obrigatoriamente ser o professor da cadeira de Ginástica Masculina ou da cadeira de Ginástica Feminina da EEF-MG, ou, no caso de impedimento, outro professor por eles sugerido.

Uma vez composta a banca examinadora, a ela competia a elaboração de todas as questões referentes às provas teóricas e práticas dos concursos, assim como a organização, aplicação e correção dos exames, ou seja, tudo o que envolvesse o concurso daí em diante era

de total responsabilidade e autonomia dela. Durante todo o processo, se algum examinador, por motivo de força maior, necessitasse deixar o concurso, outro poderia ser designado pelo presidente como substituto.

Cabe ressaltar que a nenhum professor candidato era lícito recusar uma banca examinadora ou a qualquer um de seus membros, sob pena de eliminação do concurso. Todas essas determinações, arregimentadas nos regulamento e programa dos concursos, eram publicadas, juntamente com o edital, no jornal Minas Gerais.

Poucos professores ocuparam o cargo de presidente da banca. Alguns o fizeram mais de uma vez, como apresentamos na TAB. 1. Essa opção em analisar alguns aspectos referentes a esses professores, como sua formação e participação em outras instituições em Belo Horizonte, ocorreu por compreendermos que eles contribuíram com valiosos indícios para o entendimento do perfil de professor de Educação Física almejado em Minas Gerais.

TABELA 1
Professores presidentes das bancas examinadoras

Nome	Disciplina	Provimento	Suficiência
Geraldo Pinto de Souza	Recreação	1	--
Herbert de Almeida Dutra	Natação	14	2
José Guerra Pinto Coelho	Fisiologia	1	1
Olavo Amaro da Silveira	Pedagogia	3	--
Pedro Advíncula Veado Filho	Anatomia	22	--

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

3.2.1 *Geraldo Pinto de Souza*

O professor Geraldo Pinto de Souza é o único entre os cinco professores que atuaram na presidência da banca a não ocupar a direção da EEF-MG durante o período analisado dos concursos. Não foi encontrada nenhuma fonte que explicasse o porquê dessa infração às orientações estabelecidas no regulamento e programa para os concursos. Porém, como ele assumiu essa função somente em um concurso para provimento de cadeira, levantamos a hipótese de um impedimento por parte do diretor da Escola, naquela ocasião, e a sua indicação especialmente para a condução dos trabalhos.

Geraldo iniciou sua trajetória na EEF-MG logo após a fundação desta, ministrando a disciplina Recreação, que fazia parte da cadeira de Metodologia do Treinamento Esportivo. Atuou na DEMG por convite do professor Sylvio Raso, quando este foi diretor da instituição, sendo designado por ele para organizar as ruas de recreio. Também participou da primeira Jornada Internacional de Educação Física, ministrando um curso sobre a Metodologia do Treinamento Esportivo (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012).

Em seu currículo,⁴⁴ apresentou formação de Instrutor de Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, com atuação profissional diversa, tendo trabalhado com o ensino de disciplinas práticas de modalidades esportivas, pedagógicas e também como treinador de equipes esportivas. Ainda foi demonstrada a sua presença marcante na sociedade mineira, pela área, onde ocupou cargos importantes de presidência e direção em instituições como a Federação Mineira de Atletismo e Associação Mineira dos Professores de Educação Física.

O professor Geraldo ainda é apontado por Lima (2012, p. 99) como “o professor que mais publicou textos no Jornal Educação Física” e foi relatado, por seu trabalho com as ruas de recreio, como portador de uma grande capacidade de organização. Ainda foi atribuída a ele a qualidade de grande competência e a crença na educação dos preceitos morais e cívicos pela Educação Física (LIMA, 2012).

3.2.2 *Herbert de Almeida Dutra*

O professor Herbert de Almeida Dutra foi diretor da EEF-MG entre os anos de 1963 e 1970. Iniciou sua trajetória na EEF-MG logo após a fundação desta, como professor assistente na cadeira de esportes aquáticos, assumindo-a em 1958 como professor catedrático, ministrando a disciplina Natação. Frequentou as Jornadas Internacionais, sendo um de seus organizadores. Também foi diretor da DEMG na década de 1970, onde atuou como organizador das ruas de recreio (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012).

Foi verificada a presença do professor Herbert em outras instituições de relevância na sociedade, como o Conselho Estadual de Educação. Foi um dos professores que elaboraram e assinaram o documento que explicitava a necessidade da criação de uma escola de Educação Física em Minas Gerais e dedicou grande parte de sua vida à EEF-MG,

⁴⁴ *Curriculum Vitae* de Geraldo Pinto de Souza. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Pastas Funcionais.

trabalhando ativamente em seu processo de federalização. Foi relatado como apaixonado pela profissão e sua vida apontada como dedicada a ela (LIMA, 2012).

3.2.3 *Olavo Amaro da Silveira*

O professor Olavo Amaro da Silveira fez parte dos professores que fundaram a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, iniciando sua trajetória na instituição, ocupando a cadeira de Metodologia da Educação Física. Ocupou a direção da EEF-MG entre os anos de 1959 e 1963. Participou das Jornadas Internacionais como organizador, estando sempre presente às atividades propostas, mesmo não ofertando nenhum curso ou proferindo palestra. Não foi encontrada alusão à sua participação na DEMG ou nas ruas de recreio (LIMA, 2012).

O currículo do professor Olavo aponta uma trajetória por instituições militares antes de sua formação superior na Escola Superior de Educação Física (ESEF), no Rio Grande do Sul. Para além da sua trajetória nessa instituição, foi verificada apenas a sua inserção na Fédération Internationale d'Education Physique (FIEP) (LIMA, 2012).

Ao professor Olavo foram atribuídas algumas orientações que adivinham de sua formação militar, nas quais se afirmavam a defesa da educação cívica por meio da Educação Física, em que preceitos de caráter higienistas e eugênicos se faziam presentes. Entretanto ele também foi citado, por sua conduta pessoal e prática docente, como um professor de carisma, atencioso e competente (LIMA, 2012).

No que diz respeito aos professores José Guerra Pinto Coelho e Pedro Advíncula Veado Filho, não conseguimos encontrar nas fontes acessadas no acervo do Cemef, bem como em trabalhos acadêmicos da área, mais informações a respeito deles. Foi constatado apenas que o professor José Guerra se formou em Medicina, ministrava a disciplina Fisiologia e foi diretor da EEF-MG entre os anos 1956 e 1960. Por este último indício, levantamos uma hipótese para sua pequena atuação nos concursos, já que, pelo marco temporal da pesquisa, eles começaram a ser aplicados em 1960, e o professor José Guerra estava deixando a direção da Escola nesse mesmo ano. Com relação ao professor Pedro Advíncula, foi verificada que sua formação também ocorreu no campo da Medicina e que ministrava a disciplina Anatomia. Assumiu a direção da Escola entre os anos de 1970 e 1974, coincidindo justamente com os quatro anos finais de aplicação dos concursos.

Seguindo, a TAB. 2 apresenta os professores que fizeram parte das bancas dos concursos como examinadores. Optamos por investigá-los, com o intuito de compreender sua

inserção na EEF-MG e em Belo Horizonte, no período. Mais uma vez, as fontes pesquisadas não permitiram o levantamento de informações referentes a todos os professores, e escolhemos comentar aquelas que nos apresentaram indícios de sua formação e atuação.

TABELA 2
Professores examinadores das bancas

Nome	Disciplina	Provimento	Suficiência
Adolfo Guilherme	Voleibol I e II	8	4
Albano Félix d'Ávila	--	-	2
Elcio Guimarães Paulinelli	Ginástica Geral Prática de Ensino	8	1
Fernando Campos Furtado	Ataque e Defesa	--	1
Fernando Antônio Grosso	Iniciação Esportiva Futebol de Salão	1	--
Geraldo Pinto de Souza	Recreação	1	3
Guiomar Meirelles Becker	Ginástica Geral	31	10
Lincoln Raso	Iniciação Esp. Handebol Ginástica Geral	12	1
Maria Yedda Maurício Ferolla	Ginástica Rítmica Danças	3	--
Marluce Guimarães Gomes	Ginástica Geral Prática de Ensino	29	--
Nella Testa Taranto	Pedagogia	14	1
Odilon Ferraz Barbosa	Recreação	42	7
Olavo Amaro da Silveira	Pedagogia	3	1
Pedro Nazareth	Atletismo	18	2
Reginaldo Gomes Dias	Atletismo	2	--
Sylvio José Raso	Ginástica Geral	4	1
Therezinha Ribeiro da Silva	Prática de Ensino	16	1

Fonte: elaborada pelo autor desta pesquisa.

Observando a TAB. 2, percebemos uma grande presença das professoras Guiomar Becker e Marluce Gomes, e também do professor Odilon Barbosa. No caso das professoras, essa presença é facilmente explicada pelo programa dos concursos, que exigia, em toda banca

examinadora, um docente ligado ao conteúdo de ginásticas. No tocante ao trabalho com esse conteúdo, a professora Guiomar Becker merece destaque na cidade de Belo Horizonte, atuando desde 1910 com essa disciplina em grupos escolares e optando por abordagens pautadas em conceitos pedagógicos. Em 1928, esteve presente na Inspeção de Educação Física como assistente do então inspetor Renato Eloy de Andrade. Já em 1930, atuava como professora de Educação Física da Escola de Aperfeiçoamento. Em 1942, publicou o livro “Educação Física Infantil”.⁴⁵ Pela marcante atuação no ensino, inclusive com produções relevantes para o período, foram constituídas representações sobre a professora que a apontavam como modelo a ser seguido, abarcando sentidos como amor, dedicação ao ensino e patriotismo (OLIVEIRA, 2001; SILVA, 2009).

O professor Odilon Barbosa foi integrante da primeira turma do curso da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. Após a sua formação, passou a trabalhar como professor assistente do Prof. Geraldo Pinto de Souza. Em 1970, assumiu a cadeira de Recreação após o falecimento do professor Geraldo. Trabalhou na DEMG, onde ministrava cursos de futebol de salão e recreação nas cidades do interior. Também organizou e trabalhou nas ruas de recreio. Participou como membro da comissão organizadora, nas segunda e quinta edições das Jornadas Internacionais de Educação Física, quando também ministrou cursos de futebol de salão e recreação ocupando um espaço importantíssimo na divulgação da Educação Física e dos esportes. Ainda merece ressaltar o material didático produzido pelo professor Odilon, que elaborava apostilas de recreação entre as décadas de 1970 e 1980 (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012). Mesmo com a atividade do professor Odilon Barbosa na EEF-MG, entendemos que sua marcante atuação nos concursos se deveu ao seu trabalho docente no Colégio Estadual Milton Campos, comumente conhecido como Estadual Central, no qual ocorriam diversas provas práticas dos concursos.

A professora Nella Taranto atuou na EEF-MG entre as décadas de 1960 e 1980, assumindo a cadeira de recreação juntamente com o professor Odilon Barbosa. Sua atuação se deu prioritariamente nas questões relativas à parte teórica da recreação. Existe um arquivo pessoal da professora nos acervos do Cemef. É basicamente composto de livros que versam sobre a recreação. Apesar de ter atuado em ruas de recreio, Nella Taranto parece ter destaque por suas produções, quer individuais ou coletivas, voltadas para a formação e atuação dos professores de Educação Física. Entre elas, destacam-se as várias produções intituladas

⁴⁵ O livro foi utilizado como referência para o assunto no período, sendo analisado em estudo monográfico intitulado “Guiomar Meirelles Becker: a ginástica em forma de histórias” (OLIVEIRA, 2001).

“Recreação”, em parceria com os professores Odilon Barbosa e Fernando Campos Furtado, o segundo volume do “Curso de Educação Física por correspondência: para professores do ensino-colégio normal” (1971) e o livro “Planejamento anual de Educação Física para as classes dos cursos pré-primário e primário” (SILVA, 2006).

O professor Fernando Campos Furtado iniciou sua trajetória na Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, ministrando a disciplina Ataque e Defesa. Após a fusão da Escola, foi convidado pelo professor Sylvio José Raso para trabalhar como seu professor assistente na cadeira de Educação Física Geral Masculina. Esteve presente na DEMG, também a convite do professor Sylvio Raso, para trabalhar em sua equipe, participando de diversas ruas de recreio. Também participou das Jornadas Internacionais de Educação Física, nas quais destacou seu aprendizado, na 3ª Jornada, com o professor Gerhard Schimidt, como valioso balizador de sua carreira. Foi o organizador da quinta edição, ofertando o curso de Ginástica Secundária Masculina (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012). Em seu currículo,⁴⁶ apresentou a formação no curso superior em Educação Física da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, com atuação profissional diversa, tendo trabalhado no ensino superior com disciplinas práticas de modalidades esportivas, em escolas públicas e particulares, e também como treinador de equipes esportivas. O professor Fernando também compartilhou de cursos voltados para a temática da Educação Física e do esporte em outros Estados do Brasil, e também em outros países, como do Curso de Actualización y Perfeccionamiento, em 1960, na Argentina (LIMA, 2012).

O professor Sylvio José Raso foi um dos protagonistas da fundação da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, iniciando sua trajetória como seu diretor. Após a fusão da Escola, começou a trabalhar como professor catedrático na cadeira de Educação Física Geral Masculina. Esteve presente na DEMG como diretor técnico, formando uma equipe de trabalho que desenvolveu as mais diversas atividades referentes à Educação Física em Minas Gerais, sendo indicado, por exemplo, como o precursor das ruas de recreio e das Jornadas Internacionais de Educação Física. Sylvio Raso deixou a EEF-MG em 1974 (ROSA *et al.*, 2009; LIMA, 2012). Em seu currículo⁴⁷ apresentou formação no curso de Educação Física da Efefex e lecionou em clubes esportivos e escolas, antes da fundação da EEF-MG. O

⁴⁶ *Curriculum vitae* de Fernando Campos Furtado. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Pastas Funcionais.

⁴⁷ *Curriculum vitae* de Sylvio José Raso. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Pastas Funcionais.

professor sempre esteve atento aos cursos e eventos que giravam em torno da Educação Física, participando de diversos, inclusive no continente europeu, a fim de retornar ao Brasil e difundir-los com seus pares. Por isso mesmo, suas iniciativas foram valorizadas pelos professores, que o apontaram como um dos grandes responsáveis pelo engrandecimento e legitimação da área (LIMA, 2012).

A professora Maria Yedda Maurício Ferolla formou-se pela ENEFD no ano de 1941 e trabalhou em escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. Fez parte do grupo de professores que requisitavam a criação de uma Escola de Educação Física em Minas Gerais. Atuou na EEF-MG a partir do ano de 1954 e aposentou-se em 1975. As representações construídas à professora apontam seu trabalho enfático e metucioso em relação à técnica da dança. Destacou-se por elaborações de coreografias apresentadas em festivais e nas ruas de recreios, merecedoras de elogios em noticiário belo-horizontino. Além do trabalho prático, a professora publicou artigos no periódico “Educação Física” (CAMPOS, 2007).

O professor Élcio Guimarães Paulinelli formou-se juntamente com o professor Odilon Barbosa, integrando, também, a primeira turma de formandos da EEF-MG, em 1954. Trabalhou como professor em escolas públicas e estaduais em Belo Horizonte. Começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (SESI) em 1953, antes ainda de se formar. Assumiu o cargo de coordenador do Serviço de Recreação Física daquela instituição em 1962. Foi professor da EEF-MG entre as décadas de 1960 e 1980, atuando mais estreitamente nas ruas de recreio (SILVA, 2006; OLIVEIRA et. al., 2009).

Em relação aos professores Fernando Grosso e Reginaldo Gomes Dias, foram encontrados alguns documentos⁴⁸ no acervo do Cemef que fazem alusão a seus currículos. O professor Fernando Grosso apresentou formações no Curso Superior em Técnica Desportiva pela EEF-MG e no Curso de Biomecânica (extensão universitária), ambos sem referência às datas. Lecionou na EEF-MG a partir de 1970, também lecionando nos Cursos do Premen. Participou das Jornadas Internacionais de Educação Física, e sua atuação na área se vincula a clubes esportivos em Belo Horizonte, ocupando diversos cargos, como atleta, preparador físico, dirigente, entre outros. No que se refere ao professor Reginaldo Dias, não há informações sobre qual título de formação ele detinha. Lecionou na EEF-MG a partir de 1969 e, a exemplo do professor Fernando Grosso, também atuou nos cursos do Premen. Ministrou aulas no Curso de Biomecânica, no II Curso Básico de Atualização promovido pelo

⁴⁸ *Avaliações curriculares* de Fernando Grosso e Reginaldo Gomes Dias. Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Pastas Funcionais.

Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (ED/MEC) e no Curso de Atletismo promovido pela Fédération Internationale D'Education Physique, na cidade de Goiânia-GO.

Encontramos, ainda, um artigo publicado no periódico jornal “Educação Física” intitulado “Ruas de Recreio”,⁴⁹ no qual há a citação dos nomes dos professores Adolfo Guilherme e Lincoln Raso como orientadores de atividades voltadas para os jogos coletivos.

Após a análise dos cursos e atividades formativas em que a EEF-MG se envolvia no período, quando também era corresponsável pelos concursos públicos, é impossível não volver o olhar para a ligação entre as atividades formativas que eram propostas e aplicadas na época bem como para as instituições e pessoas que estavam envolvidas nestas. Fica muito claro o papel de protagonismo ocupado pela EEF-MG nesse momento, em Minas Gerais, e, por que não dizer, no Brasil. Suas atividades envolviam diversos pontos relativos à área no Estado e também foram ganhando espaço no País. Seu corpo docente também aparecia assumindo outras responsabilidades nos cursos e atividades formativas, assim como nas instituições parceiras. Entendemos que toda essa rede bem atrelada propiciava um terreno muito fértil para que fosse modelado um perfil de professor e para que também fossem constituídas representações acerca da Educação Física em Minas Gerais. Pretendemos então, no capítulo seguinte, investigar como os professores candidatos se portavam diante dessa modelização, ou seja, quais eram suas respostas a esse perfil almejado.

⁴⁹ *Jornal Educação Física, Belo Horizonte, n. 4, a. III, p. 4, out 1959.* Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

4 OS CANDIDATOS: O PERFIL ALMEJADO PELA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Mas é preciso insistir que modelos, no sentido proposto, são ferramentas, são instrumentos de análise construídos na pesquisa, a partir do diálogo que o pesquisador estabelece com as fontes pela espécie de *operação historiográfica* que realiza, reunindo indícios, resíduos, como peças soltas de um quebra-cabeça que dispõe, de modo a compor um sistema de relações. Não se trata, evidentemente, de trabalhar com modelos construídos aprioristicamente, mas de construí-los na pesquisa, testando sua abrangência e sua capacidade de conferir inteligibilidade a práticas e a processos históricos (CARVALHO, 2013, p. 4-5).

Os professores candidatos aos concursos públicos para provimento de cadeira em Escolas Estaduais Mineiras trazem consigo uma história de formação que revelou indícios acerca do perfil almejado para o cargo de professor de Educação Física em escolas de ensino médio em Minas Gerais. Concomitantemente, a Escola de Educação Física, por meio da sua atuação no Estado, participou ativamente da formação de professores candidatos, de acordo com o demonstrado no capítulo anterior, contribuindo consideravelmente para formar e também selecionar aqueles que se adequavam à procura.

Neste capítulo, pretendemos entender as trajetórias de formação desses candidatos. Qual era a sua formação e em que instituições foi obtida? Seguiam buscando uma formação complementar? Quais eram as experiências apresentadas e consideradas como relevantes? Essas questões se encontram no cerne deste capítulo e contribuem para o entendimento do protagonismo da Escola de Educação Física na constituição de representações de Educação Física em Minas Gerais.

Para isso, analisamos os títulos, cursos e experiências apresentados pelos candidatos em suas inscrições, verificando, assim, por onde circularam em busca de qualificações para a atuação docente. Também analisamos alguns conteúdos das provas teóricas e práticas, com a finalidade de verificar, pelas suas respostas, expressões sobre Educação Física daquele período.

Percebemos que os relacionamentos estabelecidos entre as instituições formativas e os professores candidatos influenciavam em sua formação acadêmica e pessoal. Pareceu que a maneira como essa influência foi gradativamente constituída indicava certo percurso a ser trilhado para atingir um modelo esperado. Dialogando com Carvalho (1989; 2000), apreendemos a adoção de “estratégias de modelização” que visavam à seleção dos melhores professores candidatos, podendo aqui ser compreendida como a busca por um perfil ideal que se aproximasse da Educação Física pretendida.

4.1 Formação dos candidatos

Como foi apresentado no capítulo 2, o professor candidato tanto ao provimento de cadeira quanto ao exame de suficiência deveria apresentar, entre os diversos documentos exigidos em edital para sua inscrição, o diploma comprobatório de sua formação para concorrer à vaga. Esse diploma apontava claramente em qual instituição o professor candidato se formou. Ele também deveria entregar uma lista contendo informações relativas à sua formação extracurricular, acompanhada de todos os certificados comprobatórios, a fim de obter pontos na prova de títulos do concurso.⁵⁰ Essas listas guardam vestígios ímpares a respeito dos caminhos formativos trilhados pelos professores candidatos. É, então, sobre esses dois documentos específicos que este tópico aborda.

Com base nos documentos encontrados,⁵¹ foi constatada que a maioria dos professores candidatos ao provimento de cadeira e aos exames de suficiência apresentava o diploma de Licenciado em Educação Física emitido pela Escola de Educação Física de Minas Gerais. Esse dado implica compreender que os concursos visavam a selecionar professores para trabalhar nas escolas estaduais mineiras e que, em Minas Gerais, até o ano de 1971, a única instituição a formar professores em nível superior era a EEF-MG. Em 1971, foi fundada a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM), tornando-se a segunda faculdade de Educação Física de Minas Gerais.⁵² Sua matriz curricular inicial previa seis períodos de disciplinas a serem cursadas, o que resultava num total de três anos de duração do curso. Assim, a primeira turma se formou em meados de 1974, coincidindo com o ano final do recorte deste estudo, motivo pelo qual não foram encontrados professores candidatos oriundos dessa instituição de ensino (PEREIRA *et al.*, 2012).

Uma minoria dos professores candidatos apresentou o diploma de licenciado em Educação Física expedido pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD-

⁵⁰ Excetuando o professor candidato ao exame de suficiência, pois não havia prova de julgamento de títulos para esse exame.

⁵¹ Acervo do Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiê de candidatos; Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos.

⁵² A fundação da ESEFM fez parte da reforma universitária de 1968, que expandiu a oferta de vagas de cursos superiores no Brasil, Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968b). O Conselho Federal de Educação autorizou o funcionamento do curso por meio do Parecer 379, no dia 1º de junho de 1971 (PEREIRA *et al.*, 2012).

RJ)⁵³ e pela Escola Superior de Educação Física (ESEF-GO).⁵⁴ Pela presença desses professores candidatos, pode-se confirmar a busca de formação profissional em estados vizinhos a Minas Gerais, bem como a procura pelos concursos mineiros por parte de alguns professores vindos de fora.

Do universo de dossiês pesquisados, surge, neste momento, uma observação relevante. Se a maioria de professores candidatos aos concursos procedia da Escola de Educação Física de Minas Gerais e os membros da banca examinadora dos concursos eram compostos de professores da Escola, logo os mesmos sujeitos que formavam os alunos também os selecionavam. Como consequência dessa relação, pressupomos uma grande chance de os professores examinadores já conhecerem os professores candidatos por estes terem sido seus alunos, e, de certa forma, essa situação poderia influenciar na busca de um candidato que melhor se enquadrasse ao modelo desejado.

Não podemos deixar de ressaltar que, no que diz respeito ao exame de suficiência, apesar de os professores candidatos poderem apresentar o título precário para se inscreverem, a maioria apresentou o diploma de licenciado em uma das três escolas de ensino superior citadas. Por essa ocorrência, entendemos que há uma preocupação pela legitimação do ensino de Educação Física em Minas Gerais, que se faz presente pela necessidade de o candidato se qualificar em sua formação.

Nas TAB. 3 e 4, apresentamos, em valores quantitativos, o conjunto existente no acervo do Cemef, que contém 115 diplomas arrolados pelos professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência.

⁵³ Fundada pelo Decreto-Lei 1.212, de 17 de abril de 1939 (BRASIL, 1939), como parte integrante da Universidade do Brasil (UB). Após a Reforma Universitária de 1968, a UB se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a ENEFD passou a ser a Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ (MELO, 1996).

⁵⁴ Fundada no início da década de 1960, era integrante da Fundação Estadual de Esportes como parte do Plano de Desenvolvimento Social proposto pelo então governador Mauro Borges. Em 1999, com a criação da Universidade Estadual de Goiás, Lei 13.456, de 16 de abril de 1999 (GOIÁS, 1999), passou a fazer parte dessa instituição de ensino, sendo então incorporada (SOUZA, 2003).

TABELA 3
Diplomas apresentados por professores candidatos ao provimento de cadeira

Título	Instituição	Quantidade
	EEF-MG	75
Diploma de Licenciado em Educação Física	ENEFD-RJ	8
	ESEF-GO	4

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa.

TABELA 4
Documento apresentado por professores candidatos ao exame de suficiência

Título	Instituição	Quantidade
	EEF-MG	17
Diploma de Licenciado em Educação Física	ESEF-GO	3
	ENEFD-RJ	1
Título precário	..	7

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

Continuando a análise sobre a formação dos professores candidatos, passaremos agora aos cursos relatados por eles para concorrer à prova de julgamento de títulos do concurso de provimento, e que apresentamos no QUADRO 6. Foi atestada uma expressiva circulação desses professores candidatos em busca de qualificar a sua formação e notou-se sua participação em, pelo menos, 25 eventos distintos entre os anos de 1958 e 1970, demonstrando um cenário bem diversificado na busca pela continuidade e atualização dos conhecimentos da área. Em relação aos eventos no exterior, ocorreu acentuação para a presença dos países latino-americanos e, pelo menos na documentação encontrada, a ausência de eventos na América do Norte ou na Europa, cenários aludidos por Taborda de Oliveira (2001) quando se trata da busca de intercâmbio no ensino superior, neste período.

QUADRO 6
Cursos apresentados por professores candidatos ao provimento de cadeira

Ano	Curso	Local
1958	Seminário de Educação Física e Metodologia (setembro de 1958) Ministério da Educação e Cultura MEC	...
1959	III Jornada Internacional de Educação Física (18 de julho a 1º de agosto de 1959)	Belo Horizonte, Minas Gerais
1960	IV Jornada Internacional de Educação Física (18 a 30 de julho de 1960)	Belo Horizonte, Minas Gerais
1961	I Seminário dos Ex-Alunos da Escola de Educação Física de Minas Gerais (SExAEEFMG)	Belo Horizonte, Minas Gerais
1962	V Jornadas Internacionais de Educação Física (15 a 28 de julho de 1962)	Belo Horizonte, Minas Gerais
	I Estágio Internacional de Educação Física e Recreação (7 de agosto de 1962) - Associação Prof. Ed. Física da GB	Estado da Guanabara
1963	V Curso Internacional de Actualización y Perfeccionamiento Docente en Educación Física (26 de janeiro de 1963)	Buenos Aires, Argentina
1964	III Estágio Internacional de Educação Física e Recreação (7 de agosto de 1964) - Associação de Prof. Ed. Física da GB	Estado da Guanabara
1965	I Reencontro de Aperfeiçoamento e Difusão da Educação Física (2 a 15 de junho de 1965)	...
	XI Curso de Aperfeiçoamento Técnico Pedagógico (1965) - Departamento de Educação e Esportes de São Paulo	São Paulo, São Paulo
	Jornada de Educação Física Sul-americana de ACMs (janeiro de 1965)	Piriápoles, Uruguai
1966	II Reencontro de Aperfeiçoamento e Difusão da Educação Física e Desportos (17 a 30 de junho de 1966)	...
1967	III Reencontro de Aperfeiçoamento e Difusão da Educação Física (17 a 30 de junho de 1967)	...
	XII Curso Internacional de Educação Física - Departamento de Educação Física e Esportes - SP (2 a 16 de julho de 1967)	Santos, São Paulo
1968	I Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos (17 a 30 de junho de 1968) - Inspeção Seccional (MEC-DEF)	Belo Horizonte, Minas Gerais
	II Curso de Atualização e Difusão da Educação Física (28 de novembro a 7 de dezembro de 1968) - MEC-DEF	Uberaba, Minas Gerais
	VII Estágio para Atualização do Conhecimento em Educação Física - Divisão de Educação Física (8 a 12 de julho de 1968)	Porto Alegre, Rio Grande do Sul
	VII Curso Internacional de Actualización y Perfeccionamiento Docente en Educación Física (15 a 31 de janeiro de 1968)	Buenos Aires, Argentina

(continua)

(continuação)

Ano	Curso	Local
1969	II Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos (17 a 30 de junho de 1969) - Inspetoria Seccional (MEC-DEF)	Belo Horizonte, Minas Gerais
	XIII Curso Internacional de Educação Física - Departamento de Educação Física e Esportes - SP (29 de junho a 12 de julho de 1969)	São Paulo, São Paulo
1970	Curso Intensivo de Educação Física -1970 - ESEF/Inspetoria de Educação Física-GO	Goiânia, Goiás
	II Curso Internacional de Atualização e Aperfeiçoamento em Educação Física e Recreação (17 de janeiro de 1970) - Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná	Curitiba, Paraná
...	Rua de Recreio - EEF-MG e Diretoria de Esportes - MG	Belo Horizonte, Minas Gerais
	XI Curso de Aperfeiçoamento Técnico Pedagógico - Departamento de Educação Física e Esportes - SP	São Paulo, São Paulo
	II Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física	...

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa.

Dois pontos importantes podem ser destacados nessa apreciação: os eventos promovidos pelos órgãos públicos para a continuidade da formação de professores e a frequência destes em outros eventos no Brasil e em países da América Latina.

O primeiro ponto diz respeito à promoção de eventos pelos órgãos públicos, federais ou estaduais, para a continuidade da formação de professores. Observando alguns argumentos construídos por Marta Carvalho (2013), nos quais ela problematiza as estratégias de modelização adotadas no campo educacional na Primeira República. Percebemos que algumas iniciativas governamentais propostas para a continuidade da formação docente podem ser entendidas como estratégias para a modelização pretendida.

No âmbito federal, um órgão do governo ganhou destaque na promoção de eventos para a formação continuada. Trata-se da Divisão de Educação Física.⁵⁵ Muitos professores candidatos apresentaram o diploma do Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos dos anos de 1968 e 1969, promovidos pela Divisão. Vale ressaltar também que, no período posterior ao ano de 1968, ocorreu uma forte influência da

⁵⁵ Esse órgão governamental foi criado em 13 de janeiro de 1937 e era pertencente ao Departamento Nacional de Educação, que, por sua vez, era atrelado ao Ministério da Educação. Em 1970, foi constituído em Departamento de Educação Física e Desportos, integrando a estrutura do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tinha como atribuição sistematizar e regulamentar o processo de formação profissional no País, ou seja, todo curso de Educação Física que viesse a ser aberto necessitava de sua autorização e reconhecimento para ser desenvolvido, além, claro, de ser inspecionado periodicamente. Ele também foi responsável por promover concursos, cursos de informação, conferências, concessão para funcionamento de colégios, entre outros (MELO, 2007, p. 1).

SEED/MEC sobre a formação e o ensino da Educação Física no Brasil, como consequência de uma política centralizadora, distribuída em diversos braços de ação, e que incidia sobre os modelos e representações da área (SOUSA, 1994; OLIVEIRA, 2001; PINTO, 2003).

Diante do discurso assumido por esse órgão governamental, compreendemos que o Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos foi organizado e aplicado no País pelas suas inspetorias seccionais, com o intuito de atuar diretamente na formação dos professores de Educação Física, transmitindo, assim, os conhecimentos que entendia como modelares no período.

No âmbito estadual, a Escola de Educação Física, em parceria com o governo, por intermédio da Diretoria de Esportes de Minas Gerais, promoveu as Jornadas Internacionais de Educação Física e as ruas de recreio. Essas duas iniciativas formativas contaram com a elaboração e execução da Escola, e foi verificado, no universo de dossiês pesquisados, a participação dos professores candidatos nos eventos e, portanto, a sua adesão a esse mecanismo de formação continuada. Esse fomento do governo à formação dos professores denota mais um indício de seu interesse e preocupação com a legitimação do ensino de Educação Física em Minas Gerais, bem como a forma como este deveria ser.

O segundo ponto diz respeito à circulação desses professores candidatos pelo Brasil e pela América Latina, em busca da qualificação profissional. As Jornadas Internacionais de Educação Física em Belo Horizonte e outros eventos locais aparecem com mais frequência no início da década de 1960. Nos anos seguintes, os professores buscaram outras estratégias para atualização de conhecimentos e difusão de informação. Tabora de Oliveira (2001) comenta que, em relação ao ensino superior, uma grande quantidade de professores brasileiros frequentaram cursos e realizaram estágios no exterior: nos Estados Unidos, na Europa, com destaque para a Alemanha, e também na América do Sul, frequentemente na Argentina. Após voltarem desses intercâmbios, os professores eram incentivados a difundir o conhecimento obtido com os demais docentes. Traçando um paralelo, acreditamos que, para o ensino básico, a busca pela continuidade formativa no exterior também cumpria o objetivo de manter os professores atualizados em relação aos conhecimentos da área, difundindo-os de acordo com as estratégias modelares estabelecidas.

Vale aqui ressaltar que, na lista entregue no ato da inscrição, os professores candidatos apresentaram, além desses cursos, as escolas públicas ou particulares e os clubes esportivos e de lazer em que trabalhavam. Também apresentaram os eventos esportivos ou artísticos que organizaram ou participaram. Foi certificada a forte presença dos professores candidatos na atuação como atletas nos Jogos Universitários Brasileiros, bem como a sua

atividade como árbitros em eventos esportivos organizados pelas federações mineiras, apresentando certificados de conclusão de cursos de arbitragem em diversas modalidades esportivas. Há também uma considerável citação de participações em movimentos estudantis, como no Diretório Acadêmico e na Associação Atlética Acadêmica, ambos da Escola de Educação Física de Minas Gerais, e também no Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica. E, por fim, a presença, na totalidade de documentos encontrados, da atuação docente de todos os professores em escolas particulares ou públicas, para aulas extranumerárias.

Percebemos, assim, que o processo formativo dos professores candidatos aos concursos de provimento é caracterizado por uma formação de ensino superior, mesmo para os exames de suficiência e, em sua grande maioria, cursado na Escola de Educação Física de Minas Gerais. Também é caracterizado pela busca de continuidade dos estudos e atualização formativa, com a circulação dos professores por cursos em Minas Gerais, em outros Estados do Brasil e em países latino-americanos. Além disso, o envolvimento com as atividades da área no Estado de Minas Gerais.

Doravante, seguimos para análise de alguns conteúdos das provas teóricas e práticas aplicadas aos professores candidatos, com o propósito de perceber, tanto em suas formulações quanto em suas respostas, também as representações da Educação Física construídas.

4.2 Os candidatos e suas “respostas” nas provas

Foram encontrados no acervo do Cemef⁵⁶ 87 exames teóricos e 75 provas práticas prestadas pelos professores candidatos, entre o concurso de provimento de cadeira e o exame de suficiência, representando este o número de provas que puderam ser analisadas. Uma quantidade considerável dessas provas continha o mesmo ponto sorteado, como foi observado na TAB. 5, referente às provas teóricas, e referente às provas práticas, na TAB. 6. As provas práticas, além de uma similaridade de assuntos, também permitiam identificar os conteúdos por práticas corporais desenvolvidas, já que eram estruturadas em planos de aulas.

⁵⁶ Acervo do Cemef. Fundo Institucional da Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969). Série: Dossiê de candidatos; Fundo Institucional da Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos.

TABELA 5
Pontos sorteados para as provas teóricas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência

Provas teóricas	
Ponto sorteado	Quantidade de provas
As bases do conceito moderno da Educação Física e do esporte	7
Adequação dos exercícios à idade	7
A recreação	6
Os jogos	6
Como ensinar exercícios rítmicos e o seu valor educativo	5
O planejamento do ensino	5
Observação sobre os alunos: testes avaliativos	5
O valor do desporto para a juventude	4
Objetivos da Educação Física no ensino de grau médio	4
O plano de aula	3
Objetivos da Educação: perspectivas futuras (A Educação Física do futuro)	3
Primeiros socorros em caso de acidente na prática da atividade física	3
A aula de Educação Física	2
As bases da Educação Física	2
As competições esportivas escolares	2
Conceito e finalidade da Educação Física	2
Critério para orientação desportiva	2
Iniciação desportiva: objetivos e características	2
A iniciação do gesto esportivo do educando	2
A atitude pedagógica do professor	1
A conduta do professor de Educação Física	1

(continuação)

(continua)

Provas teóricas	
Ponto sorteado	Quantidade de provas
A didática e a aprendizagem nas aulas de Educação Física	1
Finalidade da educação	1
Iniciação esportiva	1
O desporto	1
O ritmo no movimento ginástico e no desporto	1
O valor educativo das competições intercolegiais	1
Princípios gerais da Educação Física	1
Responsabilidade do professor de Educação Física	1
Valor educativo das atividades físicas em geral	1
As atividades físicas e sua adaptação à fisiologia e à psicologia do adolescente	1
A aula de Educação Física: método austríaco x desportivo generalizado	1
Condicionamento físico	1
O comportamento do sistema cardiovascular perante o esforço	1

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

TABELA 6
Pontos sorteados para as provas práticas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência

Provas teóricas		
Tema	Subtema	Quantidade
Atletismo	Iniciação esportiva	4
	Salto triplo	1
Basquetebol	Iniciação esportiva	6
	Passe	3
	Drible	2
Futebol de salão	Iniciação desportiva	2
	Passe	1
<i>Handball</i>	Iniciação desportiva	7
Voleibol	Iniciação esportiva	3
	Passe	1
Ginástica	Teste de <i>Cooper</i>	3
	Sessão funcional	1
	Solo e aparelhos	9
	Rolamento de costa	1
	Rolamento à frente	5
	Parada de três apoios	1
	Roda	1
	Ponte	1
	Salto	1
	Método natural austríaco	6
	Método desportivo generalizado	1
Dança	Atividades recreativas	2
	Folclore	3
Jogo	Força	3
	Atividades recreativas	5
	Folclore	2

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

Em uma primeira análise, constatamos que grande parte das provas encontradas apresentava respostas que pareciam seguir certo padrão, como se os estudos preparatórios para os concursos tivessem sido realizados em material didático comum. Apesar de o

raciocínio estar escrito de forma diferente, as ideias abordadas seguiam uma mesma direção e, em provas que abordavam questões como planejamento, testes, entre outros, diversos pontos eram citados de forma literal. Na análise dos professores que compunham as bancas examinadoras dos concursos, realizada no capítulo anterior, foi verificado que os professores Odilon Ferraz Barbosa e Nella Testa Taranto elaboraram, entre as décadas de 1960 e 1970, apostilas sobre a temática da recreação no período em que trabalharam na EEF-MG. Por essa produção, inferimos que era comum, naquele período, a elaboração de material didático por parte dos professores da EEF-MG para estudos dos alunos, o que poderia justificar certa padronização das respostas.

Dentro desse universo de provas, foi detectado que a maioria das ênfases abordadas dizia respeito aos esportes, mesmo para a temática ginástica, para a qual foram relatados diversos subtemas voltados para a ginástica olímpica, conforme denominação da modalidade naquela época. Em relação aos temas voltados para a “dança” e os “jogos”, verificou-se que eles estavam estreitamente ligados às atividades recreativas, nas quais o subtema “folclore” aparece com certo destaque. A apreciação desses pontos de prova permitiu observar, primeiramente, que as atividades esportivas e recreativas estavam muito presentes e, embora a ginástica também estivesse, suas atividades voltadas para os esportes confirmam uma representação de Educação Física que estava sendo modelada nas décadas de 1960 e 1970.

Durante essas décadas em que os concursos estavam sendo organizados e aplicados, o Brasil experimentou momentos de instabilidade que culminaram em um regime de exceção. Podem-se destacar como fatos importantes desse período a obrigatoriedade, na LDB aprovada em 1961 (BRASIL, 1961), da Educação Física para os cursos primário e médio até a idade de 18 anos; a aproximação do conceito de Educação Física com o do esporte, quando as competições esportivas escolares ganham notoriedade; e, por fim, a difusão do método desportivo generalizado, pelo seu foco nos conteúdos esportivos, com ênfase no aspecto recreativo, entendidos como o mais apropriado para cativar o interesse dos alunos às aulas (BETTI, 1991).

Dialogando com Mauro Betti, apuramos que o período de 1969 a 1979 constituiu-se como aquele no qual o Estado adota a Educação Física e o esporte como parte da “planificação estratégica do governo”. Assim, “ocorreram também profundas mudanças na política educacional e na Educação Física Escolar, que se subordinou ao sistema esportivo, e a expansão e sedimentação do sistema formador de recursos humanos para a Educação Física e o Esporte” (BETTI, 1991, p. 100).

Pode-se, ainda, aditar como destaque do período uma nova regulamentação para a Educação Física escolar, em 1971, em que esta deveria ser parte integrativa dos currículos de todos os graus de ensino (BRASIL, 1971); a definição da aptidão física como referência de orientação a qualquer iniciativa voltada para área; e, no plano dos discursos pedagógicos, o entendimento da Educação Física como parte indispensável da formação do “homem integral” (BETTI, 1991).

Ressaltamos também que, entre outras características, durante o regime de exceção, havia certo entusiasmo pelo discurso da “modernidade”.⁵⁷ Dentro desse contexto, a Educação Física foi eleita como uma ferramenta utilitária vigorosa, sendo requisitada na dimensão da melhoria da saúde, nos momentos de lazer e no desenvolvimento dos recursos humanos. Para tanto, o esporte foi escolhido como a prática corporal mais adequada, por carregar signos da “modernidade”, como a competição, a liberdade, entre outras, e pelo seu fácil processo de massificação (SOUSA, 1994; OLIVEIRA, 2001; PINTO, 2003).

Ainda recorremos ao trabalho de Gabriela Villela Arantes (2013), que contribui para mostrar que o esporte estava muito presente dentro das escolas mineiras e que as competições esportivas faziam parte do cotidiano dos alunos, de acordo com as propostas políticas educacionais para o período. Esse diálogo permitiu afirmar que as práticas escolares constituídas pelos professores de Educação Física no Estado priorizaram o esporte como um conteúdo de formação e como uma experiência social compartilhada.

Após alguns apontamentos referentes às representações da Educação Física durante o período do concurso, sondamos as respostas produzidas pelos professores candidatos, a fim de perceber se os elementos de contexto estiveram presentes e como os professores candidatos operavam com estes.

⁵⁷ Os “arcaicos” modos e práticas culturais anteriores à “Revolução”, como frequentemente é referido o golpe de 1964, eram paulatinamente substituídos por um discurso de forte acento renovador, restaurador mesmo dos mais altos e nobres valores da nação brasileira. O desenvolvimento assumia uma dimensão bipolar: se, por um lado, os péssimos indicadores sociais ou esportivos eram “culpa” das velhas formas políticas, por outro lado, eles só poderiam ser equacionados a partir de uma profunda reforma institucional. E essa reforma era colocada para frente pelo governo sob o manto do desenvolvimento. Construir o Brasil Grande significava romper com o “velho” e inaugurar o “novo”, fosse no plano político-institucional e cultural mais amplo, fosse no plano estrito da Educação Física (OLIVEIRA, 2001, p. 92).

4.2.1 “Respostas” nas provas

Do universo de provas encontradas,⁵⁸ escolhemos destacar e transcrever quatro provas que analisamos a seguir. O professor candidato M. J. Y.,⁵⁹ ao responder ao ponto sorteado que envolvia o uso do método de ginástica desportiva generalizada nas aulas de Educação Física, disse:

Foi trazida ao Brasil pelo francês August Listello em 1952 e se divide em 4 partes.

1º) Aquecimento,

2º) Desenvolvimento muscular e flexibilidade,

3º) Exercícios de agilidade e coragem,

4º) Aplicações esportivas utilitárias.

A 1ª parte, fins higiênicos. A 2ª fins morfológicos, a 3ª parte finalidades morais, e a 4ª, que os franceses consideram a mais importante, dar conhecimento aos alunos por iniciação aos diversos esportes, mas, como todas as lições, as atividades são apenas meios, a finalidade é educar.

Ainda o mesmo candidato, em outro momento da prova, responde sobre a pergunta “Por que uma aula de Educação Física deve ser atraente e alegre?”:

Porque só assim poderemos alcançar os objetivos fixados e a disciplina é observada. Cabe ao professor, única e exclusivamente, a responsabilidade de se esforçar para tornar a aula atraente e motivada, assim procedendo não terá problemas de indisciplina, de desinteresse. Pois deve o professor irradiar alegria e com material motivador, incentivo, compreensão, amizade, conhecimentos pedagógicos, coleta de atividades as mais variadas, nunca terá problemas que venham a desvirtuar os seus trabalhos. E poderá assim levar a sua missão com mais facilidade e proporcionar aos educandos o desenvolvimento das qualidades morais e personalística.

E, fechando, ainda dentro da mesma prova, a resposta à pergunta “Qual a importância pedagógica das formas jogadas?”:

O jogo é a atividade natural, sintética por excelência, para qual todo indivíduo é impelido, quando premido pela necessidade instintiva do movimento. Todo professor sabe disso. Pois deve explorar de maneira inteligente, incluindo nos seus planos, as formas jogadas. As crianças sentem a motivação pela competição, porque poderemos dar um caráter competitivo a essas atividades e conseguirmos a integração do indivíduo ao seu meio, moral e social.

Dialogando com as respostas do professor candidato, consideramos, em sua prova, a preocupação com a organização didática da aula, em que o método desportivo generalizado aparece com destaque, e suas características são relatadas expressando o vínculo

⁵⁸ Acervo do Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 16, pasta 20 (Prova teórica, 1968).

⁵⁹ Optamos por citar apenas as iniciais do nome do professor candidato, em respeito à lei de acesso à informação Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que somente permite a citação literal do nome do professor candidato desde que haja a autorização deste.

da educação com os esportes. Também deixa clara a importância do professor como figura central no processo de ensino, responsável total pelo bom êxito do processo de ensino, inclusive como um exemplo a ser seguido. Ainda assinalamos a presença do esporte e da competição como estratégias legitimadoras do processo educativo.

Em outra prova, a professora candidata M. C. B.⁶⁰ responde, em sua prova teórica, sobre o ponto sorteado “Iniciação do gesto esportivo do educando no ensino médio”:

Através dos desportos, podemos transformar alunos complexados em homens perfeitamente ajustados à sociedade. Podemos torná-los mais vivos, mais susceptíveis de reações imediatas predispondo-se a vencer as intempéries da vida. Por isso nós, professores de Educação Física, devemos ter muito cuidado em aplicá-los, devemos saber ensiná-los e despertar o interesse nos nossos educandos.

E no que remete à avaliação, quando perguntada “Como deve ser testada a aprendizagem”, a professora candidata responde, na mesma prova:

A aprendizagem deve ser testada através de competições intercolégiais [...]. Nestas competições, além de ser um bom teste na verificação da aprendizagem, é também de grande valor educacional, pois através delas vamos fazer um intercâmbio entre os alunos e professores de outros colégios, desenvolver nos alunos a sociabilidade, firmeza de caráter, o respeito pelos valores alheios, saber perder e principalmente saber ganhar, controle psicológico, e como reagir nas horas difíceis.

Pelas respostas da professora candidata, verificamos também a presença do ideal educativo do esporte e da competição, inclusive como modificadores sociais.

Em mais uma prova, a professora candidata S. M. S.⁶¹ responde ao ponto sorteado sobre “a conduta do professor de Educação Física”:

O professor de Educação Física ocupa hoje um importante lugar dentro da Educação. Com a evolução das Ciências, a Educação Física tem procurado caminhar ao seu lado mudando completamente seus processos e métodos de ensino. Sendo a saúde a base do indivíduo e estando ela fundamentada com os sistemas cardiovascular pulmonar, compreende-se a necessidade da posição de destaque do professor de Educação Física, que, por meio de atividades físicas bem orientadas, procura desenvolver e aumentar a capacidade daqueles sistemas.

O professor, usando da sua liberdade de agir, utilizará processos de atividades que melhor se adaptem aos seus alunos. Nesta escolha deverá ser consciente e eficaz, para não utilizar exercícios inúteis, sem valor algum para as grandes funções do organismo. Ele não deverá abusar desta sua liberdade para que sua aula não se torne desorganizada e confusa.

⁶⁰ *Prova teórica, 1970.* Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 16, pasta 21.

⁶¹ *Prova teórica, 1967.* Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 16, pasta 22.

Observa-se, nesse registro, a legitimidade da profissão justificada pelo conhecimento científico, especialmente aquele relativo ao funcionamento fisiológico do corpo em exercício onde há a recorrência do “cientificismo”,⁶² já tão aludido em momentos anteriores do Brasil, para legitimar prescrições para a Educação Física, como em teorias higienistas na primeira metade do século XX ou como no desenvolvimento dos métodos ginásticos europeus nos anos iniciais do século XIX. De acordo com Tabora de Oliveira (2001):

A reedição do discurso científicista se justificava frente a um aludido atraso nas formas de tratar a Educação Física na sociedade, uma vez que suas práticas estariam marcadas por uma abordagem espontaneísta de improvisação e sem qualquer organização racional, principalmente no interior da escola. Assim, o apelo à ordem científica representaria a possibilidade de dotar a Educação Física enfim de legitimidade, de um reconhecimento social, a partir da racionalização das suas práticas, que passariam ter mais sentido na direta proporção do seu atrelamento aos cânones científicos (OLIVEIRA, 2001, p. 104).

Ciência e política frequentaram os discursos e as práticas da Educação Física na década de 1970. O professor candidato H. P.⁶³ responde ao ponto sorteado sobre “o valor do desporto para a juventude”:

É, portanto, um fenômeno coletivo de séria importância social.

Nessas oportunidades observamos que pessoas de diferentes níveis sociais, raças, credos, religiões se irmanam e ombream-se com um objetivo em comum, é o poder da integração dos desportos.

Como exemplo, podemos citar o nosso brilhante “tri-campeonato” e o povo todo cantando “Pra frente Brasil”.

Nas escolas, cidades, indústrias o desporto tem sido explorado e se firmado como capaz de conseguir unidades nestas diferentes comunidades produzindo um melhor ajustamento com efeito: educativo, recreativo e utilitário.

E, com a resposta do professor candidato, uma possível adesão à política nacional de desporto do período, embora necessite se levar em conta que o candidato possa também proceder com um agir tático⁶⁴ diante das estratégias modelizadoras propostas pelo governo e referendadas pela EEF-MG.

⁶² Por “cientificismo” entendemos a concepção da ciência aplicada como único conhecimento humano capaz da solução das vicissitudes da realidade, de qualquer gênero (OLIVEIRA, 2001).

⁶³ *Prova teórica, s/d.* Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 18, pasta 9.

⁶⁴ Compreendemos o agir tático dentro das noções de estratégia e táticas propostas por Michel de Certeau, (1994).

Consideramos que os professores de Educação Física tinham a sua autonomia e que as provas analisadas não deixaram margens à percepção de possíveis apropriações, por eles realizadas, no entendimento e aplicação dos conhecimentos referentes à área. Porém, pelas provas analisadas, conseguimos observar representações de Educação Física, aqui compreendidas como certa modelagem, por meio da qual se buscava delinear o candidato mais adequado. A difusão desse modelo ao longo do período do concurso tem como protagonista a EEF-MG. Outra constatação evidente diz respeito à presença marcante dos esportes em conteúdos da área. Apontamos ainda a permanência das danças e dos jogos, com sua prática delimitada pela recreação, na qual a presença do folclore é recorrente.

4.3 Frases e pensamentos: relações com as provas práticas

Neste tópico, abordaremos uma particularidade notada nas capas ou páginas iniciais de um número considerável dos roteiros de aula entregues por professores candidatos como requisito obrigatório para aplicação das provas práticas. Trata-se do montante de 20 frases ou pensamentos grafados pelos professores candidatos na capa ou após a descrição dos cabeçalhos dos roteiros de aula. Esse número representa um valor expressivo, no total de 75 provas práticas. Esses detalhes encontrados nas fontes também evidenciam aspectos formativos dos professores candidatos, por se tratarem das escolhas específicas de cada um ao espontaneamente optar em escrevê-la, uma vez que não são respostas a questões propostas, tampouco exigência legal dos programas dos concursos.

A pesquisa relativa a essas 20 frases ou pensamentos objetivou compreender sua origem, já que apenas duas foram apresentadas com citação de seus autores.⁶⁵ Como resultado dessa busca, foi descoberto que outras sete pertenciam a autores diversos, o que apresentamos no QUADRO 7, em que 11, aparentemente, são de autoria dos professores candidatos:

- (Lema do dia - da professora): aquele que deseja ser professor de Educação Física, precisa saber ser JOVEM com a juventude, compreender a alma do EDUCANDO, pensar e sentir como ele.

- A Educação Física e o Esporte são meios eficazes de atração e recuperação da juventude. Como exemplo, podemos citar o nosso brilhante “tri-campeonato” e o povo todo cantando “Pra frente Brasil”.

⁶⁵ Entre as 20 frases que integram o montante encontrado, apenas dois professores candidatos referenciaram as frases. Essas frases pertencem aos autores Aléxis Carrel e Édouard Claparède. Adotou-se então o procedimento de pesquisar as demais frases na ferramenta de buscas do Google e encontrou-se mais sete frases que são literalmente iguais e remetidas aos sete outros autores apresentados no quadro.

- A recreação é para a criança a preparação inconsciente e indireta para sua vida de homem e, para o adulto, o estímulo para realizar-se plenamente.
- Eu acredito: na educação integral como agente de transformação capaz de promover todo homem e o homem todo:
 - no poder criador do homem
 - no homem como ser em construção e capaz de construir.
- Mais vale um lugar no campo de jogo do que mil nas arquibancadas.
- O bom professor vale pela soma de entusiasmo e alegria que espalha em si.
- O folclore é a linguagem de um povo, perpetuado pela tradição, é um material vivo e imperecível.
- O professor é um profeta que anuncia o natal na alma da criança.
- O sábio agradece quando lhe corrige o erro, o ignorante ofende-se quando tal acontece.
- Se quiseres plantar para uma vida, educa o teu povo, educa o Homem. Mas educa no sentido da educação integral, a educação física como base, e um nobre espírito desportivo como complemento.
- Transforme o dever em alegria e encontrarás felicidade.

QUADRO 7

Frases e pensamentos anotados em provas práticas prestadas por professores candidatos ao provimento de cadeira e ao exame de suficiência

Autor	Pensamento
Alexandre Herculano	“Não me envergonho de corrigir e mudar as minhas opiniões, porque não me envergonho de raciocinar e aprender.”
Aléxis Carrel	“A atitude natural do ser humano para com o mundo e os seus semelhantes é a luta.”
Édouard Claparède	“Nada mais sério do que uma criança brincando.”
Frederico Guilherme Gaelzer	“A recreação educa para a utilização construtiva das horas/que são favoritas da sedução do mal.”
Moacyr Daiuto	“Uma cabeça de sábio, num corpo de atleta: eis o ideal a atingir.”
Pierre de Coubertin	“O importante é competir.”
Rui Barbosa	“Não pretendemos formar acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o ‘quantum’ de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da Pátria e à dignidade da espécie.”
Theodore Roosevelt	“O único homem que não comete erros é aquele que nunca fez algo de significativo.”
Theophile Gautier	“Amar é admirar com o coração, admirar é amar com o cérebro.”

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

Constatamos que algumas frases fazem alusão ao ponto sorteado para prova, estabelecendo uma ligação direta com o plano de aula proposto. Por exemplo, a prova da

professora candidata I. L. C.,⁶⁶ que escreve a seguinte frase: “A recreação educa para a utilização construtiva das horas que são favoritas da sedução do mal”. A candidata não faz referência direta, mas essa frase é creditada ao professor Frederico Guilherme Gaelzer.⁶⁷ O tema da prova era “Atividades recreativas”, e a professora candidata escolheu os jogos e brincadeiras para desenvolvimento do planejamento. Como objetivos gerais, ela apontou “desenvolvimento físico, crescimento mental e adaptação social” e, como objetivo específico, “a atitude favorável à atividade em grupo”.

Outra prova em que essa relação pareceu evidente é a da professora candidata I. S. C.,⁶⁸ em cujo plano de aula proposto ela cita o seguinte pensamento: “A Educação Física e o Esporte são meios eficazes de atração e recuperação da juventude”. O ponto sorteado era “Aula para iniciação desportiva ao atletismo”. A professora previu, como objetivos, ao longo das três partes de seu planejamento, as seguintes definições, respectivamente:

Aquecer principalmente as massas musculares que serão trabalhadas, preparação fisiológica e psicológica; fortalecimento muscular e orgânico e efeitos sociais e morais sobre o caráter, senso de responsabilidade; eliminar a excitação provocada pelas disputas, educar os sentidos, acalmar fisiológica e psicologicamente.

E ainda, em mais uma prova, foi observada essa relação entre o pensamento e o conteúdo. A professora candidata L. R. de C. K.⁶⁹ cita a seguinte frase: “Transforma o dever em alegria e encontrarás felicidade”. Sua prova trazia como tema “Atividades recreativas”, e a candidata propôs como objetivo principal a “aprendizagem da dança folclórica”. Seu objetivo secundário apontava “desenvolver a disciplina, o ajustamento do grupo à sociedade, as qualidades de observação, o espírito de iniciativa, a capacidade criadora, a gentileza e o ritmo”.

A mesma relação não fica evidente para a prova da professora candidata M.A.O.M.⁷⁰ A frase grafada por ela diz que “O bom professor vale pela soma de entusiasmo e

⁶⁶ *Prova prática, plano de aula, 1971*. Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 18, pasta 8.

⁶⁷ O professor Gaelzer é considerado o pioneiro da institucionalização da recreação pública em Porto Alegre, pois programou e implantou os jardins de recreio, também chamados praças de recreio e, mais tarde, as praças de desportos em algumas praças públicas da cidade (LINHALES, 2006).

⁶⁸ *Prova prática, plano de aula, 1970*. Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 18, pasta 4.

⁶⁹ *Prova prática, plano de aula, 1969*. Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 47, pasta 40.

⁷⁰ *Prova prática, plano de aula, 1971*. Cemef. Fundo Institucional Escola de Educação Física da UFMG (1969-1979). Série: Dossiê de candidatos, caixa 17, pasta 7.

alegria que espalha em si”. Como tema para sua prova, a professora elaborou um planejamento sobre “ginástica de solo”, para o qual a atividade escolhida foi a “parada de três apoios”. Os objetivos gerais a serem contemplados eram o “desenvolvimento da força, equilíbrio, perseverança e do autodomínio”. Já os objetivos secundários visavam a “dar o conhecimento da técnica da parada de três apoios, desenvolvendo habilidades necessárias desse exercício”.

Após a descrição de algumas das provas e suas relações com os pensamentos ou frases grafados pelos professores candidatos, vejamos alguns aspectos acerca da formação dos professores de Educação Física e das representações por elas reveladas.

Primeiramente, as mensagens compostas em forma de frases ou pensamentos eram alusivas à educação, principalmente na juventude, e a sua relação atrelada aos esportes e à recreação. Também enfatizavam o papel central do professor no processo formativo, bem como características indispensáveis a ele, sempre preconizando valores morais e cívicos.

Os pensamentos ou frases escolhidos pelos professores candidatos não permitiram afirmar que eles eram estudiosos dos autores das frases a ponto de confirmar a circulação de certos conhecimentos relativos a esses autores na época. Pareceu um esforço por parte dos candidatos em agregar valor às provas, ao tentar citar frases e pensamentos que podem ter sido retirados de parte de um material didático utilizado para estudos, tanto na obtenção do título de licenciado quanto nos cursos de atualização ou continuidade de estudos frequentados. Podem, inclusive, ser criações dos próprios candidatos ou mensagens ouvidas ou lidas de seus professores durante a formação.

O que é plausível perceber são os elementos de cunho moral muito marcantes, cujo traço vem se repetindo ao longo das fontes desses concursos e que constatamos como fator imprescindível no modelo de formação de professores de Educação Física no período, bem como uma representação para a Educação Física na sociedade. Percebemos a presença dos esportes como uma atividade ideal para que os aspectos morais fossem contemplados. Esses pontos apareciam como um tipo de ordenamento educativo presente no período.

Ainda aditamos que, baseado no estudo realizado por Taborda de Oliveira (2001), parece haver certo agir tático por parte dos professores candidatos aos concursos, pelo interesse de aprovação, ante as estratégias modelizadoras, já que a maioria conhecia bem os examinadores dos concursos por estes terem sido seus professores na Escola de Educação Física de Minas Gerais.

Ao tentar responder às questões referentes ao perfil, a partir do ponto de vista dos candidatos, analisamos determinados aspectos, porém muitos outros ainda poderiam ser

explorados. Fica claro que o perfil encontrado revela um professor que estivesse mais bem qualificado para atuar na área, já devidamente habilitado e em busca de sempre manter atualizados os seus conhecimentos. Entre esses conhecimentos, os conteúdos voltados para os esportes deveriam ser os mais privilegiados, por seus aspectos mais atrativos aos jovens. O professor deveria estar ciente de seu papel relevante no ensino, em que a Educação Física, por meio de suas práticas, apresentava excelente ensejo para ordenamento educativo dos jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que *fabrica* o historiador quando “faz história”? Pra quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um estante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para rua, ele se pergunta: o que é esta profissão? (CERTEAU, 2006, p. 65).

A escrita desta dissertação é mais um importante componente de aprendizado e formação em minha trajetória como pesquisador no campo da História da Educação e, mais especificamente, na História da Educação Física. As partilhas nos grupos do Cemef foram de suma importância para que esta pesquisa fosse constituída. Durante os trabalhos nos grupos de pesquisa, participação em congressos, organizações no acervo e reuniões de estudos, aos poucos, foram sendo construídas as bases para que amadurecêssemos essa iniciativa. O ingresso no mestrado propiciou uma condição de maior estreitamento com o campo da História da Educação, facultando-nos mais oportunidades no aprofundamento de nossos estudos.

Compreender, em suas particularidades, os concursos públicos para provimento de cadeira bem como entender o lugar da EEF-MG nesse processo foi o objetivo principal deste trabalho. Não se pode deixar de aludir que, durante a busca desse intento, não foram raros os momentos em que se depararam as mais diversas opções em meio às fontes. Dúvidas sugeriram, descobertas foram feitas, constatações alcançadas; textos escritos e reescritos. Aprendemos a lidar com essas opções, a “farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais, uma atitude orientada para análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (GINZBURG, 1990, p. 151).

Outros fatores que foram levados em consideração para esta pesquisa foram o pioneirismo do objeto proposto e os poucos trabalhos produzidos na área sobre concursos públicos, dentro do recorte temporal da pesquisa. Tal escassez estimulou a construção de caminhos que pudessem qualificar o estudo do tema proposto e contribuíssem para outros estudos congêneres.

As análises realizadas no rol de fontes levantadas nesta pesquisa permitiram trazer à cena frações da história que envolviam ações voltadas para a formação e seleção de professores de Educação Física no Estado de Minas Gerais, dentro do período proposto. Também foi possível identificar a produção de um perfil ideal de professor para atuar no ensino da disciplina Educação Física, em escolas públicas estaduais mineiras, para o grau médio.

Conforme se explorou cada fase dos concursos, identificou-se, paulatinamente, cada instituição atuante em sua organização, compreendendo sua complexidade e, ao mesmo tempo, verificando especificidades. Descortinaram-se os ordenamentos legais a serem cumpridos, permitindo entender que neles são traduzidos resultados de embates políticos e conquistas sociais de um determinado povo e lugar, neste caso, do Estado mineiro (FARIA FILHO, 1998). Revelaram-se os conteúdos indicados para a preparação dos candidatos às provas teóricas e práticas, e o modo como esses sujeitos mobilizaram os saberes no decorrer dos concursos. Outro ponto destacado foi a comprovação de títulos, dando a ver as iniciativas de continuidade de formação e as experiências profissionais dos professores de Educação Física. Constatou-se a autonomia da EEF-MG perante os concursos, no que tange ao seu objetivo central, ou seja, a seleção de professores, confirmando seu protagonismo na constituição de um perfil docente para a Educação Física.

Assim, reconheceu-se que a EEF-MG quer seja por cumprimento de seus objetivos como instituição, quer seja por requisição do Estado, esteve sempre presente em ações formativas diversificadas, desde o ensino superior, passando por atividades extensionistas e englobando a continuidade de estudos dos professores. Entendeu-se essa presença como uma estratégia de modelização, em que o perfil almejado era o constituído pela EEF-MG, e os concursos públicos para provimento de cadeira cumpriram com um papel fundamental dentro do processo, pois eram os responsáveis por selecionar o professor que estaria apto a lecionar nos estabelecimentos de ensino, para o grau médio, em Minas Gerais.

Buscando também apreender quais representações no campo da Educação Física foram construídas a partir dos concursos, constatou-se a presença de um ideal esportivo, com uma grande quantidade de pontos voltados para a temática, mesmo para alguns conteúdos aludidos como recreativos, para os quais a prática escolhida era esportiva. Os esportes foram representados como estratégias para um ordenamento educativo, cujos conteúdos eram vistos como mais atrativos aos jovens, pelo seu aspecto competitivo, permitindo ensejos à atuação docente. O professor era entendido como o grande exemplo a ser seguido por seus alunos e, portanto, figura central dentro do processo, sendo atribuída à sua atuação pedagógica o fracasso ou sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ressaltar que essa foi uma das maneiras de se investigar o tema proposto e que ele poderá ser ainda estudado sob outros olhares, pois, como afirma Mogarro (2005, p. 78), “As novas vertentes de análise e produção histórico-educativa obrigam a uma renovação dos olhares sobre os documentos de arquivos e uma abertura teórico-metodológica que incorpore as estimulantes informações que eles disponibilizam”.

Aspira-se a que este estudo contribua para os debates acerca das questões relativas à História da Educação Física, em particular no Estado de Minas Gerais e no Município de Belo Horizonte. Entende-se que a associação estabelecida entre a EEF-MG e a Educação Física foram contempladas apenas sob alguns aspectos para o período, e seria meritória sua análise sob outros aspectos e sob outros períodos de atuação dessa instituição. Destacam-se, especialmente, os conteúdos esportivos e seus métodos de ensino, assim como as questões ligadas à moralidade presentes como uma ordenação educativa.

Outros estudos que podem desdobrar-se desta dissertação dizem respeito às demais atividades realizadas pela EEF-MG, em parceria com outras entidades, e que contribuíram para a formação de professores de Educação Física em Minas Gerais, a exemplo do estudo já realizado por Cássia Lima (2012), sobre as Jornadas Internacionais de Educação Física. Diversas fontes acessadas no acervo do Cemef trazem informações que se consideraram relevantes para subsidiar pesquisas sobre as ruas de recreio e o Premen. Ainda se ressaltaram os variados cursos e eventos apresentados pelos professores candidatos aos concursos, para a prova de julgamento de títulos, e que também poderiam ser objetos de estudo.

Cabe ainda aditar que, no escopo do projeto inicial, estavam previstas entrevistas com sujeitos que participaram dessa história. No entanto, pela diversidade de fontes documentais que se assomaram ao longo da pesquisa, não se conseguiria realizar o trabalho adequadamente. Por isso optou-se por usar fontes textuais e iconográficas, mirando, para projetos futuros, uma possível realização de entrevistas.

Esteve sempre em propósito tentar qualificar ao máximo as descrições e análises das fontes, esmerando-se no processo de aprendizado e aceitando o desafio colocado. Esse foco manteve a orientação atenta a cada indício, por menor que parecesse. Cada fonte foi interrogada na sua importância para o trabalho, compreendendo que sua seleção foi feita também pelas pessoas que as produziram, conservaram-nas e até por aquelas que as destruíram, intencionalmente ou não.

Chegamos então ao fim desta dissertação cientes de que esta é uma das possíveis versões dessa história e que, como pesquisadores, por mais que se tenha a vontade de encontrar uma “verdade” e trazê-la à tona, “a história será sempre um ‘conhecimento mutilado’, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 79).

6 REFERÊNCIAS

ARANTES, Gabriela Villela. *A Educação Física em cena: olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973)*. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, José Alfredo. A Usaid, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes. *Revista de Epistemologia y Ciências Humanas*, Rosário (Argentina), n. 2, p. 51-61, 2010.

BETTI, M. *Educação Física e sociedade: a Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus*. (v. 1). São Paulo: Movimento, 1991.

BRAGHINI, Katya Zuquim; BONTEMPI JUNIOR, Bruno. As reformas necessárias ao ensino secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Educação em Revista* (UFMG), Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 241-261, set. 2012.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1934. Brasília: Presidência da República, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1937. Brasília: Presidência da República, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Currículos mínimos dos cursos de graduação*. 4. ed. Brasília: Conselho Federal de Educação, 1981.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 997*, de 21 de outubro de 1969. Integra estabelecimentos isolados de ensino superior em universidades das áreas geoeeducacionais em que estão situados. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0997.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 1.212*, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Brasília: Câmara dos deputados, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.244*, de 8 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Brasília: Câmara dos deputados, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 3.508*, de 21 de dezembro de 1950. Consolida as leis e decretos do ensino primário e contém outras disposições. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas

Gerais. Belo Horizonte, 1950, p. 365-382. Disponível em:

<<http://www.pucminas.Br/magisterioeprofissionalizacao>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 19.890*, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Brasília: Presidência da República, 1931. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890.htm>. Acesso em: 4 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 31.761*, de 12 de novembro de 1952. Autoriza o funcionamento dos cursos superior de educação física, educação física infantil, técnica desportiva, medicina especializada e massagem especializada, da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. Brasília: Câmara dos Deputados, 1952. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=142296&norma=163612>> Acesso em: 4 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 37.161*, de 13 de abril de 1955. Concede reconhecimento aos cursos que indica. Brasília: Câmara dos Deputados, 1955. Disponível em:

<[http://portal.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1955_NormasJuridicas\(TextoIntegral\)_DEC_037161_13_04_1955.jsp](http://portal.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1955_NormasJuridicas(TextoIntegral)_DEC_037161_13_04_1955.jsp)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 63.914*, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1968a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 69.450*, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971a.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1968b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 12.527*, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no

11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CAMPOS, Marcos A. Almeida. *Histórias entrelaçadas: presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG (1952-1977)*. 2007. 204 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Impressos e circulação de modelos pedagógicos: a difusão da pedagogia de Francis Parker na imprensa educacional paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. *VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*. Vitória: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/IMPRESSOS%20E%20CIRCULACAO%20DE%20MODELOS%20PEDAGOGICOS.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DINIZ, Ivanise Gomes Arcanjo. Índícios de tensão entre a formação do Premen e as aulas de Matemática no Centro Integrado Luiz Navarro de Brito (1969-1979). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. *VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*. Vitória: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/06-%20HISTORIA%20DAS%20CULTURAS%20E%20DISCIPLINAS%20ESCOLARES/INDICIOS%20DE%20TENSÃO%20ENTRE%20A%20FORMACAO%20DO%20PREMEN%20E%20AS%20AULAS%20DOS%20PROFESSORES.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

FARIA, Miguel Fabiano de. *A Educação Física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940)*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1988.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. (1. reimp.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179.

GOIÁS. *Lei 13.456*, de 16 de abril de 1999. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. Goiânia: Superintendência de Legislação, 1999. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13456.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.

GREIVE, Cynthia. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 535-554

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. *Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962)*. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. Necessidade de criação da Escola de Educação Física e Desporto de Minas Gerais. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 7., 2013, Mariana. *Anais...* (v. 1). Mariana: UFOP - Grupo de Pesquisa em História da Educação, 2013.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino. *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo*. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MELO, Victor Andrade de. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *EFDeportes.com, Revista Digital*, Buenos Aires, a. 12, n. 115, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

MELO, Victor Andrade de. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. 1996. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1996.

MINAS GERAIS. *Decreto-Lei n. 200*, de 7 de agosto de 1935. Aprova o regulamento do Departamento de Instrução da Força Pública. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1935. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=200&comp=&ano=1935>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto-Lei n. 922*, de 16 de julho de 1943. Dispõe sobre concessão do uso e gozo das praças de esportes Minas Gerais e sua administração. Belo Horizonte: Assembleia

Legislativa, 1943. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=922&comp=&ano=1943>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 7.970 A*, de 15 de outubro de 1927. Aprova o regulamento do ensino primário. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1927. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Dec&num=7970&comp=A&ano=1927>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 10.133*, de 28 de novembro de 1966. Estabelece normas para o provimento do cargo de professor nas unidades oficiais de grau médio. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1966. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=10133&comp=&ano=1966>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 10.221*, de 5 de janeiro de 1967. Estabelece normas para o provimento do cargo de professor nas unidades oficiais de grau médio. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1967. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=10221&comp=&ano=1967>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 11.073*, de 17 de abril de 1968. Estabelece normas para admissão de professores nas unidades estaduais de ensino médio, e contém outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1968. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=11073&comp=&ano=1968>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 11.252*, de 3 de março 1934. Cria o Departamento de Instrução da Força Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1934. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=11252&comp=&ano=1934>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MINAS GERAIS. *Lei n. 10.504*, de 21 de outubro de 1991. Altera o topônimo do município de Presidente Soares para Alto Jequitibá. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1991. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=10504&comp=&ano=1991>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, jan.-abr. 2012.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 10, p. 75-99, jul/dez. 2005.

MORAES, Luiz Gustavo dos Santos. Formação de professores de Educação Física: a reforma curricular indeferida em 1974 na Escola de Educação Física da UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 17; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 4., 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2011.

MOREIRA, Carla Drumond. *O ensino da dança moderna na formação de professores de Educação Física da UFMG nas décadas de 1960 e 1970*. Monografia (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, 2007.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, maio-ago. 2000.

OLIVEIRA, Guilherme de Souza Lima *et al.* *Eu vou te contar uma história: memórias de esportes e Ruas de Recreio (1940-1970)*. Belo Horizonte: Cemef - EEEFTO/UFMG, 2009 (CD-ROM).

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 2001. 397 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Programa de Estudos Pós-graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

OLIVEIRA, Marília Cruz. *Guiomar Meirelles Becker: a ginástica em forma de histórias*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2001.

PEREIRA, Mateus Camargo *et al.* Notas iniciais sobre a fundação e funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (ESEFM): 1969-1974. In: SEMINÁRIO DO CEMEF/UFMG, 7., 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Cemef, 2012, p. 254-263.

PINTO, Joélcio Fernandes. *Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974)*. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

ROSA, Maria Cristina *et al.* Memórias das Ruas de Recreio: trajetórias iniciais de uma pesquisa. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E DANÇA: “HISTORIOGRAFIA E FONTES”, 11., 2009, Viçosa. *Anais...* Viçosa: DEF-UFV, 2009. p. 1-24.

SILVA, Giovanna Camila da. *A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado*. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte 2009.

SILVA, Marina Guedes Costa e. *Uma história da recreação (1952-1970): constituição inicial da disciplina na Escola de Educação Física de Minas Gerais*. 2005. 12 f. Monografia (Licenciatura Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Marina Guedes Costa e. Uma história da recreação (1952-1970): constituição inicial da disciplina na Escola de Educação Física de Minas Gerais. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Edufu, 2006, p. 4639-4650.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos à marcha! Meninas, à sombra!:* a história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1994.

SOUZA, Nilva Pessoa de. *A Educação Física escolar no Estado de Goiás e a formação continuada de professores*. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Unicamp, Campinas, 2003.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à Educação nas Constituições Brasileiras. *Revista da Faculdade de Direito*, São Bernardo do Campo, v. 5, p. 146-168, 2008.

UFMG. *Resolução Complementar 1/2001*, de 5 de julho de 2001. Modifica o inciso IV do art. 1o da Resolução Complementar no 01/99, de 15/12/99, alterando o nome da Escola de Educação Física para Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte: Conselho Universitário, 2001. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Complementares>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos:* Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. Escrevendo histórias de educação física, de esportes e de lazer: uma apreciação da produção a partir do Cemef/UFMG. *In: LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (orgs.). Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p.29-48.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Histórias de Educação Física na escola*. Belo Horizonte: Mazza, 2010. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil; Série Estudos Históricos).

VIÑAO, Antônio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 18, p. 173-215, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE18.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

Fontes documentais

Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).
Função: Coordenação.
Atividade: Relatórios.

Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).
Função: Ensino.
Atividade: Cursos.
Séries: Relação de matérias lecionadas; programa de disciplinas.

Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

Função: Ações Externas.

Atividade: Provimento de cadeira e exame de suficiência.

Série: Dossiês de candidatos; editais; dossiês de concursos; itens documentais avulsos.

Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

Função: Administração.

Atividade: Expediente Escolar.

Série: Diários de classe.

Fundo Institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

Função: Administração.

Atividade: Pessoal.

Série: Pastas funcionais.

Fundo Institucional Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979).

Função: Direção.

Séries: Dossiês; convênios.

Fundo Institucional Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979).

Função: Ensino.

Atividade: Cursos.

Séries: Dossiês; Programa de curso/Planos de ensino; currículo

Fundo Institucional Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979).

Função: Extensão.

Subfunção: Provimento de cadeira e exames de suficiência.

Séries: Dossiês de concursos; atas; editais.

Coleção iconográfica

Série nº 4 - Eventos.

Sub-série - Álbum 9 da série nº 17 - Álbuns.

7 ANEXOS

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1960	Belo Horizonte	Instituto de Educação	10
	Guaxupé	Ginásio Estadual	2
	Itaúna	Escola Normal Oficial de Itaúna	2
	Patos de Minas	Ginásio da Escola Normal Oficial de Patos de Minas	1
1965	Cambuí	Colégio Estadual	1
	Caratinga	Colégio Estadual de Caratinga	1
	Conselheiro Lafaiete	Colégio Estadual de Conselheiro Lafaiete	2
	São Gonçalo do Sapucaí	Colégio Normal Oficial Bárbara Heliodora	1
1967	Dom Cavatti	Colégio Estadual de Dom Cavatti	1
	Dores do Indaiá	Colégio Normal Oficial Dr. Francisco Campos	1
	Formiga	Colégio Normal Oficial Newton Pires	2
	Inhapim	Colégio Normal Oficial Alberto de Azevedo	2
	Lagoa Santa	Ginásio Estadual Industrial	1
	Montes Claros	Colégio Agroindustrial Prof. ^a Dulce Sarmento	2
1967-1969	Itambacuri	Colégio Estadual Professor José Vicente de Mendonça	2

(continua)

(continuação)

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1968	Barbacena	Colégio Normal Oficial Emb. José Bonifácio	1
	Cabo Verde	Ginásio Estadual	2
	Conceição da Aparecida	Colégio Estadual Arnaldo de Mello Carvalho	1
	Guidoval	Ginásio Estadual	1
	Ipatinga	Ginásio Estadual João XXIII	1
	Jaboticatubas	Colégio Normal Oficial	1
	João Monlevade	Colégio Estadual	1
	Lagoa Santa	Ginásio Estadual Industrial	1
	Mariana	Colégio Estadual	1
	Matozinhos	Colégio Estadual	1
	Muriaé	Colégio Estadual Dr. Olavo Tostes	1
1968-1969	Brasópolis	Colégio Estadual Presidente Wenceslau	2
	Carandaí	Colégio Estadual Dep. Patrus de Souza	2
	Cataguases	Colégio Estadual Manoel Inácio Peixoto	2
	Caxambu	Colégio Estadual Ruth Martins Almeida	1
	Dores do Turvo	Ginásio Estadual	1
	Ervália	Colégio Estadual	1
	Estiva	Ginásio Estadual	1
	Formiga	Colégio Estadual D. Berenice de Magalhães Pinto	1
	Francisco Sá	Colégio Estadual Tiburtino Pena	1
	Guaranésia	Colégio Estadual D. ^a Alice Autran Dourado	1
	Guaxupé	Colégio Estadual	1
	Januária	Colégio Estadual Olegário Maciel	1
	Lambari	Colégio Estadual	1
	Lima Duarte	Colégio Estadual	1
	Nova Lima	Colégio Estadual Augusto de Lima	4
	Santa Luzia	Colégio Estadual Geraldo Teixeira	3
	Santana do Jacaré	Colégio Estadual Carmelita Garcia	2
	Timóteo	Ginásio Estadual São Sebastião	1
	Ubá	Colégio Estadual Raul Soares	2

(continua)

(continuação)

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1968-1970	Uberaba	Ginásio Estadual Nossa Senhora D'Abadia	2
1969	Alvinópolis	Colégio Estadual	1
	Arcos	Colégio Estadual D. ^a Berenice de Magalhães Pinto	1
	Brumadinho	Colégio Normal Oficial	3
	Campanário	Colégio Estadual	1
	Capetinga	Colégio Estadual Sebastião de Sá	1
	Carmo da Mata	Colégio Estadual	1
	Carmo do Cajuru	Ginásio Estadual	2
	Coromandel	Colégio Estadual	1
	Dores do Indaiá	Colégio Estadual Dr. Francisco Campos	1
	Frutal	Colégio Estadual	1
	Itajubá	Colégio Estadual Major João Pereira	2
	Itapecerica	Ginásio Estadual	1
	João Monlevade	Colégio Estadual	2
	Mariana	Ginásio Estadual	1
	Matozinhos	Colégio Estadual Bento Gonçalves	2
	Monte Sião	Ginásio Estadual Prof. Teófilo Tavares Paes	1
	Paracatu	Colégio Estadual Antônio Carlos	1
	Paraopeba	Colégio Estadual	1
	Patos de Minas	Colégio Estadual	1
	Poços de Caldas	Ginásio Estadual e Escola Normal	1
	Presidente Soares ⁷¹	Colégio Estadual	1
	Ribeirão Vermelho	Colégio Estadual	1
	Rio Piracicaba	Colégio Estadual	1
	Três Pontas	Colégio Estadual Deputado Teodósio Bandeira	1
	Varginha	Colégio Estadual	1
	Vila Matias	Colégio Estadual	1

(continua)

⁷¹ Em 1991, o nome da cidade foi alterado de Presidente Soares para Alto Jequitibá. Lei Estadual n. 10.504, de 21 de outubro de 1991 (MINAS GERAIS, 1991).

(continuação)

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1970	Areado	Ginásio Estadual João Lourenço	1
	Caeté	Ginásio Estadual José Brandão	2
	Cambuí	Colégio Estadual	1
	Campo Belo	Colégio Estadual	3
	Carmo do Paranaíba	Colégio Estadual São Geraldo	2
	Coronel Fabriciano	Colégio Estadual Alberto Giovanini	1
	Congonhas	Ginásio Estadual Lamartine de Freitas	1
	Divinópolis	Ginásio Industrial Estadual	3
	Esmeraldas	Colégio Normal Oficial	2
	Frei Inocência	Ginásio Estadual Frei Inocência	1
	Ipatinga	Ginásio Estadual João XXIII	1
	Itaúna	Colégio Estadual Industrial D. ^a Judith Gonçalves	5
	Jaboticatubas	Colégio Normal Oficial	1
	Monte Santo de Minas	Colégio Estadual Américo de Paiva	1
	Montes Claros	Colégio Agro-industrial Prof. ^a Dulce Sarmento	1
	Nova Era	Colégio Estadual Nossa Sr. ^a de Fátima	1
	Paracatu	Colégio Normal Oficial	1
	Patos de Minas	Colégio Estadual	1
	Piraúba	Ginásio Estadual Prof. ^a Francisca Pereira Rodrigues	2
	Ressaquinha	Colégio Estadual	1
	Rio Acima	Colégio Estadual	1
	Rio Novo	Colégio Estadual	2
	Santa Luzia	Colégio Estadual Prof. Domingos Ornelas	2
	Santa Rita do Sapucaí	Colégio Normal Oficial Sinhá Moreira	1
	Sete Lagoas	Colégio Estadual Prof. João Fernandino Jr.	4
	Três Corações	Colégio Estadual	1

(continua)

(continuação)

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1971	Alfenas	Colégio Estadual Dr. Emílio da Silveira	1
	Alpercata	Ginásio Estadual	1
	Andradas	Ginásio Estadual	1
	Araxá	Colégio Estadual Dom José Gaspar	1
	Arcos	Colégio Estadual D. ^a Berenice de Magalhães Pinto	2
	Astolfo Dutra	Colégio Estadual Sousa Primo	1
	Baldim	Colégio Estadual	1
	Bicas	Ginásio Estadual Deputado Oliveira Sousa	1
	Bom Jesus do Galho	Colégio Estadual Homem de Faria	1
	Estrela do Sul	Colégio Estadual Roberto Kennedy	1
	Guidoval	Escola Estadual Guido Marlière	1
	Itaúna	Ginásio Industrial Estadual D. Judith Gonçalves	2
	Lagoa Santa	Ginásio Industrial Estadual	3
	Manhuaçu	Colégio Estadual	1
	Montalvânia	Ginásio Estadual	1
	Monte Alegre de Minas	Ginásio Estadual	1
	Monte Sião	Ginásio Estadual Prof. Teófilo Tavares Paes	1
	Muriaé	Colégio Estadual Prof. Orlando de Lima Faria	1
	Muzambinho	Colégio Estadual Professor Salatiel de Almeida	1
	Nova Resende	Ginásio Estadual	1
	Ouro Fino	Ginásio Estadual	1
	Paracatu	Colégio Estadual Antônio Carlos	3
	Paraisópolis	Colégio Estadual Antônio Eufrásio de Toledo	1
	Patrocínio	Colégio Estadual Dom Lustosa	1
	Patrocínio	Ginásio Estadual Industrial Dona Nely Amaral	1

(continua)

(continuação)

Ano	Cidade	Escolas para as quais os concursos foram direcionados	Número de candidatos
1971	Pequeri	Colégio Estadual Waldomiro Magalhães Pinto	1
	Pompéu	Ginásio Estadual Ministro Francisco Campos	1
	Pratópolis	Colégio Estadual	1
	Sacramento	Colégio Estadual José Afonso de Almeida	1
	Santa Juliana	Colégio Estadual	1
	Santa Vitória	Colégio Estadual	1
	Silvianópolis	Colégio Estadual Magalhães Carneiro	1
	Tombos	Ginásio Estadual	2
	Tupaciguara	Colégio Estadual	2
	Visconde do Rio Branco	Colégio Estadual	2
1973	Montes Claros	Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde	2
1974	Contagem	Fundação de Ensino	20
...	Cabo Verde	Colégio Estadual	1
	Juiz de Fora	Colégio Estadual Sebastião Patrus de Sousa	1

Fonte: elaborado pelo autor desta pesquisa.